

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES/UFCG/CH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**IASMIM BARBOSA ARAÚJO**

**PRÁTICAS ECONÔMICAS E DINÂMICAS SOCIAIS DAS(OS)  
CATADORAS(ES) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAMPINA  
GRANDE/PB EM SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO NO CONTEXTO  
CAPITALISTA**

**Área de concentração:** Sociologia

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento,  
Ruralidades e Políticas Públicas

CAMPINA GRANDE/PB  
2022

**IASMIM BARBOSA ARAÚJO**

**PRÁTICAS ECONÔMICAS E DINÂMICAS SOCIAIS DAS(OS)  
CATADORAS(ES) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAMPINA  
GRANDE/PB EM SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO NO CONTEXTO  
CAPITALISTA**

Dissertação apresentada à Banca Avaliadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

**Área de concentração:** Sociologia

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky

CAMPINA GRANDE/PB  
2022

A663p

Araújo, Iasmim Barbosa.

Práticas econômicas e dinâmicas sociais das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis de Campina Grande/PB em seus mecanismos de reprodução no contexto capitalista / Iasmim Barbosa Araújo. – Campina Grande, 2022.

140 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação: Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky".

Referências.

1. Sociologia do Trabalho. 2. Economia Solidária. 3. Catadores de Materiais Recicláveis. 4. Estratégias Familiares de Vida. 5. Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas. I. Ladosky, Mário Henrique Guedes. II. Título.

CDU 316.334.22(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## **FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES**

**IASMIM BARBOSA ARAÚJO**

PRÁTICAS ECONÔMICAS E  
DINÂMICAS SOCIAIS DAS(OS)  
CATADORAS(ES) DE MATERIAIS  
RECICLÁVEIS DE CAMPINA  
GRANDE/PB EM SEUS MECANISMOS  
DE REPRODUÇÃO NO CONTEXTO  
CAPITALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: 17/08/2022

Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky - PPGCS/UFCG

Orientador

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira - PPGCS/UFCG

Examinador Interno

Prof. Dr. Ari Rocha da Silva - SEDUC-RS

Examinador Externo

Profa. Dra. Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos - DCS/UFRN

Examinadora Externa



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Veras de Oliveira, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 21:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ari Rocha da Silva, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 22:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/09/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2636031** e o código CRC **CF389AA3**.

## AGRADECIMENTOS

Chegado o momento de encerrar este trabalho, que tanto exigiu de mim, apenas tenho a agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, me ajudaram a trilhar este caminho e encontrar forças para nele continuar.

Agradeço, inicialmente, aos meus pais e minha irmã Inayara, que sempre foram um ponto de apoio em minha vida. Por compreender as minhas ausências e ouvir minhas reclamações sobre a exaustão trazida pela pesquisa acadêmica. Por apoiar as minhas escolhas e lutar ao meu lado em todas elas. Agradeço por fazerem parte da minha trajetória, mesmo que isso, em alguns momentos, significasse abrir mão da minha companhia.

A Vanderson, meu namorado, companheiro de vida e de pesquisa, que sempre esteve disposto a ouvir minhas frustrações e dificuldades, mas também as alegrias trazidas pelas novas descobertas. Que até mesmo esteve presente comigo em um dos momentos de entrevista e se envolveu neste tema tanto quanto eu, mesmo tendo os seus próprios afazeres. Obrigada por ser um alívio e um ânimo em dias tão turbulentos e por me incentivar a me manter firme em meus propósitos.

Ao meu querido orientador, Mário Ladosky, meu eterno agradecimento. Por trazer luz às minhas ideias muitas vezes tumultuadas e confusas, principalmente sabendo que minha área de formação é outra e, mesmo assim, ter tido paciência e compreensão para me indicar leituras, corrigir meu trabalho e se fazer presente para prestar seu apoio, que foi fundamental. Por sempre trazer uma motivação para continuar e por me orientar tão bem, mesmo diante das circunstâncias impostas pela pandemia.

Aos membros da banca, os professores Roberto Veras, Ari Silva e Thelma Santos, que sempre estiveram dispostos a colaborar com a minha pesquisa e que, nas avaliações, souberam reconhecer o que o meu trabalho tinha de bom, mas, principalmente, aquilo em que poderia melhorar. Sem a ajuda de vocês, este resultado não seria possível. Obrigada pelas conversas informais, indicações de materiais e sugestões de aprimoramento.

Ao professor Marconi do Ó Catão, que me iniciou na pesquisa científica na graduação, me acompanhou ao longo de mais de quatro anos em âmbito de PIBIC e permaneceu em minha vida após a minha formatura em Direito. Meu sincero agradecimento, por ter sido um divisor de águas em minha trajetória profissional e por tanto ter me ensinado e me estimulado a seguir nesse caminho.

Aos meus amigos e às minhas amigas, cujos nomes não irei mencionar um a um, pois não caberia aqui, com quem sempre partilhei meus momentos de angústia e de felicidade (inclusive sobre a pesquisa) e com quem divido estes resultados, que são nossos. Meu muito obrigado.

Finalmente, a todas(os) as(os) catadoras(es) que se disponibilizaram para responder às minhas perguntas, que se abriram para uma conversa franca, que dedicaram seu tempo e atenção à minha curiosidade e que me permitiram, até mesmo, entrar em sua casa.

Muito obrigada!

Araújo, Iasmim Barbosa. **PRÁTICAS ECONÔMICAS E DINÂMICAS SOCIAIS DAS(OS) CATADORAS(ES) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAMPINA GRANDE/PB EM SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO NO CONTEXTO CAPITALISTA.** f. 140. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2022.

## RESUMO

Os catadores de materiais recicláveis constituem um grupo heterogêneo de pessoas, com as mais variadas percepções, vivências e histórias, que podem ensejar um trabalho de coleta “individual” ou “isolado”, e que, em alguns casos, pode gerar um trabalho coletivo, instituindo cooperativas ou associações. Em torno da segunda situação se constituiu tema da chamada economia solidária, já há décadas abordada nos estudos acadêmicos do país, enquanto alternativa (ou mesmo como mecanismo de resistência) ao modo de produção capitalista, pautando-se por princípios de gestão compartilhada e democrática do empreendimento. Enquanto proposta teórica, a economia solidária contrapõe-se à lógica economicista de produção capitalista, em que as partes envolvidas buscariam unicamente o lucro e mesmo as suas escolhas para participar de determinadas atividades seria baseada em uma análise prévia do possível retorno financeiro que pode advir daquela atuação. Podemos afirmar que os catadores não coletivizados também têm uma prática que escapa de uma explicação nos moldes do capitalismo, procurando assegurar seu trabalho e sobrevivência a partir de lógica comunitária de solidariedade e reciprocidade. Com isso, não se quer dizer que os catadores (organizados ou não) estejam desconectados do sistema capitalista. Em ambos os casos, sua relação se dá de modo intersticial e nas “franjas” do sistema, à medida que fornecem matérias primas à indústria que utiliza materiais recicláveis em seu processo produtivo. Diante disso, a questão central da pesquisa foi: quais as percepções dos catadores cooperados e não cooperados da cidade de Campina Grande/PB sobre o trabalho que desempenham, sob os aspectos social, familiar, econômico, e, em especial, qual seu ponto de vista sobre o trabalho em coletividade? O objetivo principal da proposta foi identificar quais as percepções dos catadores da cidade de Campina Grande/PB sobre o trabalho que desempenham e, em especial, o trabalho em coletividade, com base nas suas trajetórias de vida e possíveis motivos ou circunstâncias para a escolha pelo trabalho em grupo ou individual, ou os percursos que os levaram a esta ou aquela situação de trabalho. Para tanto, a metodologia da pesquisa, inicialmente, percorreu uma revisão bibliográfica, das principais obras a respeito das temáticas de economia solidária, da ação coletiva e da reprodução social dos grupos marginalizados, e, em um segundo momento, foi realizada pesquisa de campo com base nas suas vivências, sendo entrevistadas(os) 19 (dezenove) catadoras(es). Como será demonstrado na presente pesquisa, tem-se como resultados que, embora os catadores cooperados componham um grupo ínfimo em relação aos que não trabalham em coletividade, a sua atuação conjunta remete a laços de reciprocidade que formam valores de solidariedade e constitui de sua atividade uma economia moral, que não tem o objetivo primordial de lucro ou de angariar recursos financeiros e privilégios individuais, mas se origina do desejo dos participantes de construir um dia-a-dia de solidariedade e cooperativismo. Por outro lado, muitas(os) das(os) catadoras(es) não coletivizadas(os) também trabalham em teias de solidariedade, ainda que não façam parte de uma estrutura formal de cooperação, mantendo uma estratégia de reprodução da unidade doméstica no contexto público, bem como promovendo a divisão do trabalho entre os membros da família.

**Palavras-chave:** Catadores de materiais recicláveis. Economia solidária. Sociologia do trabalho. Estratégias familiares de vida.

Araújo, Iasmim Barbosa. **ECONOMIC PRACTICES AND SOCIAL DYNAMICS OF RECYCLABLE MATERIALS COLLECTORS IN CAMPINA GRANDE/PB IN THEIR REPRODUCTION MECHANISMS IN THE CAPITALIST CONTEXT.**

f. 140. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2022.

**ABSTRACT**

Recyclable material collectors constitute a heterogeneous group of people, with the most varied perceptions, experiences and histories that can give rise to an “individual”/isolated collection work, and which, in some cases, can generate collective work, instituting cooperatives or associations. Around the second situation, the so-called solidarity economy has been a theme, which has already been addressed in academic studies in the country for decades, as an alternative (or even as a resistance mechanism) to the capitalist mode of production, guided by principles of shared and democratic management of the enterprise. As a theoretical proposal, the solidarity economy is opposed to the economic logic of capitalist production, in which the parties involved would only seek profit and even their choices to participate in certain activities would be based on a prior analysis of the possible financial return that may result from that action. We can also say that non-collectivized collectors also have a practice that escapes an explanation along the lines of capitalism, seeking to ensure their social reproduction based on a community logic of solidarity and reciprocity. This does not mean that the collectors (organized or not) are disconnected from the capitalist system. In both cases, their relationship takes place in an interstitial way and on the “fringes” of the system, as they supply raw materials to the industry that uses recyclable materials in its production process. Therefore, the central question of the research was: what are the perceptions of cooperative and non-cooperative collectors in the city of Campina Grande/PB about the work they perform, under the social, family, economic aspects, and, in particular, what is their point of view about collective work? The main objective of the proposal was to identify the perceptions of cooperative and non-cooperative collectors in the city of Campina Grande/PB about the work they perform and, in particular, collective work, based on their life trajectories and possible reasons or circumstances for choosing to work in group or individual, or the paths that led them to this or that work situation. To this end, the research methodology initially covered a bibliographic review of the main works on the themes of solidarity economy, collective action and social reproduction of marginalized groups, and, in a second moment, field research was carried out with based on their life trajectories, being interviewed 19 (nineteen) collectors. As will be shown in this research, the results show that, although the cooperative collectors make up a tiny group in relation to those who do not work collectively, their joint action refers to bonds of reciprocity that form values of solidarity and constitute their activity a moral economy, which does not have the primary objective of profit or of raising financial resources and individual privileges, but, above all, originates from the desire of the participants to build a day-to-day of solidarity and cooperativism. On the other hand, many of the non-collectivized scavengers also work in webs of solidarity, even though they are not part of a formal structure of cooperation, maintaining a strategy of reproduction of the domestic unit in the public context, as well as promoting the division of labor among the members of the family.

**Keywords:** Recyclable material collectors. Solidarity economy. Sociology of work. Family life strategies.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANCAT – Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

CATAMAIS – Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande

CEASA – Centro de Abastecimento e Logística [da Paraíba]

CENTRAC – Centro de Ação Cultural de Campina Grande/PB

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CONAMA – Conselho Nacional para o Meio Ambiente

COTRAMARE - Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EFV – Estratégias familiares de vida

ES – Economia Solidária

EES – Empreendimento de Economia Solidária

EPI – Equipamento de proteção individual

MFV – Mecanismos familiares de vida

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MPT – Ministério Público do Trabalho

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PT – Partido dos Trabalhadores

Red LACRE – Red Latinoamericana de Recicladores

SAB – Sociedade de Amigos do Bairro

SEMUC/SP - Secretaria de Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo

SESUMA – Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2 INCURSÃO NO DEBATE E CONTEXTO ECONÔMICO DA CATAÇÃO</b>	22
2.1 Catadores de materiais recicláveis, economia solidária e empreendimentos de economia solidária	24
2.2 As tramas entre economia de mercado, economia moral e economia solidária	35
<b>3 AS LÓGICAS DA CATAÇÃO E OS SENTIDOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: aspectos familiares e ação coletiva</b>	44
3.1 As famílias de dentro e de fora de casa: redes de reciprocidade e estratégias familiares de vida	45
3.2 A construção de uma lógica coletiva na ação: os Empreendimentos de Economia Solidária como meios de sobrevivência e de (con)vivência	54
<b>4 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: dos lixões aos empreendimentos</b>	67
4.1 Histórico da catação no Brasil: caminhos para o trabalho em coletividade	68
4.2 A luta do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis	81
<b>5 FAMÍLIA E TRAJETÓRIAS DE VIDA: moral e sociabilidade na catação</b>	87
5.1 Perfis dos catadores, com base nas trajetórias de vida e relações familiares	89
5.2 O mercado e a catação: vivência e sobrevivência	104
5.3 A família	117
<b>6 SOMOS UMA FAMÍLIA: considerações finais e as lógicas que permeiam a catação</b>	125
<b>REFERÊNCIAS</b>	130
<b>MATERIAL DE ENTREVISTAS</b>	135
<b>APÊNDICES</b>	137

## 1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação aborda o trabalho de catadoras(es) de materiais recicláveis em Campina Grande/PB e suas estratégias de reprodução social, que envolvem a organização coletiva de uma parcela daquelas(es) trabalhadoras(es) em cooperativas e também um segmento que desenvolve a catação de modo individual ou familiar, ou seja, “não organizados” coletivamente. Em ambos os casos, trata-se de um trabalho informal exercido pelas “classes populares”,<sup>1</sup> às margens de uma inserção assalariada no sistema capitalista, mas de modo algum excludente em relação a este. Pelo contrário, a atividade da catação pode ser compreendida no marco intersticial do sistema capitalista, atuando como um dos elos produtivos da cadeia de suprimento da indústria que se utiliza de materiais reciclados como matéria-prima. Ao inserir-se no trabalho de catação de materiais recicláveis, “organizados” e “não organizados” mobilizam, de modo simultâneo e contraditório, valores morais e outros elementos simbólicos em torno de uma economia moral, de uma economia solidária e também de uma economia de mercado/capitalista.

As fronteiras entre elas - economia moral, economia solidária e economia de mercado/capitalista - não são bem demarcadas, havendo uma fluidez dos atores sociais ao percorrer este ou aquele espaço.

Assim, o capitalismo, em sua esfera hegemônica, se traduz em uma economia regulada pelo mercado, normalmente se fundando em competição para a conquista de espaço, circundada por empresas de pequeno e médio porte localizadas em elos ao longo de cadeias de suprimento, cujas atividades ocorrem em ramos complementares do processo produtivo das grandes empresas. Por isso, conceitos como “Empreendimentos de Economia Solidária” (EES) e “Ação Coletiva”, caminham paralelamente (e de modo intersticial) à economia de mercado, com entrelaçamento entre as esferas moral, solidária e capitalista, bem como são importantes para compreender as estratégias utilizadas pelos grupos marginalizados para garantir a sua reprodução social.

Além da inserção propriamente econômica-produtiva, as Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis se constituem também como organização política de movimentos sociais, disputando a hegemonia na sociedade a partir dos princípios de coletividade, igualdade e justiça social. Nesse sentido, os estudos

---

<sup>1</sup> Não se pretende aqui aprofundar no tema clássico da sociologia sobre as classes sociais. Entende-se por “classes populares” uma fração da classe trabalhadora, marginalizada, que não se insere formalmente na relação de venda da força de trabalho por salário, situando-se como um excedente de força de trabalho na condição estruturalmente pauperizada da sociedade.

sobre a organização dos movimentos sociais e de trabalhadores têm grande relevo nas Ciências Sociais, tendo como uma das principais referências o historiador E. P. Thompson (1984, *passim*). Para ele, as rebeliões e motins populares, ocorridas na Inglaterra do século XVIII, expressaram o momento de formação de uma identidade de classe a partir de seus interesses comuns e lutas, que mobilizavam valores de uma economia moral contrária à lógica de mercado, antes do alvorecer do capitalismo. Aqueles movimentos populares seriam elementos indicativos da força dos levantes no enfrentamento das mudanças das tradições então vigentes, salientando que ainda não havia se formado a classe que ganhou notoriedade e força na sociedade industrial, mas já havia indícios de que a organização popular, com a chamada *economia moral*, seria um forte elemento mobilizador na sociedade. Seus estudos indicavam que a organização dos setores populares em busca de interesses comuns poderia trazer benefícios para o grupo.

O próprio caráter *moral* das reuniões populares discutidas por Thompson, como os protestos contra os aumentos dos preços do trigo ou sobre a qualidade dos produtos colocados à disposição da população, seriam elementos indicativos de que a economia não era movida apenas por interesses econômicos, mas era uma ciência *social*, vez que impulsionada por e inserida em uma sociedade. Não só Thompson, mas outros autores aprofundaram os estudos nas características da classe<sup>2</sup>, como Karl Polanyi (2021, p. 233), o qual afirma que a doutrina que prega a natureza econômica dos interesses de classes está equivocada, vez que, por mais que a sociedade seja movida por interesses econômicos, essa motivação para a execução de algum feito raramente é determinante. Em regra, outros fatores seriam mais importantes para que as pessoas escolhessem, dentro do contexto em que vivem e socializam, agir desta ou daquela forma.

Nesse estudo, ao fazermos uma apropriação da categoria de *economia moral* na atualidade – e trazendo a discussão para o campo específico que será abordado -, um dos seus efeitos é o caso das pessoas que constituem as categorias informais de trabalhadores (os catadores e as catadoras de materiais recicláveis) e a formação das organizações pautadas na chamada economia solidária, que ganharam destaque maior no Brasil a partir

---

<sup>2</sup> Susana Torrado (1981) é uma das autoras que apresenta a relevância de apresentar elementos ligados à classe social, para uma correta compreensão das estratégias familiares de vida. No seu texto “Sobre los conceptos de ‘estrategias familiares de vida’ y ‘proceso de reproducción de la fuerza de trabajo’: notas teórico-metodológicas”, Torrado discute sobre as “redes de relações” como um dos mecanismos encontrados pelos pobres para a sua sobrevivência. De acordo com ela: “[...] el concepto de EFV [estrategias familiares de vida] apunta a encarar el estudio de la relación entre fenómenos de nivel macrosocial (estructuras) y de nivel microsocia (comportamientos) a través de la instancia mediadora de las clases sociales [...]” (1981, p. 207). Entretanto, a análise de classes não será elemento desta dissertação, que se pautará em outras questões pertinentes ao tema.

da década de 1990. A economia solidária tem como princípios norteadores, dentre outros, a propriedade coletiva dos meios de produção, a socialização dos recursos, a gestão democrática compartilhada e participação dos membros na vivência cotidiana – muito embora esses princípios nem sempre sejam praticados na sua totalidade pelos empreendimentos, formando, assim, “zonas cinzentas” entre a forma capitalista de produção, distribuição e gestão e essa alternativa. Contrariamente à lógica capitalista, em que há a rígida hierarquização das funções e a remuneração, em regra, diferenciada daqueles que exercem cargos mais altos, a economia solidária se caracteriza pela igualdade, já que aqueles que fazem parte de um EES são iguais em direitos e em deveres, os meios de produção são de posse coletiva e a autogestão é um traço marcante.

Em síntese, esse tipo de empreendimento tem como objetivo a gestão determinada pela vontade de cada um dos seus membros, cujos votos possuem pesos iguais, independentemente da função desempenhada na organização. Não só isso, mas, em organizações de maior porte, em que haja a necessidade de designar uma Diretoria, a atuação dessas pessoas deve ser vinculada à vontade do coletivo, podendo ser retirados de suas funções caso não o façam. Assim, pode-se dizer que esses empreendimentos são verdadeiras demonstrações da possibilidade de escapar à lógica capitalista, embora enfrentando inúmeras dificuldades, que não se podem deixar de lado quando discutida essa temática, como, citando o caso específico das(os) catadoras(es): a necessidade de intermediação por atravessadores, os baixíssimos preços de venda às indústrias recicladoras e os preconceitos enfrentados pelo trabalho desempenhado.

Essa situação indica a dupla contradição própria da coexistência entre uma economia capitalista hegemônica e iniciativas de Economia Solidária - que, para alguns autores, poderia converter-se em uma alternativa de superação do capitalismo, como é o caso de Paul Singer (2002a), cuja discussão será trazida adiante -: por um lado, os EESs enfrentam dificuldades que, muitas vezes, são trazidas pelo capitalismo (especialmente com a já mencionada presença dos intermediadores para realizar a venda dos produtos coletados, o que é feito a preços baixíssimos, para posterior repasse às indústrias recicladoras); em segundo lugar, existe outro tipo de contradição (ensejada, talvez, por aquela contradição anterior), que seria entre os princípios da ES e a prática das Cooperativas e Associações, ou seja, quando não há uma gestão democrática, participativa ou transparente do empreendimento. Embora estes sejam os objetivos dos EESs, nem sempre há a sua efetivação. Na prática, não raros são os casos de empreendimentos que fracassam na busca por uma economia solidária, dentre outros

motivos, por não haver engajamento dos participantes na gestão compartilhada. (SINGER, 2002a, pp. 19-20).

Tendo em mente essas dificuldades, surgem as questões-chave dessa pesquisa a respeito das *dinâmicas envolvendo a catação de materiais recicláveis*. Em que medida se articulam as formas de reprodução social dos segmentos populares/marginalizados com o trabalho dos catadores, organizados coletivamente ou não? Como se organizam os catadores e catadoras de materiais recicláveis, de forma geral? Quais as experiências dos cooperados e não cooperados? Quais questões podem contribuir para compreender a motivação e os interesses das práticas de catadores, coletivizados ou não? Diante da complexidade que envolve as relações sociais, familiares e econômicas dos catadores de materiais recicláveis, quais são as percepções desse grupo a respeito do trabalho que desempenham e, mais especificamente, a respeito do trabalho em coletividade?

A discussão dessa dissertação origina-se na experiência do cooperativismo e outros modelos associativos datados do século XIX, em Rochdale, com os ideais transformadores de Robert Owen, que inspirou inúmeros trabalhadores ingleses a se reunir e lutar por mais reconhecimento, formando o protótipo do que se conhece atualmente como empreendimentos de economia solidária<sup>3</sup>. Partimos da *hipótese* de que a lógica economicista não é a chave para compreender as dinâmicas envolvendo a catação, que extrapola os limites estritamente econômicos e se pauta, sobretudo, nas relações sociais e familiares vividas pelos catadores, sejam eles coletivizados ou não.

Veremos adiante, nessa dissertação, que, em muitos dos relatos coletados na pesquisa de campo, várias catadoras afirmaram que não têm qualquer interesse em se desvincular da cooperativa, ainda que pudessem ter a oportunidade de ganhar mais dinheiro trabalhando em outro lugar, ou desempenhando outro labor. Outras entrevistadas afirmaram que essa possibilidade geraria dúvidas e que, por mais que gostassem do formato do trabalho e da organização do empreendimento, o viés financeiro poderia fazer diferença na sua escolha, dada a precariedade de condições de vida destas trabalhadoras. Por outra perspectiva, muitas afirmam que estar trabalhando em grupo lhes confere mais oportunidades, bem como se reflete em sua noção de cidadania e pertencimento. Qualquer que seja a situação descrita, a percepção dos catadores acerca de seu trabalho, organizados

---

<sup>3</sup> Como será discutido no capítulo 2, são diversas as compreensões teóricas a respeito da economia solidária, sua origem e seus reflexos. Para alguns autores, como Paul Singer, os EESs são protótipos socialistas cuja origem remonta a Robert Owen. Entretanto, alguns autores indicam que esse movimento tem origem na crise do trabalho assalariado, constituindo-se meramente como ferramenta de sobrevivência das pessoas desempregadas.

coletivamente ou não, tem em comum os seus vínculos familiares e de vizinhança para assegurar sua sobrevivência da melhor forma possível.

Uma importante distinção entre os grupos organizados coletivamente e os catadores “individuais” está em uma dimensão “política” propriamente dita, que lhes possibilita intervir em espaços públicos com outros atores sociais (ONGs, gestores públicos, atravessadores *etc.*), o que, de modo individual, lhes é interdito. Em que pese tais incongruências e diferenciações, tanto as catadoras organizadas em Associações ou Cooperativas como aquelas que atuam individualmente atravessam, cotidianamente, a corda bamba entre economia moral, solidária e de mercado.

Conforme estimativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR (2019), havia no Brasil, em 2019, cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade, em EES ou fora deles<sup>4</sup>. A formação de empreendimentos de economia solidária de catadores de materiais recicláveis tem sido um dos meios encontrados para alcançar melhorias nas suas condições de trabalho e de vida, mesmo se tratando de uma categoria informal de trabalhadores, sem qualquer vínculo coercitivo que os obrigue a trabalhar em coletividade.

Essa característica é uma das que têm despertado o interesse dos cientistas sociais em entender como pessoas aparentemente dispersas, com histórias de vida distintas e partindo de contextos variados, percebem uma necessidade (ou vontade, se for o caso) de atuar em conjunto com outras pessoas. Susana Torrado (1981) e Javier Auyero, Maricarmen Hernández e Samuel Law (2022) entendem a ação coletiva das pessoas marginalizadas como formas de manter as suas unidades domésticas e reproduzi-las, dentro de um contexto em que, por exemplo, não possuam outras formas de garantir sua subsistência; mas não só isso: as pessoas que vivem “à margem” da sociedade encontram na ação coletiva uma forma de ganhar espaço e voz no meio público, de reivindicar direitos e trazer força para a comunidade como um todo, o que reflete nas suas esferas familiares.

No caso dos catadores, argumenta-se que trabalho em coletividade pode se mostrar mais viável, pela estrutura com que as cooperativas e associações normalmente contam, mas, além disso, esse trabalho coletivo, comumente desempenhado por

---

<sup>4</sup> Destaca-se, desde logo, que os dados sobre o grupo dos catadores são muito variáveis, possivelmente tendo em vista a sua informalidade. Assim, há divergências até mesmo nos números indicativos da quantidade de catadores em atividade, variando conforme o órgão responsável pela coleta de tais informações.

peças de um mesmo bairro, se caracteriza como um mecanismo de defesa do grupo marginalizado, como uma estratégia familiar de vida. Como dito, a estrutura física dos empreendimentos formados pode ser um atrativo para as pessoas que constituem uma associação ou cooperativa, mas outros são os elementos que circundam as relações dos EESs, como será discutido adiante nesta dissertação.

No ponto, ressalta-se que a discussão não se volta unicamente para a ação coletiva e a formação de empreendimentos de economia solidária. Antes disso, também questiona-se como se constituem as redes de sociabilidade das pessoas que trabalham catando materiais recicláveis, a sua visão da família, bem como as circunstâncias pessoais e estruturais que lhes levaram a trabalhar com a catação, de forma coletivizada ou não.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar quais as percepções dos catadores cooperados e não cooperados da cidade de Campina Grande/PB sobre o trabalho que desempenham e, em especial, o trabalho em coletividade, com base nas suas trajetórias de vida e possíveis motivos ou circunstâncias para a escolha pelo trabalho em grupo ou individual, ou os percursos que os levaram a esta ou aquela situação de trabalho<sup>5</sup>. Nesse sentido, o que se buscou foi não só apresentar o olhar do catador cooperado - que presume-se já ter algum tipo de contato com os coletivos da categoria e possuir algum grau de força de representação -, mas, também, trazer a visão do catador que trabalha individualmente<sup>6</sup>, para que exponha sua perspectiva a respeito da temática abordada.

Especificamente, tinham-se como objetivos: realizar uma abordagem teórica dos conceitos de economia solidária, ação coletiva e estratégias familiares de vida; descrever a estrutura dos empreendimentos de economia solidária (especialmente estrutura física e organizacional) e o cotidiano e condições de trabalho dos catadores; estabelecer comparações entre os relatos dos catadores que trabalham autonomamente e os que se encontram vinculados a EES, com base nos eixos teóricos abordados na dissertação.

---

<sup>5</sup> Ressalta-se que as motivações para o cooperativismo não são excludentes, podendo existir mutuamente e atuarem, em maior ou menor proporção, de modo a influenciar a escolha do catador pelo trabalho individual ou coletivo.

<sup>6</sup> Este termo, utilizado em alguns trechos, foi utilizado para indicar que o catador não trabalha em conjunto com outras pessoas, que não compõe um empreendimento voltado para a catação. Não significa, porém, que o trabalho “individual” reflete um “individualismo”. Do contrário: no caso das(os) catadoras(es) não cooperadas(os) entrevistadas(os), verificou-se uma forte ligação com a família e um aspecto moral na sua catação, voltada para a reprodução das suas unidades familiares. Longe, portanto, de se tratar de uma ótica individualista.

## **Aspectos metodológicos da pesquisa**

O contato com o grupo dos catadores teve início, no caso da pesquisadora, ainda na graduação no curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba, *campus* Campina Grande/PB, no desenvolvimento de pesquisa de iniciação científica intitulada “A inclusão dos trabalhadores de materiais recicláveis à luz da política nacional de resíduos sólidos: realidade ou semântica-retórica?”, sob orientação do Prof. Dr. Marconi do Ó Catão. Nessa pesquisa, foram identificadas características gerais a respeito da população que compõe o grupo dos catadores na cidade, sendo verificados perfis muito semelhantes entre os pesquisados: em regra, eram mulheres com baixo nível de escolaridade, residentes em bairros periféricos e que auferiam com a catação renda aproximada de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, à época (2018), mesmo em se tratando de catadoras cooperadas. O resultado da pesquisa de iniciação científica consistiu em um choque de realidade e em uma provocação para esta pesquisa, cujo intuito é tentar compreender – ao menos um pouco – as relações desse grupo.

Além do interesse pessoal, como já afirmado, os catadores totalizam, de acordo com estimativa do MNCR, cerca de 800 mil pessoas no país. Esse número revela a grandiosidade e dimensão do trabalho desenvolvido por eles(as), mas, embora o estudo da economia solidária já tenha se firmado no âmbito da academia, a categoria dos catadores de materiais recicláveis ainda é bastante ampla, podendo oferecer um rico debate entre o que é empiricamente demonstrado e os referenciais teóricos abordados, além de trazer contribuições para o aprofundamento de discussões como estratégias familiares de vida, ação coletiva e economia moral, solidária e de mercado. Logo, entende-se como justificada a relevância da pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se, quanto aos aspectos metodológicos, pelo procedimento descritivo-analítico, relacionando os dados coletados com as temáticas inerentes à sociologia do trabalho. No que tange aos métodos, o que se demonstrou mais adequado para a realização da pesquisa foi o indutivo, por meio da realização de pesquisa de campo, já que a pesquisadora partiu das experiências vividas pelas(os) catadoras(es), para, munida do referencial teórico da área de estudo, proceder à análise dos dados e discutir as informações em um plano mais geral.

Quanto aos meios utilizados no desenvolvimento da proposta, estes foram dois: bibliográfico e de campo. Assim, a pesquisa ocorreu em duas fases, sendo iniciada pelo meio bibliográfico, desenvolvido a partir da análise de material publicado na área da sociologia do trabalho, de modo a possibilitar um estudo mais aprofundado sobre a

economia solidária, o cooperativismo e as formas de associação dos trabalhadores no Brasil, além dos aspectos da ação coletiva e das estratégias familiares de vida. Para tanto, foi utilizado como referencial teórico Luiz Inácio Germany Gaiger, Edward Palmer Thompson, Karl Polanyi, Mancur Olson, Larissa Adler de Lomnitz, Elizabeth Jelin e outros, fundamentais para a discussão da temática estudada.

Quanto à fase de campo, é importante destacar as dificuldades encontradas. A pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2/COVID-19), decretada oficialmente em março/2020, prejudicou a realização das atividades de pesquisa de campo das mais diversas espécies, tendo em vista os riscos de contágio a partir do contato presencial com outras pessoas. No presente caso, a dificuldade se apresentou em diversas formas: por um lado, senti-me insegura em ir a campo, já que ainda não havia tomado as doses do imunizante contra o vírus, expondo a mim própria e minha família ao risco de infecção; por outro lado, havia a evidente possibilidade de, caso eu estivesse contaminada, infectar as pessoas que fazem parte do grupo pesquisado.

Embora a pesquisa de campo estivesse programada para ter início em maio/2021, a situação acima narrada gerou as mais diversas incertezas quanto à sua realização: deveriam ser realizadas as entrevistas de modo remoto, mesmo sabendo que haveria prejuízos à experiência? Seria melhor aguardar estar imunizada para realizar a pesquisa em campo, de forma presencial, e mantendo as medidas de segurança sanitária (distanciamento, uso de máscaras e álcool em gel)? A segunda opção foi a escolhida, preferindo iniciar a pesquisa de campo após eu e meus familiares, bem como as(os) catadoras(es), estarem imunizadas(os) (ao menos parcialmente, com a primeira dose), motivo pelo qual as entrevistas apenas tiveram início em agosto/2021, ocorrendo o atraso no cronograma inicialmente previsto para a pesquisa.

Em síntese, a fase de campo se deu com aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários socioeconômicos com catadores de materiais recicláveis na cidade de Campina Grande/PB, que fossem ou não cooperados. O universo da pesquisa integrou catadoras de materiais recicláveis que fazem parte de EES, bem como as(os) que trabalham de modo não coletivizado na cidade.

Quanto às que trabalham em coletivos, as pesquisas ocorreram em duas cooperativas inicialmente selecionadas, sendo elas: Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE) e Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (CATAMAIS). Tais empreendimentos foram escolhidos para a realização da pesquisa por algumas razões determinantes, dentre as

quais destacam-se o fato de a COTRAMARE ser a cooperativa de catadores mais antiga da cidade; já haver contato prévio com as catadoras da CATAMAIS, em decorrência da pesquisa de iniciação científica já mencionada; além da receptividade das cooperativas para aproximação da pesquisadora. Outro ponto que merece destaque é que buscou-se contato prévio da pesquisadora com outra cooperativa da cidade (Cata Campina), mas as tentativas de estabelecer um diálogo foram infrutíferas. Quanto às(aos) não cooperadas(os), estas(es) foram abordadas(os) aleatoriamente, principalmente nos bairros do Pedregal e Centro, onde há grande concentração de catadores não coletivizados.

A escolha por trilhar tal percurso metodológico tem origem no objetivo de obter um relato pessoal sobre as trajetórias de cada um dos participantes da pesquisa. Desse modo, não se cogitou a possibilidade de realização de pesquisa de cunho quantitativo, ou mesmo a realização de questionários fechados. Evidentemente, a fim de nortear as entrevistas, foi de fundamental importância a elaboração de um roteiro de perguntas, para a realização de entrevistas semiestruturadas; além de questionamentos gerais a respeito da situação socioeconômica dos participantes (idade, local de residência *etc.*), a entrevista teve foco nas trajetórias de vida e de trabalho de cada um dos participantes. Nesse sentido, foram realizados questionamentos sobre o tempo de trabalho com a catação e a sua relação com esse tipo de trabalho, a “iniciação” enquanto catador(a), a experiência do trabalho coletivo (seus anseios, interesses, percepções, enfim). Os instrumentos de pesquisa constam ao final da dissertação, como apêndices.

Os critérios de inclusão e exclusão se fundamentaram, principalmente, na disponibilidade do(a) catador(a) em fornecer a entrevista, já que aplicar critérios como “vivência na atividade” ou “função no empreendimento” poderiam tornar o estudo direcionado a uma única perspectiva. Foram entrevistadas 10 (dez) catadoras na CATAMAIS, e 3 (três) catadoras na COTRAMARE, todas do sexo feminino. Na última, ressalta-se que a pesquisadora percebeu certa resistência das participantes em se abrir ao diálogo, buscando finalizar a entrevista com muita rapidez e demonstrando impaciência no momento da conversa. Quanto às(aos) não cooperadas(os), foram entrevistadas 4 (quatro) catadoras no bairro do Pedregal (as quais tinham a intenção de formar uma cooperativa no bairro), todas do sexo feminino, e dois (dois) catadores no bairro do Centro, totalizando 19 entrevistados, sendo um único do sexo masculino.

A CATAMAIS foi a primeira cooperativa em que se realizaram entrevistas, em dois momentos distintos: uma primeira rodada, em 04/08/2021; e uma segunda rodada de entrevistas, em 11/08/2021. Já na cooperativa COTRAMARE foi realizada uma única

rodada de entrevistas, no dia 18/08/2021. Além disso, foi realizada uma tarde de entrevistas com as catadoras não cooperadas, residentes no bairro do Pedregal, no dia 08/12/2021 e, com dois catadores não cooperados no bairro do Centro, foi realizada a última etapa da pesquisa de campo, em 18/04/2022.

No caso das catadoras do Pedregal, a pesquisadora participou de um dos eventos de formação em economia solidária, promovido por uma professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em uma escola do bairro, e direcionado aos catadores, que pretendem formar um empreendimento. Na oportunidade, estabeleceu contato com a representante dos catadores do Pedregal, M.J.G.M., que se ofereceu para que as entrevistas fossem realizadas em sua residência, momento em que convidou outras três catadoras para participar da pesquisa. Já no que diz respeito aos dois catadores do Centro, um homem e uma mulher, foram abordados aleatoriamente nas ruas da cidade. Com relação ao primeiro, a pesquisadora já tinha conversado com ele em momento prévio, alguns meses antes de realizar a pesquisa, para verificar o seu interesse em participar. No dia em que a entrevista foi realizada, nada havia sido agendado com o catador, que foi encontrado na rua pela pesquisadora e ali concedeu a entrevista. Já a segunda entrevistada no Centro estava sentada em uma calçada, pedindo esmolas, enquanto o seu filho coletava material reciclável nas proximidades. A entrevista foi realizada ali mesmo.

Lamentavelmente, algumas técnicas que se planejava utilizar, como o diário de campo e a observação participante, não puderam ser aplicadas nesta pesquisa, em decorrência da pandemia. Como pôde-se perceber do que foi narrado acima, os momentos de contato presencial entre a pesquisadora e as(os) participantes da pesquisa foram muito breves, totalizando cerca de 13 horas, distribuídas em cinco dias. Não entendeu-se viável (ou mesmo pertinente, diante da situação de risco sanitário) acompanhar o cotidiano de trabalho, seja das cooperativas, seja dos catadores não coletivizados. Tentou-se diminuir ao máximo o contato com o grupo, sem que fosse prejudicada a entrevista propriamente dita.

Mesmo com as dificuldades apontadas, alguns dados iniciais chamaram a atenção da pesquisadora, a exemplo da expressiva diferença na renda auferida pelas catadoras das três categorias elencadas: na CATAMAIS, por se tratar de empreendimento com menor número de participantes (apenas 10, à época da entrevista), a renda mensal média variava entre R\$ 800,00 (oitocentos reais) e R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), a

depender do mês. Na COTRAMARE, que contava com cerca de 15 sócios à época, o rendimento mensal médio era de R\$ 700,00 (setecentos reais). Em se tratando das catadoras não cooperadas do Pedregal, a diferença é ainda maior: dentre as entrevistadas, o rendimento variava entre R\$ 50,00 (cinquenta reais), R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo este último caso o de uma catadora que trabalha todos os dias. Já para os catadores do Centro, enquanto um deles afirmou que auferia renda média de R\$ 700,00 (setecentos reais), a outra disse que ganhava no máximo R\$ 10,00 (dez reais) por dia, o que totaliza cerca de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, ainda que o trabalho da catação seja realizado por ela e seu filho, conjuntamente.

Na cooperativa COTRAMARE, foram realizadas três entrevistas, com as sócias E., A. e G. As catadoras na referida cooperativa não se mostraram muito receptivas à ideia das entrevistas. Expuseram, desde o início, a sua inquietação e o seu interesse em realizar uma entrevista que fosse rápida. De fato, tal aconteceu. A entrevista mais longa durou 22 minutos, enquanto as outras duas tiveram duração de 8 e 6 minutos, respectivamente, ante a não colaboração das participantes. Percebendo a resistência das catadoras, a pesquisadora achou por bem não forçar o prolongamento das entrevistas no local, especialmente por observar que as trajetórias de vida e as percepções das catadoras em questão se assemelhavam bastante às catadoras já entrevistadas na CATAMAIS, tornando certos dados repetitivos para a presente pesquisa.

NOME	COOPERADO	IDADE	ESCOLARIDADE	RESIDÊNCIA	ENTREVISTA
V.L.	CATAMAIS	41	Alfabetizada	Mutirão	I
S.	CATAMAIS	28	E.M. completo	Liberdade	II
M.S.	CATAMAIS	51	E.F. incompleto	Mutirão	III
M.J.	CATAMAIS	36	E.F. completo	Mutirão	IV
M.F.S.	CATAMAIS	41	E.F. incompleto	Mutirão	V
M.F.	CATAMAIS	43	E.F. completo	Mutirão	VI
M.	CATAMAIS	22	E.M. incompleto	Mutirão	VII
J.	CATAMAIS	29	E.M. em curso	Mutirão	VIII
S.S.C.	CATAMAIS	58	E.F. incompleto	Mutirão	IX
M.L.	CATAMAIS	51	E.F. incompleto	Mutirão	X
E.	COTRAMARE	44	E.F. incompleto	Mutirão	XI

A.	COTRAMARE	32	E.F. completo	Catolé de Zé Ferreira	XII
G.	COTRAMARE	28	E.F. completo	Mutirão	XIII
B.	Não	59	E.F. incompleto	Pedregal	XIV
M.M.	Não	58	E.F. completo	Pedregal	XV
S.S.	Não	48	E.F. incompleto	Pedregal	XVI
M.J.G.M	Não	50	E.F. em curso	Pedregal	XVII
A.M.F.	Não	70	Analfabeto	Ligeiro	XVIII
M.S.B.	Não	53	Analfabeta	Castelo Branco	XIX

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa. Quanto a esse tipo de pesquisa, leciona Antônio Chizzotti:

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Após esse raciocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2014, p. 28)

Após a coleta, os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo qualitativa, com fundamento principal na obra de Laurence Bardin (2011). Consiste em uma técnica metodológica, em que o pesquisador busca compreender as características, estruturas e modelos que se encontram ocultas nas mensagens analisadas. Em suas palavras, análise de conteúdo é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47)

De acordo com a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, foi necessária a submissão da presente pesquisa ao Comitê de Ética correspondente, antes da realização da coleta de dados. Assim, previamente à pesquisa de campo, foi encaminhado ao Comitê de Ética Envolvendo Seres Humanos em Experimentos Científicos da Universidade Federal de Campina Grande – CEP/UFPG um Protocolo referente à análise ética da proposta, para apreciação por este órgão, o qual foi devidamente aprovado (CAAE 45489321.1.0000.5182).

Finalmente, salienta que, por não ter autorização expressa das(os) entrevistadas(os) para divulgar seus nomes, todos constarão abreviados no decorrer do texto.

## 2 INCURSÃO NO DEBATE E CONTEXTO ECONÔMICO DA CATAÇÃO

Catadores de *lixo*, lixeiros e mendigos são algumas das nomenclaturas utilizadas por parte da população para se referir aos catadores de materiais recicláveis, grupo constituído por trabalhadores informais, que atuam organizados em coletividade ou não, na tarefa de coletar o material reciclável descartado, como plástico, vidro e papel, e inseri-lo novamente no ciclo de produção dos bens de consumo. Trata-se de um grupo marginalizado, estigmatizado, invisibilizado aos olhos da sociedade, muitas vezes esquecido pelo Poder Público, o qual se utiliza do serviço de limpeza urbana prestado pelo catador, normalmente sem realizar qualquer tipo de remuneração pelo trabalho desenvolvido.

A falta de reconhecimento pelo poder público e a necessidade de lutar sozinhos para alcançarem condições dignas de trabalho, inclusive, tem sido uma das principais queixas dos catadores e catadoras de Campina Grande/PB. Apenas a título de exemplo, há anos circula nas secretarias municipais a informação de que será formalizado contrato de prestação de serviços com cada uma das cooperativas, a fim de que os catadores sejam remunerados pelo ente público, proporcionalmente à quantidade de material retirado das ruas da cidade. A Prefeitura Municipal, entretanto, tem se mostrado reticente em formalizar a contratação do grupo e efetuar o pagamento devido ao seu trabalho, apresentando empecilhos à assinatura do contrato<sup>7</sup>.

O grupo dos catadores, que será objeto deste estudo, faz parte, assim como a maioria dos demais trabalhadores do país (e de boa parte do mundo) de um sistema econômico capitalista, ainda que, excluídos do regime assalariado, criem mecanismos que caminham à margem do padrão hegemônico do capital e que se cruzam com este de modo complementar, nos seus interstícios. As(os) catadoras(es) acabam, muitas vezes, por compor um padrão de vida próprio em que se apoiam as relações comunitárias ou familiares para sobrevivência<sup>8</sup>, concomitantemente ao trabalho nas sociedades

---

<sup>7</sup> Esta é uma das principais queixas apontadas pelas catadoras, em especial as que fazem parte da CATAMAIS. Em suas entrevistas, ao serem questionadas sobre as dificuldades que apontariam no desenvolvimento do seu trabalho, muitas afirmaram que o contrato com a prefeitura, cuja discussão se prolonga por anos, é algo que iria beneficiar muito as pessoas que trabalham com a catação. Isso é corroborado ao analisarmos uma publicação no site da CENTRAC, em que se divulgou que, em 2016, os catadores apresentaram à SESUMA um modelo de contrato de prestação de serviços. Link: <https://centrac.org.br/2016/04/06/cooperativas-de-catadores-de-materiais-reciclaveis-de-campina-grande-apresentam-modelo-de-contrato-de-prestacao-servico-a-prefeitura-municipal/>

<sup>8</sup> Desde já, destaca-se que o conceito de “estratégia de sobrevivência” é criticado por alguns autores, por denotar, em primeiro lugar, que há uma racionalidade necessária por trás dos comportamentos das pessoas marginalizadas e, em segundo lugar, que esses mecanismos são voltados exclusivamente para a sobrevivência física do indivíduo, em detrimento da qualidade de vida, por exemplo. Ver Auyero,

capitalistas, onde estes se inserem e no qual também estabelecem vínculos de trabalho e de convivência, conforme demonstrou a pesquisa realizada em campo.

No caso das(os) catadoras(es) entrevistadas(os) neste estudo, evidencia-se a complexidade das relações que estabelecem nos meios em que transitam: por um lado, são pessoas, em regra, marginalizadas, oriundas de bairros periféricos e que desenvolvem mecanismos de sobrevivência consistentes em um encadeamento de relações pessoais, familiares e morais<sup>9</sup>; por outro lado, boa parte dessas pessoas trabalha com a catação tendo em mente a reprodução das unidades domésticas de que fazem parte e, em certa medida, estabelecendo vínculos com a lógica de mercado, à medida que vendem o material coletado aos sucateiros; finalmente, embora os princípios e objetivos da economia solidária sejam os já mencionados no item introdutório, também já foi comentado o fato de que nem sempre é possível alcançá-los, tendo em vista esse complexo de relações envolvendo a catação de materiais recicláveis<sup>10</sup>.

As pesquisas tratando do grupo dos catadores são inúmeras e, no Brasil, são diversos os autores que trabalham com essa temática e com alguns dos eixos teóricos correlatos, como economia solidária, capitalismo, informalidade e ação coletiva. Como exemplos, podem-se citar Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger, Marcia de Paula Leite, Sueli Maria Cabral, Marília Veronese, Thelma Santos, Ari Silva, Jacob Carlos Lima, Angela Maria Carneiro Araujo, José Luis Coraggio *etc.* Todos, certamente, bastante competentes para discorrer sobre as temáticas envolvendo o grupo dos catadores de recicláveis.

Entretanto, nunca é demais ressaltar que as discussões em determinado campo teórico não se esgotam, tendo em vista que a dinâmica social é variável e sofre modificações a todo momento. Estudos realizados há vinte anos, por exemplo, mantêm o seu valor, é fato; porém, isso não significa que não possam ser revisitados, repensados ou discutidos. Caso contrário, qual seria o intuito da produção acadêmica? É pensando nisso que este item se dedica a verificar o esforço teórico já existente em torno de algumas das

---

Hernández e Law (2022); Lomnitz (1975); Torrado (1981). Esta última autora, por exemplo, sugere a utilização do termo “estratégias familiares de vida”, que será adotado daqui em diante, em conjunto com a expressão “mecanismos familiares de vida”.

<sup>9</sup> Inclusive, um dos dados coletados demonstra que há forte correlação entre as cooperativas formadas ou em formação e o lugar de origem dos catadores que dela fazem parte. No caso da CATAMAIS, todas as catadoras moram ou moraram no bairro do Mutirão; no caso das catadoras não coletivizadas do Pedregal, o seu intuito é formar uma cooperativa do bairro e afirmam que têm interesse em trazer melhorias para a sua comunidade. Maiores detalhes serão apontados no decorrer da dissertação.

<sup>10</sup> Um exemplo disso será destacado na discussão dos resultados, ao tratar das cooperativas em Campina Grande/PB, tendo em vista que a pesquisadora percebeu que, em um dos empreendimentos, há uma centralização do poder nas mãos da presidente.

temáticas que serão trabalhadas nesta dissertação, evidenciando o fato de que não se pretendeu exaurir toda a bibliografia sobre o tema, mas destacar aquelas que trouxessem um melhor diálogo com o objeto de estudo.

Inúmeros são os posicionamentos e os debates apresentados pelos referidos estudiosos e por outros que também possuem grande relevância para o cenário teórico. Dentre as perspectivas apontadas, é evidente que a autora se distancia de alguns pontos de vista, ao passo que se aproxima de outros, mais alinhados com sua visão de mundo e seu entendimento enquanto pesquisadora. Isso não significa, porém, que os debates divergentes serão excluídos ou ignorados. Pelo contrário: o que se pretende, aqui, é apresentar possibilidades e justificar a escolha de uma corrente em detrimento de outra.

## **2.1 Catadores de materiais recicláveis, economia solidária e empreendimentos de economia solidária**

As temáticas de economia solidária, empreendimentos de economia solidária e catadores de materiais recicláveis possuem bibliografia extensa, mas nem sempre é coincidente de os três eixos teóricos fazerem parte de um mesmo trabalho. Em algumas situações, é estudada uma faceta da vivência dos catadores, ainda que não aborde as outras duas áreas; em outros estudos, a economia solidária e os empreendimentos são o foco, mas nada é discutido a respeito de catadores. Nesse sentido, foi fundamental, para a concretização da presente pesquisa, realizar um levantamento dos principais trabalhos nestes campos e, dentre eles, trazer para o debate aqueles que proporcionassem diálogos proveitosos com a proposta aqui apresentada.

Autores como Thelma Santos, Sueli Cabral, Marília Veronese, dentre outros, possuem ampla produção a respeito das relações que fazem parte dos contextos dos catadores de materiais recicláveis, seja ou não com foco no trabalho em coletividade. Por outro lado, autores como Luis Inácio Gaiger e Paul Singer se destacam nos debates voltados para a economia solidária e o cooperativismo. São temas que se complementam e é incumbência da pesquisadora realizar as conexões e mediações entre as reflexões teóricas já feitas por outros estudiosos.

Partindo da discussão sobre o trabalho em coletividade, pode-se pensar no primeiro eixo teórico balizador da discussão: a economia solidária. Muito já se tentou

definir o que é tal forma de economia, desde a utilização de vieses mais “socialistas” até pontos de vista mais “liberais”, ocasionando uma série de entendimentos sobre a economia solidária. Porém, embora os esforços sejam muitos, é justamente as diferenças de perspectiva que geram as muitas percepções a respeito desse modelo econômico dentro do capitalismo, seja em oposição a este; seja como complemento relacionado ao trabalho informal e à sobrevivência das famílias nas periferias urbanas; ou, ainda, como fator de intensificação da exploração capitalista.

Contudo, antes de realizar uma análise aprofundada do que seja a economia solidária (e os seus empreendimentos), é pertinente verificar as suas raízes, oriundas das primeiras experiências cooperativistas, especialmente o modelo de Robert Owen, que, de acordo com o narrado por Singer (2002a, pp. 24-25), foi proprietário de um enorme complexo têxtil e, contrariamente ao que praticavam os seus colegas de ramo (outros industriais), aplicava ao seu negócio uma visão diferenciada de gestão e organização da sua equipe. Exemplo disso é que ele se opunha ferrenhamente à contratação de crianças nas suas fábricas, bem como não apoiava a aplicação de jornadas de trabalho extenuantes, ou mesmo em condições de insalubridade.

As técnicas utilizadas por Owen pareciam, em um primeiro plano, contrárias a tudo aquilo que poderia levar o capitalista a obter lucros: como poderia alguém ganhar mais dinheiro pagando melhor os seus funcionários? De que modo o empregador conseguiria auferir mais lucro, sem explorar até a última gota do sangue dos seus empregados? Confrontando todas as expectativas, os lucros das fábricas de Owen foram ampliados, já que a satisfação surgida nos funcionários por terem melhores condições de trabalho geraram neles sentimentos que permitiram melhor resultado na produção.

Owen chegou a propor um plano econômico para a Grã-Bretanha, pautado em uma espécie de investimento para que os pobres conseguissem emprego. De acordo com ele, após algum tempo, o dinheiro investido retornaria aos cofres públicos, já que os beneficiários se tornariam pessoas economicamente ativas e, com isso, teriam mais poder aquisitivo para comprar mercadorias, por exemplo, bem como conseguiriam pagar seus impostos de modo devido. Como esperado, o plano não foi aceito, possivelmente porque os governantes perceberam a alteração que seu idealizador buscava realizar nas bases da sociedade (SINGER, 2002a, p. 26). Diante da negativa do poder público em apoiar os seus ideais de mudança, Owen se mudou para os Estados Unidos da América, onde

permaneceu até 1829. Entretanto, seus seguidores britânicos continuaram a apoiá-lo e a tentar dar continuidade aos seus ensinamentos. Sobre o tema, discorre Singer:

Mas, enquanto ele [Owen] permanecia além-mar, seus discípulos começaram a pôr em prática as ideias dele, criando sociedades cooperativas por toda parte. Esse movimento coincide com o surto de sindicalismo, desencadeado pela revogação dos Combination Acts. Essa legislação proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado à livre concorrência e foi usada para perseguir com grande empenho os sindicatos existentes, dos quais muitos desapareceram e os demais foram para a clandestinidade. Com a sua revogação, em 1824, novos sindicatos foram formados e, juntamente com eles, as cooperativas. (SINGER, 2002, p. 27)

Percebe-se, com isso, que, embora o plano de reestruturação econômica e social de Robert Owen não tenha sido bem sucedido, dada a resistência do poder público em implementar as ideias que podem ser chamadas de revolucionárias para aquele momento, a população, inspirada em tais ideais, iniciou o planejamento e a construção de cooperativas e sindicatos, na busca por melhores condições de trabalho para aquele povo pobre e cada dia mais pauperizado – seja pela exploração capitalista, seja pela falta de incentivo e de políticas públicas governamentais. Após inúmeros conflitos, *lockouts* e demissões em massa dos sindicalizados, a luta minguou e os sindicalistas perderam ânimo, mas o marco foi estabelecido. Destaca-se, quanto a isso, que o empreendimento de Owen não deixou de ser capitalista, à medida que ainda havia a exploração de mão-de-obra assalariada, dentre outras características próprias do capital. Entretanto, a forma de organização por ele proposta foi fundamental para o desenvolvimento do que se entende hoje como empreendimento de economia solidária.

Na França, o principal precursor da economia solidária foi Charles Fourier. De acordo com Singer (2002a, p.36), sua ideia principal era a da organização das paixões humanas de modo que a sociedade pudesse se organizar em harmonia. O fundamento era, principalmente, pautado nas aspirações pessoais e no fato de tornar o trabalho atraente para todos, aumentando a produtividade e, com isso, o fluxo da economia. No seu caso, contrariamente ao que propunha Owen, Fourier não é coletivista, já que a divisão igualitária, no seu modelo, é apenas dos meios de produção, enquanto a propriedade acionária continua sendo privada. Na proposta de Fourier, surgem os *falanstérios*, como ambientes em que os trabalhadores podem ser livres para desenvolver suas capacidades e predileções, escolhendo atuar com aquilo que tenham mais aptidão.

De acordo com Lima, “o movimento cooperativista fundou-se inicialmente com os socialistas utópicos, que propunham a autogestão do trabalho como reação defensiva

ao desemprego e às condições de vida e de trabalho dos operários industriais” (LIMA, 2004, p. 46). Alguns foram os marcos no movimento: em 1844 foi fundada a Rochdale Society of Equitable Pioneer, cooperativa de consumo de operários têxteis perto de Manchester, pioneira no ramo; em 1852, entra em vigor a Lei das Sociedades Industriais e Cooperativas, na Inglaterra, o que se reflete no reconhecimento legal das organizações; em 1895, a Aliança Cooperativa Internacional, em Genebra, ratificou os princípios de Rochdale (adesão voluntária, gestão democrática, participação dos membros no controle do capital, educação e formação dos sócios *etc.*).

Para Paul Singer, a gestão democrática e as demais medidas adotadas por Robert Owen seriam o cerne da economia solidária, que, na atualidade, se firma nas bases e princípios socialistas. Seriam, dessa forma, protótipos socialistas e, pode-se dizer, mecanismos de resistência em face do capital. Afirma Márcia de Paula Leite:

Alguns acreditam que a economia solidária deriva de Owen e dos princípios socialistas (SINGER). Outros, entendem que surgiu da crise da relação salarial (LAVILLE; FRANÇA FILHO). Outros, ainda, classificam o fenômeno como efêmero e fugaz. (LEITE, 2009, p. 32)

Melhor explicando, a organização do modelo de produção da economia solidária, para Singer (2002a), por exemplo, caminha em sentido diverso ao capital, já que se baseia em uma ótica humanista e até mesmo de desenvolvimento pessoal dos seus integrantes, sem a rigidez das hierarquias e dos constantes esforços para alcançar metas inatingíveis, presentes no capitalismo. Já para Thelma Santos (2016, p. 205), cuja perspectiva em muito se assemelha com a desta pesquisadora, “[...] o modo como a Economia Solidária se relaciona com a dinâmica capitalista não pode ser idealizado [...] É um processo difícil, por vezes contraditório, que tem suas próprias particularidades, seus caminhos e lógicas próprias [...]”. De acordo com Antônio Bob Santos:

Na “economia solidária”, o princípio da reciprocidade aparece ao lado do mercado e da redistribuição, adquirindo o papel que tinha antes de ter sido ofuscado pelos outros dois princípios. Esta reciprocidade assume forma através das iniciativas de desenvolvimento e da criação de emprego local [...] Na esfera política, as estruturas da economia solidária visam dotar os actores intervenientes de uma maior participação, através da identificação das suas necessidades e da sua resolução, ou seja, uma maior democratização em todo este processo (Laville, 1996, pg. 53 *apud* SANTOS, 2004, p. 12-13)

No entendimento da pesquisadora, a economia solidária planta suas *raízes* nesse primeiro momento de motins e rebeliões, enquanto mecanismo de luta e resistência, para

se desenvolver até modelos mais sofisticados de empreendimentos que utilizam seus princípios a fim de se organizar, podendo variar de coletivos com poucos participantes e baixa retirada até organizações de grande porte. Nesse contexto, surgem as cooperativas e associações, cuja atividade é variável, de acordo com as necessidades do grupo que as compõem, existindo diversas modalidades de empreendimentos coletivos dessa natureza, como: cooperativas de crédito, cooperativas de produção, associações de comércio, enfim.

Por mais que muitos grupos desse tipo surjam da vulnerabilidade a que estão expostos no mercado capitalista, como é o caso dos trabalhadores informais, ou dos setores precarizados da economia, a relação moral, que funciona como liga para os empreendimentos de economia solidária, se destaca em frente aos obstáculos que venham a ser encontrados. Para pensar nisso, basta imaginar a situação de um grupo de trabalhadores informais, que buscam melhoria de qualidade de vida e se reúnem para alcançar essa meta. O que impediria que o modelo de organização fosse capitalista? O que determinaria que tais pessoas optassem por seguir ou permanecer seguindo a lógica solidária, em detrimento da lógica do capital?

Nesse contexto, a solidariedade, a vivência, o partilhar de experiências é o elemento que ganha força, sendo as características em comum o que mantêm esses indivíduos coesos, em busca de um bem coletivo, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis. Nas palavras de Cabral e Veronese:

Até hoje, acredita-se que esse conceito [de EES] não foi totalmente compreendido tal como pensado: um conceito de tipo-ideal weberiano. A descrição de um EES pleno de autogestão, horizontalidade, cooperação, entreajuda, cuidados ambientais, educação cooperativa continuada, inserção comunitária significativa e geração de renda suficiente, tal como o tipo-ideal de Max Weber, não se encontra na realidade empírica; alguns chegam mais perto, enquanto outros se distanciam muito. [...] O objetivo do empreendimento solidário é a maximização do bem-estar para os participantes, distanciando-se da busca da maximização do lucro, tipicamente capitalista. (CABRAL; VERONESE. 2020, p. 405-406)

Os empreendimentos de economia solidária podem se revestir de variadas características formais de constituição (cooperativa ou associação, por exemplo), mas se baseiam nos ideais de autogestão, cooperação, horizontalidade nas decisões e inserção comunitária. Gaiger (2010, p. 165-166) apresenta as características dos empreendimentos de economia solidária como sendo: a predominância de sócios trabalhadores; a divisão técnica, mas não social do trabalho; a equidade no trabalho e na distribuição dos resultados; o compromisso social.

Como Cabral e Veronese mencionam (2020, p. 405-406), essa definição “fechada” e “perfeita” dos empreendimentos de economia solidária constituem um tipo-ideal weberiano, que não encontra correspondência na realidade empírica de muitas organizações de trabalhadores. Conforme já mencionado em momento prévio, Singer alerta para essa realidade em sua obra “Introdução à economia solidária”, deixando claro que os objetivos dos empreendimentos podem até mesmo ser os elencados, mas a realidade de muitos desses locais demonstra que a prática é mais difícil do que a teoria parece demonstrar. Diversos empreendimentos, de acordo com o autor, falham na busca pela implementação de uma economia solidária por inúmeros motivos, como a falta de engajamento dos participantes na gestão compartilhada (SINGER, 2002a, pp. 19-20).

Esse fenômeno é comum de acontecer, de acordo com Singer, em empreendimentos cujos integrantes sejam ex-empregados de empresas capitalistas, ou pessoas que tenham saído de uma relação de trabalho envolvendo a subalternidade, ainda que informalmente. Nesses casos, o cooperado/associado continua com uma mentalidade de exploração capitalista, não conseguindo desenvolver as habilidades exigidas para uma efetiva autogestão, como a participação nas demandas do empreendimento, a integração com a equipe e a consciência de que seus direitos e deveres são equivalentes aos dos demais colegas de trabalho. Assim, são pessoas que se enxergam como empregadas, ainda que a relação no empreendimento seja distinta, dificultando o alcance de todos os objetivos dos EESs.

Com relação à remuneração, não se fala em salário, mas em *retirada* pelos sócios, que podem receber igualmente, ou ser pactuada uma distribuição diferenciada dos valores entre seus membros. Essa diferenciação pode surgir em decorrência do costume do sócio em lidar com o trabalho hierarquizado ou, por outro lado, por entender mais justa uma maior retirada para um profissional (sócio ou não) que tenha maior qualificação. De acordo com Singer (2002a, p. 12-14), o profissional mais capacitado, por mais que receba mais que os outros, pode auxiliar para uma maior arrecadação total do empreendimento, fazendo com que, conseqüentemente, as retiradas dos demais também sejam maiores. De todo modo, o importante a se ter em mente é que o intuito do escalonamento dos salários não é maximizar o lucro, mas manter uma boa qualidade de vida, especialmente buscando maiores retiradas para todos os sócios.

As características anteriormente mencionadas (como é o caso da tentativa de aumento das retiradas), por mais que possam guardar alguma semelhança com a lógica

de mercado, não têm o condão de transformar os empreendimentos de economia solidária em empresas capitalistas. Como já discutido no item introdutório, o capitalismo é o modelo de produção adotado no Brasil e na ampla maioria dos países, motivo pelo qual os trabalhadores, ainda que tenham ideais de mudança, precisam de recursos financeiros para garantir sua subsistência e, não só isso, acessar outros itens que fazem parte de uma vida digna, como saúde, educação, lazer, cultura. Não é razoável imaginar que o trabalhador cooperado, como é o caso do catador de materiais recicláveis, seja altruísta a ponto de abrir mão da sua retirada, “pelo bem da coletividade”, ou “para garantir a solidariedade” e a manutenção de um “ideal” de cooperação, fechando os olhos para o fato de que precisam de dinheiro para se alimentar.

Fazer parte de um modo de produção alternativo não significa não precisar de dinheiro, mas buscar a conquista do seu espaço e a promoção de melhor qualidade de vida para todos os membros do empreendimento de outra forma, que não a exploração do capital. Quanto maiores as retiradas, é evidente que maiores serão as possibilidades de viver de forma mais confortável, com mais oportunidades de obter uma vida de fato digna. Por mais que a pesquisadora tenha esse entendimento, o objetivo da discussão teórica aqui trazida é, justamente, apresentar pontos de vista distintos.

Exemplo dessa oposição teórica encontra-se em Antônio de Pádua Bosi e Jacob Carlos Lima<sup>11</sup>. Ambos apresentam posicionamentos no que diz respeito à real emancipação dos trabalhadores que fazem parte da economia solidária em relação ao capital: eles seriam autônomos, independentes, ou apenas mais uma peça em toda uma estrutura capitalista? Para Lima (2008, p. 59), “Fica a questão se [o cooperativismo] é uma alternativa à exploração capitalista, ou à falta dessa mesma exploração”. Em outras palavras, para alguns autores, há uma dúvida sobre o cooperativismo ser uma alternativa de fuga da exploração ou, unicamente, um mecanismo de sobrevivência, tendo em vista que seus membros são excluídos da exploração do capital. Seria, como afirmado por Leite, uma das visões a respeito da ES: a de que esse tipo de empreendimento surge em decorrência, predominantemente, da crise do trabalho assalariado.

---

<sup>11</sup> Estes autores são mencionados conjuntamente por se tratarem de estudiosos que apresentam algum tipo de oposição teórica, como mencionado. Porém, é fundamental destacar que, por mais que ambos se oponham, em maior ou menor medida, a esse modelo teórico, há diferenças significativas em seus pensamentos, conforme buscou-se demonstrar no texto.

Bosi (2008, p. 102 *et. seq.*), em artigo específico sobre os catadores de materiais recicláveis, traça um caminho teórico a fim de demonstrar que o trabalho desses profissionais no Brasil, embora tenha se revestido de uma suposta “autonomia” para os trabalhadores, na verdade se mostra como mais uma forma de exploração pelo capital. O autor argumenta que não só o catador está inserido no modo de produção capitalista e sua baixa escolaridade seria um dos fatores que o levaria a tal trabalho, mas também atua quase que como uma empresa capitalista: a organização do seu trabalho é diretamente relacionada com o preço dos recicláveis e a retirada; as jornadas de trabalho seguem uma rotina, semelhante ao que ocorre no trabalho assalariado; há forte concorrência entre os catadores, para “conquistar” os moradores e os pontos de coleta; além de se antecipar aos seus pares, para “chegar primeiro” aos lugares em que seja possível coletar algum material.

Discorda-se do autor, embora as suas ponderações sejam reflexos de problemas reais enfrentados pelos catadores no Brasil. Como já se iniciou a discutir, embora o altruísmo seja louvável, as pessoas que trabalham catando materiais recicláveis não podem abrir mão dos seus rendimentos com a finalidade de travar uma luta política ou buscar um ideal de mudança. Isso é o que se depreende principalmente dos relatos das pessoas entrevistadas (o que será melhor abordado adiante na dissertação): os recursos financeiros - muito embora apenas minoritariamente façam parte dos seus discursos em relação à intenção de trabalhar ou se manter trabalhando em coletividade -, são fundamentais, no seu entendimento, para o seu bem-estar. São comuns os relatos de que a catação é importante para que seja possível prover o sustento do lar, ou ter condições de melhorar suas residências e ajudar a família, no trabalho cooperado ou fora dele.

É importante mencionar que não se pretende romantizar o trabalho desempenhado pelos catadores ou fechar os olhos para os problemas que enfrentam. Porém, o que se destaca e critica quanto ao posicionamento de Bosi é o fato de que as atitudes por ele apontadas como “parte” do capitalismo são, na verdade, parte da dinâmica complexa que envolve o contexto da catação. O fato de o(a) catador(a) precisar organizar o seu trabalho de acordo com os preços de compra dos materiais pelas indústrias ou sucateiros, por exemplo, não pode, por si só, ser visto como um elemento indicativo de que o(a) catador(a) desenvolve um trabalho que é *mero elemento do capitalismo*.

Outro ponto que entende-se ser merecedor de críticas na análise de Bosi é o fato de que ele deixa de levar em consideração as formas de organização coletiva dos

catadores. Visualiza-os apenas como pessoas que, não tendo conseguido se inserir no mercado de trabalho, encontram na catação uma alternativa para sobreviver e se tornam partes do capital, mas não cita o exemplo das cooperativas, que se constituem como um caminho paralelo ao capitalismo, travando uma luta política, mesmo diante de muitas contradições, e são, também, uma estratégia familiar de vida<sup>12</sup>. Ou seja: o autor conclui que a categoria de trabalhadores composta pelos catadores, *em geral*, trabalha da forma descrita por ele, constituindo um exército de reserva a ser explorado pelo capitalismo, sem levar em consideração as inúmeras formas de organização coletiva, ainda que não formalmente instituídas, além de não tomar em conta as dinâmicas sociais e familiares que permeiam as vidas dos catadores e catadoras não coletivizados.

Além do mais, talvez o mais importante seja o fato de não levar em consideração a *vontade* do agente, recaindo quase em um determinismo no que diz respeito à possibilidade de escolha do catador pelo trabalho que desempenha. Realmente, os baixos graus de escolaridade podem dificultar o acesso do indivíduo a algumas formas de trabalho, mas não significa que a escolha pela catação foi o último recurso encontrado pela pessoa para obter uma fonte de renda. Em verdade, a imensa maioria dos catadores entrevistados, como A.M.F., que não é cooperado, afirma que “ama” o trabalho que desempenha e que prefere trabalhar como catador do que obedecer às ordens de um patrão, ser empregado. Este entrevistado, inclusive, já teve outras profissões, como empregado e de modo autônomo, mas encontrou na catação um trabalho com o qual se identificou e no qual permaneceu por cerca de 20 anos.

A economia solidária possui alguns princípios que muito comumente não são seguidos pelos empreendimentos, tendo em vista as dificuldades encontradas no percurso. A descrição fechada do que viria a ser economia solidária, porém, é pouco frutífera para o debate, tendo em vista que não corresponde com a realidade, além de que ignorar o contexto social e econômico em que os membros de EESs se inserem também pode levar a uma análise tendenciosa do que seja esse modelo de empreendimento. Conforme já mencionado, e pretende-se enfatizar, o presente estudo não tem o objetivo de demonstrar de modo contundente o que é ou não é economia solidária, ou separar em uma caixa tudo aquilo que faça parte desse modelo e rechaçar aquilo que seja “inadequado”.

---

<sup>12</sup> Vide LOMNITZ, 1975

Na realidade, o que se busca é perceber as dinâmicas que envolvem a ES, em especial na catação, dentro de um *continuum*, tendo em vista que alguns empreendimentos podem se aproximar mais do intuito da economia solidária, enquanto outros podem acabar desvirtuando a lógica solidária inicialmente prevista. Isso não significa que a economia solidária é semelhante ao capitalismo, ou *apenas* mais um elemento desse sistema.

A economia solidária tem como especificidade combinar dinâmicas de iniciativas privadas com propósitos centrados não no lucro, mas no interesse coletivo. [...] A segunda característica da economia solidária reside na elaboração de formas de coordenação e de alocação de recursos alternativas à concorrência ou à regulamentação administrativa representada pela coordenação estatal, por meio de ‘espaços públicos de proximidade’ que conduzem a uma co-construção da oferta e da demanda (GUÉRIN *apud* LEITE, 2009, p. 34)

As dificuldades encontradas pelos catadores, cooperados ou não, de fato são muitas. O baixo reconhecimento da importância do trabalho desempenhado, a necessidade de lidar com atravessadores e as escassas retiradas são algumas das questões críticas do cotidiano desses profissionais. O que não significa, necessariamente, que a catação ou mesmo a formação dos empreendimentos de economia solidária sejam apenas uma forma de sobreviver, no contexto capitalista. Como será discutido mais adiante, nos capítulos 3 e 5, a sobrevivência e a vivência dos catadores são elementos que se entrelaçam em seus cotidianos, sendo o convívio coletivo um dos eixos que norteiam sua atividade e preenchem a sua vida pessoal com propósito.

A solidariedade de que se fala quando o assunto é economia solidária não diz respeito à renúncia a qualquer objetivo de ganho financeiro ou de melhoria de qualidade de vida. Pelo contrário: o que se busca é o aumento da qualidade de vida de todos os membros do empreendimento a partir de práticas inclusivas, permitindo que todos participem ativamente dos processos de gestão e direção do EES, ainda que com isso também almejem o aumento das retiradas. Não há contradição nessa prática.

França Filho (2002) demarca as fronteiras conceituais entre terceiro setor, economia social e economia solidária. Quanto ao primeiro conceito, o terceiro setor, que teria origem no contexto norte-americano, de origem anglo-saxônica, poderia ser entendido como uma via de produção que não está no Estado nem no mercado. Seriam organizações “formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem

comportar um certo nível de ação voluntária [além de não serem políticas nem confessionais]” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 10). Nesse sentido, o Estado fica completamente de fora dessas organizações, que são voluntárias e não têm origem em experiências associativistas ou “protótipos socialistas”. Já as noções de economia social e solidária teriam outra origem:

De fato, contrastando com a noção de terceiro setor, as noções de economia social e economia solidária são herdeiras de uma tradição histórica comum fundamental. Esta relaciona-se com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário de ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação [...] Importa precisar que a dimensão política (ou esse aspecto da luta política), própria das experiências de economia social na sua origem, diz respeito à questão do direito ao trabalho. Isso porque as iniciativas gestadas no seio dessa economia social nascente aparecem como alternativas, em termos de organização do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 11-12)

Mesmo com as críticas que a economia solidária e o cooperativismo podem sofrer, essa forma de organização dos trabalhadores se constitui, na minha perspectiva, como um mecanismo encontrado pelas pessoas marginalizadas para promover a sua reprodução social, encontrando, no caminho percorrido, diversas nuances que são características: transitando entre uma gestão compartilhada e democrática do empreendimento, buscando os ideais de solidariedade e, por outro lado, se inserindo em uma lógica de mercado, por exemplo, quando é necessário realizar a venda dos materiais aos sucateiros. No caso específico dos catadores de materiais recicláveis em Campina Grande/PB, é bastante significativa a diferença da forma de trabalho daqueles que são cooperados e dos não cooperados, repercutindo, desse modo, na sua qualidade de vida, como será demonstrado no capítulo 4.

Segundo Singer, houve uma reinvenção da economia solidária no final do século XX, pois, até os anos 1970, o movimento operário buscava defender os direitos conquistados pelos trabalhadores nas empresas capitalistas, bem como sua ampliação, em vez de lutar contra o assalariamento e procurar alternativas para escapar dele. Só a partir da década de 70 é que ressurgiu a ES:

Tudo isso mudou radicalmente a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa começou o seu retorno. Nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as

conquistas do movimento operário nunca se realizaram [...] O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. Essa mudança está em sintonia com outras transformações contextuais que atingiram de forma profunda os movimentos políticos de esquerda (SINGER, 2002a, p. 110-111)

Isso significa que se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico seu crescimento poderá se desacelerar no futuro e, pior, ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista, cuja existência será funcional para preservar fatores de produção - trabalho, terra, equipamentos e instalações - que, se ficassem sem utilização, estariam sujeitos a se deteriorar. [...] A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. [...] A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. (SINGER, 2002a, p. 114)

As afirmações de Singer deixam clara a sua visão da economia solidária enquanto protótipo socialista, como uma forma superior ao capitalismo no que diz respeito a ser um modo de produção democrático, participativo e com a utilização, ao menos em teoria, de ideais de justiça social e inclusão. O posicionamento de Singer é de que a economia solidária não diz respeito a mais um “elo” na corrente capitalista, a mais um elemento que faz toda a engrenagem do *moinho satânico* girar. Pelo contrário: ela pode ser um mecanismo de insurgência, por mais que, como será discutido no item subsequente, as tramas da economia moral, economia solidária e economia de mercado sejam entrelaçadas, permeadas pelos vínculos morais e familiares, e não haja, ao menos no caso dos catadores entrevistados, uma definição exata sobre a qual “grupo econômico” pertencem.

## **2.2 As tramas entre economia de mercado, economia moral e economia solidária.**

Já se vinha discorrendo sobre como o capitalismo pode ser compreendido como uma teia regulatória, ou como um grande sistema que está inserido em diversos aspectos da vida em sociedade. Um exemplo simplório e muito relacionado com o tema aqui debatido é a já mencionada necessidade de dinheiro para sobreviver em um sistema capitalista. Ainda que o indivíduo tenha a intenção de viver de outra forma, dificilmente conseguirá ter uma vida adequada, preenchidos alguns elementos básicos de dignidade,

caso não possua recursos financeiros para tanto: ter moradia (própria ou alugada); financiar sua educação ou dos seus filhos; acessar o sistema de saúde em geral; praticar atividades de lazer; obter descansos periódicos do trabalho *etc.*

Como consequência das políticas de Estado<sup>13</sup> que levaram ao surgimento do capitalismo, tem-se a criação de um verdadeiro *mercado* de trabalho, já que aqueles que não tinham posses se viram obrigados a oferecer a própria pele nesse *moinho satânico*, como intitula Karl Polanyi (2021, *passim*), para, ao menos, conseguir recursos para sua subsistência. O trabalho passou a ser vendido, comercializado como qualquer outra mercadoria, mas de modo precário e mal remunerado, sem que houvesse uma correspondência real entre a quantidade de trabalho realizada e o valor efetivamente pago pelo empregador.

O modo de produção capitalista nos transmite uma percepção equivocada de que a humanidade é naturalmente acumuladora, ou mesmo de que é intrínseca aos seres humanos a subalternidade. Assim, seria “normal” e “óbvio” que algumas pessoas nascessem com aptidão para dominar, explorar, ou ser grandes proprietários, enquanto outras pessoas viessem ao mundo naturalmente pobres e submissas. Cria-se uma aceitação desse modelo e incorporação dos seus discursos. Entretanto, as ações governamentais mencionadas por Marx (2017, p. 790 *et seq*), como é o caso da expropriação, ensejaram a criação do *mercado* de trabalho em formação, já que, nesse momento final, os ora camponeses estavam totalmente despojados das suas terras e não mais havia a possibilidade de obter outra fonte de renda que não o salário. Por outro lado, a constante e cada vez mais amplificada pobreza estava permeando todo o seio da sociedade, impossibilitando que o agora proletário “escolhesse” emprego, ou optasse por algum que fosse mais vantajoso para si.

A economia de mercado, nesse contexto, pode ser entendida como um elemento artificial, criado a partir das situações impostas e anteriormente descritas. Antônio Bob Santos (2004, p. 6-7), em estudo sobre a visão de Karl Polanyi sobre as economias de mercado, afirma que o fenômeno, para esse autor, “é uma estrutura institucional recente,

---

<sup>13</sup> Diversas foram as leis, desde o século XV, que marcaram a fase inicial do capitalismo e da acumulação de capital. De acordo com Marx (2017, p. 790), o aumento do preço da lã fez com que os campos de plantio fossem substituídos por pastagens para as ovelhas. O dinheiro tornou-se, efetivamente, o senhor de todas as negociações; os camponeses, por outro lado, tornaram-se dispensáveis naquele meio e se viram obrigados a migrar para o ambiente urbano, colocando-se à disposição do mercado de trabalho. Não se trata, assim, de uma consequência natural de características humanas inatas, mas, antes disso, de um processo histórico, marcado por intensos conflitos, que levou à formação de uma sociedade de classes, ao transformar a realidade feudal existente e iniciar o modo de produção que veio a ser denominado como capitalismo, regulado pela economia de mercado.

que nunca esteve presente a não ser nos últimos três séculos. De facto, até à Revolução Industrial, os mercados eram apenas acessórios da vida económica, sendo o sistema económico absorvido pelo sistema social”. Nesse sentido, a economia de mercado e a lógica da acumulação capitalista apenas tiveram força maior a partir do século XVIII, mediante um duro processo de proletarização das massas.

Para Santos (2004, p. 2-4), o mercado é o espaço em que ocorre o encontro entre a oferta e a procura de bens e serviços, com o intuito de troca, possuindo regulação a partir do preço e tendo a moeda como forma geral de equivalência. Nesse sentido, pode-se afirmar que a atividade de catação de materiais recicláveis está inserida no contexto da economia de mercado, tendo em vista a oferta de produtos (recicláveis) no mercado (atravessadores ou indústrias), com a finalidade de troca (por dinheiro), sendo essa dinâmica ajustada através do preço estabelecido entre as partes envolvidas.

Alguns estudiosos da temática, como Bosi (2008), não veem a cata de materiais recicláveis como uma alternativa ao modo de produção capitalista, mas como mais uma das modalidades de exploração deste modo de produção, tendo em vista a sua subordinação a ele. De acordo com o mencionado autor, embora a atividade de catação viesse sendo reconhecida por parte dos estudiosos como uma modalidade de trabalho “autônomo”, ou “invenção do próprio trabalhador” para escapar dos empregos formais oriundos da economia de mercado, o que se gera dessa situação é uma “superpopulação relativa de trabalhadores”: pessoas que compõem um estrato estagnado da população, mas que continuam dentro do circuito capitalista.

Os trabalhadores caracterizados como massa marginal comporiam um extrato estagnado da superpopulação relativa, sem qualificação ou ocupação definida. Seu perfil era informado principalmente pelo trabalho “por conta própria” e “pelos assalariados dos setores menos modernos [...]”. Desse prisma, o aumento da informalidade no trabalho (e nas relações que o regem) não implicou sua retirada do circuito de acumulação capitalista, nem tampouco alterou substancialmente sua subordinação ao capital. (BOSI, 2008, p. 105)

A análise do estudioso também é amplificada para o grupo aqui debatido, das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, e, de acordo com o autor, essas(es) trabalhadoras(as) se inserem no circuito capitalista de produção, não configurando exceção à economia de mercado, mesmo porque o seu trabalho teria razão de ser na composição de uma renda mensal suficiente para sua sobrevivência. Aponta, ainda, que “não foram catadores desde sempre, e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão (ou mais de uma), a qual não pôde mais ser exercida [...]” (BOSI, 2008, p. 106).

Não obstante o respeitável posicionamento de Bosi, este trabalho se direciona no sentido oposto, como já debatido em item prévio. Primeiramente, as dinâmicas percebidas nas(os) catadoras(es) não coletivizados, na pesquisa de campo, apontaram que muitas das pessoas entrevistadas já tiveram outros trabalhos, mas se identificaram com o cotidiano da catação e com as possibilidades que esse trabalho lhes traz. Além disso, há um evidente teor moral e familiar nesses contextos de catação “individual”, como será debatido com mais aprofundamento nos capítulos 3 e 5, contrariando a afirmação de Bosi de que a razão de ser da catação seria auferir um rendimento suficiente para sua sobrevivência.

Estendendo a análise de Bosi para a situação das(os) catadoras(es) coletivizadas(os), é fundamental destacar que o fato de estar inserido em uma economia de mercado não descaracteriza, por si só, um empreendimento como sendo de economia solidária, nem é suficiente para demonstrar que a lógica capitalista é seguida por tais empreendimentos, como já discutido. É evidente que os empreendimentos estão inseridos em um contexto de economia de mercado, tendo em vista se tratar de uma conjuntura econômica da qual é difícil desviar, ainda mais em se tratando de empreendimentos de pequeno porte e com pouca representatividade no mercado. Isso não se traduz, automaticamente, na conclusão de que o intuito do empreendimento de economia solidária é capitalista, ou que a reunião das pessoas em tais configurações tem o viés exclusivo do lucro.

Em segundo lugar, de fato, muitos dos catadores de materiais recicláveis tiveram outro tipo de trabalho antes de adentrar na catação, conforme demonstram, inclusive, as trajetórias de vida descritas no capítulo 5. Apesar disso, entende-se que este fato não é suficiente para demonstrar, de forma incisiva, que a catação não é uma atividade exercida através de uma livre escolha, sejam coletivizadas(os) ou não. Por um lado, há catadoras que sempre tiveram essa profissão, como é o caso de V.L., que cata desde os dez anos de idade e nunca teve outro trabalho em sua vida. Noutro giro, muitas das catadoras entrevistadas tiveram outro trabalho antes da catação e, de certa forma, não tiveram escolha ao migrar para este ramo, já que se viram sem outra oportunidade de trabalho; A.M.F., catador não cooperado, já teve diversas profissões ao longo da vida, como será narrado no capítulo 5, mas se encontrou na catação; finalmente, M.S.B., também catadora não cooperada, embora já tenha trabalhado como empregada doméstica em residências, foi contundente ao afirmar que prefere catar, por não ter que “dar satisfação” a patrão.

É dizer, isso não significa que a falta de emprego formal é um fator ou exclusivo para que as(os) catadoras(es) *permaneçam* realizando esse trabalho, embora possa ter sido

o motivo para *ingressar* na catação, em alguns casos. Muitas(os) sentem-se realizadas com o trabalho que desempenham e afirmam que não trocariam por outro, mesmo que melhor remunerado.

De toda forma, o que se pretende afirmar com isso é que, por mais que a pobreza e a baixa escolaridade sejam elementos que podem exercer influência no início da atuação na cata de materiais recicláveis (já que são elementos que reduzem as oportunidades de empregos formais), tal fato não significa, como Bosi pretende levar a crer, que os catadores de maneira geral apenas estão no ramo por não terem outra opção. Como dito, dentre as entrevistadas coletivizadas, 7 disseram que não trocariam seu trabalho, enquanto 6 afirmaram que trocariam ou que não têm certeza quanto a esse questionamento. Ainda assim, a presente pesquisa não traz uma resposta definitiva à questão dos catadores. Pelo contrário: são abertos mais caminhos e surgem mais questionamentos a respeito desse grupo tão heterogêneo e complexo, cujas trajetórias e percepções são completamente variadas entre si. Sobre a formação de cooperativas de catadores, Leite afirma que:

[...] embora não sejam capazes de promover uma transformação social mais significativa, elas são parte da nossa história e vêm deixando marcas importantes em nossa sociedade ao promover a solidariedade e a autonomia. Nesse sentido, emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um significado extremamente relevante para os trabalhadores que nelas se inserem, despontando como um elemento central à compreensão do novo momento do mundo do trabalho (LEITE, 2009, p. 39)

O que se entende nesta pesquisa é que, ainda que os catadores façam parte do modo de produção capitalista, enquanto elementos desse “moinho satânico”, parafraseando Karl Polanyi, não se trata de uma opção sua permanecer em tal situação. Ou, pelo menos, não é a essa conclusão que se pode chegar de imediato. Essas pessoas, além disso, necessitam de recursos financeiros para sobreviver em uma sociedade que tem como base a economia de mercado, o que não significa que o intuito dos EESs é o lucro incessante, o indômito crescimento econômico, ou a competição com outros empreendimentos, seguindo uma lógica capitalista de produção.

Na verdade, no que tange a essa última questão [de serem os empreendimentos verdadeiramente autogestionários], os achados de nossa pesquisa convergem com as considerações de Faria (2009), no sentido de que um empreendimento realmente autogestionário se torna praticamente inviável no quadro de um mercado capitalista. As pressões para a competitividade são tantas, que as práticas menos democráticas de tomada de decisões acabam se tornando quase uma questão de sobrevivência. Nesse sentido, o máximo que poderíamos falar seria de empreendimentos que buscam seguir (com maior ou menor grau de sucesso) práticas inspiradas em princípios autogestionários (PINTO, *apud* LEITE, 2012, p. 7)

Conforme será apontado no capítulo 5, prevalece, ao menos no grupo pesquisado, a ideia de que fazem parte do coletivo, de que “formam uma família” e de que trabalham seguindo um espírito de solidariedade e ajuda mútua. A lógica que permeia a reunião dessas pessoas para o trabalho em coletividade vai além dos objetivos financeiros. O que algumas catadoras apontaram, nas entrevistas coletadas, foi que não é possível auferir maior renda trabalhando de modo autônomo, mas o sentimento de pertencimento ao grupo é o que, verdadeiramente, faz com que essas pessoas optem por se manter trabalhando em uma cooperativa ou associação. Essa dinâmica de companheirismo e senso de coletividade também se percebe dentre os entrevistados não cooperados. No que diz respeito às(aos) não cooperadas(os), ainda que não fizessem parte de um coletivo formal ou informalmente constituído, frequentes eram as menções ao coletivo, à melhoria que uma cooperativa poderia trazer para a comunidade em que viviam, bem como restou evidenciado o viés moral e familiar da catação para todos os que participaram da pesquisa, dentro ou fora de um EES.

Márcia de Paula Leite e Gabriel Kraychete asseveram:

Criticando o reducionismo que explica a ação econômica apenas pelo interesse material e individual, Laville recupera o conceito de Polanyi (2000) de que a economia é plural, constituída por uma diversidade de formas de produção, entre as quais se encontrariam as baseadas na reciprocidade (LEITE, 2009, p. 34)

Convém observar que, face à existência de diferentes denominações – economia popular, economia popular e solidária, socioeconomia solidária – convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem, além das atividades realizadas de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de microcrédito, fundos rotativos etc. Esta designação, portanto, pretende expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, a priori, os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes (KRAYCHETE, 2000, p. 13)

A economia solidária não possui uma definição fechada, lembrando que um tipo-ideal weberiano não se aplica à realidade fática dos trabalhadores dos empreendimentos dessa natureza. Por tal motivo, algumas são as perspectivas dos estudiosos a seu respeito, podendo variar conforme o posicionamento teórico e ideológico. Nas palavras de Leite:

A economia solidária teria para Laville uma natureza híbrida, na medida em que não atua exclusivamente sob o princípio da reciprocidade; de acordo com ele, ela recorre também a recursos monetários. Nesse sentido, ela seria responsável por religar o econômico ao social, combinando a reciprocidade às lógicas redistributiva e de barganha, visando a reforçar a auto-organização da sociedade civil [...] a perspectiva de Coraggio, por sua vez, se volta para o que ele chama de “economia do trabalho”, ligada a ações que não envolvem o mercado, como serviços de cozinha, horta, conserto de roupas etc. [...] Retomando os princípios socialistas das cooperativas de meados do século XIX, Singer interpreta o ressurgimento das cooperativas como um resultado da crise do trabalho assalariado, do socialismo real e da social-democracia; tudo isso teria resultado, segundo o autor, num deslocamento do foco dos movimentos emancipatórios da tomada do poder do Estado para o fortalecimento da sociedade civil (PINTO *apud* LEITE, 2009, p. 35-37)

Como apresentado por Leite, há diversas formas de compreender a economia solidária, dentre as quais são destacadas a de Jean Louis Laville, José Luis Coraggio e Paul Singer. Para o primeiro, a natureza desse tipo econômico seria mista, já que haveria fundamento na reciprocidade dos seus membros, mas também nas lógicas de mercado. Para Coraggio, a economia solidária diria respeito ao que ele chama de economia do trabalho. Já Singer entende esses coletivos como ensaios de empresas socialistas, que têm como fundamento a sociedade civil e a tomada do poder pelas pessoas em face do Estado, organizando-se de modo a gerir as suas vidas e o mercado.

Nesse sentido, o cooperativismo constitui um modo de produção específico e as empresas autogestionárias, ‘ensaios de empresas socialistas’ (Singer, 2000a, p. 159). Retomando os princípios socialistas das cooperativas de meados do século XIX, Singer interpreta o ressurgimento das cooperativas como um resultado da crise do trabalho assalariado, do socialismo real e da social-democracia; tudo isso teria resultado, segundo o autor, num deslocamento do foco dos movimentos emancipatórios da tomada do poder do Estado para o fortalecimento da sociedade civil (PINTO *apud* LEITE, 2009, p. 37)

Assim, a economia moral, a economia solidária e a economia capitalista são modelos divergentes, que apontam para caminhos e soluções distintas. Convivem em uma mesma trama de relações econômicas e sociais, embora isso cause efeitos adversos, especialmente para o “elo mais fraco” nessa corrente: os integrantes da economia solidária, que em geral é composta por pessoas dos setores populares. Além de não se inserirem nos circuitos amplos de produção do capitalismo, detêm pouco poder de barganha e costumam ser menos apoiados pelo Poder Público. Não só isso, mas a economia de mercado também acaba causando, ainda que indiretamente, um enfraquecimento dos princípios da economia solidária nesses empreendimentos. Em alguns, como já afirmado, não é viável a plena adoção de tais princípios, porque parte dos seus membros provêm de prévias relações trabalhistas capitalistas e não conseguem se

adequar a uma nova forma de trabalho; em outros EESs, os princípios são deixados de lado, a fim de alcançar maiores retiradas para os membros, transformando-se quase em uma empresa capitalista.

As economias moral, solidária e de mercado caminham lado a lado e, percorrendo seus meandros, estão os catadores, coletivizados e não coletivizados. Em certa medida, encontram-se inspiradas(os) pela economia moral, já que muitas(os) trabalham em prol da sua comunidade e veem nas suas famílias fundamento para seu trabalho e, inclusive, para a própria coletivização do trabalho. Por outro lado, aquelas já cooperadas tentam seguir os princípios da economia solidária, por mais que não haja um domínio completo do significado e da extensão desse conceito; as não cooperadas que querem formar uma cooperativa participam de cursos de formação em economia solidária, a fim de se capacitarem para integrar um empreendimento dessa natureza, quando criado (muito embora uma das entrevistadas tenha afirmado que não concordava na distribuição igualitária das retiradas<sup>14</sup>). Finalmente, inserem-se na economia de mercado, vendendo seus produtos a sucateiros, buscando as melhores ofertas de compra daquilo que conseguem coletar e precisando, efetivamente, de retiradas suficientes para que possam ter uma vida digna. Kraychete leciona o seguinte:

Diferentemente da empresa, que tem por objetivo a acumulação de capital, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da reprodução da vida da unidade familiar. Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensam mão-de-obra, os empreendimentos populares não podem dispensar os filhos e cônjuges que gravitam no seu entorno (KRAYCHETE, 2000, p. 25)

Os catadores não cooperados entrevistados no bairro do Centro apresentaram uma visão negativa do cooperativismo, indicando que não concordavam com a divisão igualitária das entradas, tendo em vista que outro cooperado poderia “fazer corpo mole” e se aproveitar do trabalho dos demais para ganhar igualmente. Essas afirmações, evidentemente, não invalidam todas as outras favoráveis ao cooperativismo. Porém, devem ser levadas em consideração para compreender as lógicas envolvendo a catação e

---

<sup>14</sup> Durante a entrevista, S.S. afirmou que não concordava em distribuir igualmente as retiradas da associação de catadores, quando esta fosse criada no Pedregal. Disse que não achava justo que uma pessoa que coletasse menos que outra ganhasse o mesmo valor. Para ela, deveria haver a pesagem em separado, para identificar quanto cada catador associado coletou, e, após isso, a venda poderia ser coletiva, mas com a divisão do dinheiro de forma proporcional ao coletado individualmente. Essa lógica de distribuição das retiradas se distancia da visão de economia solidária defendida por esta autora, que compactua com as definições de Singer sobre o tema. Também se assemelha à forma como o trabalho era realizado na CATAMAIS, nos anos iniciais de sua formação, como exposto em momento posterior.

as formas como tal trabalho pode ser realizado, sendo que, no caso das pessoas mencionadas, o trabalho em coletividade não tem o mesmo significado que para outros catadores, ainda que possam provir de ambientes semelhantes (como o meio rural) e possuam graus de escolaridade parecidos (em geral, são pessoas com baixa instrução formal). No caso das catadoras do bairro do Pedregal, estas já têm contato, há algum tempo, com o tema da economia solidária, através dos cursos de formação fornecidos por uma professora da UFCG. Esse pode ser um dos motivos para o seu discurso sobre a ES e sobre o trabalho em coletividade ser distinto daqueles que não conhecem esse tipo de proposta.

Do exposto, percebe-se que as relações que permeiam o contexto da catação são bastante dinâmicas e multifacetadas, estando distantes de uma visão unidirecionada ou de uma abordagem simplista, que reduziria as dinâmicas da catação (seja ela de forma “individual” ou coletiva) à mera intenção de sobrevivência. Por mais que Kraychete mencione a lógica familiar como sendo de manutenção dos membros da família, de forma literal, no empreendimento, outros autores entendem que esse conceito pode ser ampliado, como será discutido no capítulo seguinte. Fato é que as dinâmicas dos catadores e catadoras não se vinculam a uma perspectiva reducionista de sobrevivência, mas, antes de tudo, a elos familiares dentro e fora de casa.

### **3 AS LÓGICAS DA CATAÇÃO E OS SENTIDOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: aspectos familiares e ação coletiva**

Se há uma coisa que se pode afirmar com relação às entrevistas é que, na história de todas(os), em maior ou menor medida, sempre estiveram presentes alguns elementos: pobreza, pouca instrução formal (em sua maioria, já que apenas uma delas possui o ensino médio completo) e um cotidiano extremamente atrelado às relações familiares, trazendo a todas um aspecto marcante de solidariedade e de comunidade.

Na oportunidade, salienta-se que algumas outras características foram identificadas na realização das entrevistas, como é o fato de a maioria das entrevistadas serem mulheres (18 dos 19 participantes da pesquisa); o seu grau de escolaridade (que será discutido principalmente tendo em mente as críticas feitas pelos que entendem a ES como uma simples consequência da crise do trabalho assalariado); e o seu local de residência. Estes são caracteres que serão levados em consideração na análise dos dados coletados, principalmente no que diz respeito à influência familiar e das relações de cuidado sendo replicadas nas cooperativas e no cotidiano da catação, ainda que fora de um EES, e, por outro lado, na análise de como a catação e, em última instância, a formação de EES, constitui uma forma de reprodução social encontrada pelos grupos marginalizados.

Nesse sentido, será feito um recorte teórico fundamentado nas estratégias familiares de vida e nos mecanismos e sobrevivência dos marginais, tendo como principais referências Elizabeth Jelin e Larissa Lomnitz. Tendo em vista os pontos destacados para análise, justifica-se a delimitação do presente capítulo, que versará sobre as estratégias familiares de vida no contexto das pessoas marginalizadas, bem como sobre as lógicas da ação coletiva desse grupo.

Embora a questão de gênero seja um debate fecundo e interessante, que poderia ser um dos eixos da discussão, não será abordado nesta pesquisa, por motivos de necessidade de delimitação temática da dissertação. Além da discussão sobre gênero, outros pontos foram percebidos no decorrer da pesquisa de campo, mas não serão analisados nesta dissertação, também em razão da necessidade de delimitar os temas trabalhados e os eixos teóricos escolhidos para aprofundar. A título de exemplo, a questão religiosa se mostrou presente em uma das entrevistas, sendo mencionada por uma catadora (que professa o protestantismo) como fundamental para que seu filho deixasse

de usar drogas. Não só isso, mas o próprio apoio da Cáritas<sup>15</sup> para a retirada dos catadores do lixão municipal, com projetos sociais, é um ponto cuja importância merece reconhecimento, mas que não será debatido.

Na pesquisa, é fundamental, até mesmo por ser curto o tempo para concluir o mestrado acadêmico (que tem prazo de dois anos), estabelecer critérios e limites, sejam eles temporais, de amostragem, ou teóricos. A complexidade do grupo dos catadores é imensa e muitos são os aspectos que podem ensejar discussão, correlacionando a empiria e a produção teórica na área. Porém, não entende-se adequado que isso seja feito nesse momento, motivo pelo qual foi necessário realizar os recortes para definir os eixos principais a serem analisados nas dinâmicas da catação: a construção social em torno da lógica de mercado, permeada por aspectos morais e solidários (já debatido no capítulo anterior); o trabalho informal e a reprodução social das camadas periféricas, tendo como ponto referencial os relatos sobre família; e, por fim, a ação coletiva e os movimentos sociais.

### **3.1 As famílias de dentro e de fora de casa: redes de reciprocidade e estratégias familiares de vida**

Em todas as participantes, percebeu-se um grande senso de pertencimento a um grupo. Mesmo no caso das catadoras não coletivizadas, que trabalham individualmente nas ruas da cidade, catando sozinhas com as suas carroças ou sacos, há um forte espírito de comunidade e de necessidade de auxílio mútuo, que pode ser reforçado pelas suas falas descritas no capítulo 5, sobre a percepção a respeito da formação de um empreendimento de economia solidária, mas também em suas falas sobre as vivências no local em que residem, bairros periféricos da cidade de Campina Grande/PB (Mutirão, Pedregal, Ligeiro e Castelo Branco). Sob essa perspectiva, a percepção pela necessidade de participação de um grupo específico para a realização do seu trabalho é algo que permeia as falas das entrevistadas. De todos os participantes da pesquisa, apenas A.M.F., único homem, pareceu mais alheio às dinâmicas familiares, pouco tendo mencionado a sua família.

---

<sup>15</sup> A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – portanto, vincula-se à Igreja Católica. De acordo com a descrição constante no sítio eletrônico da Cáritas, foi fundada em 1956, em decorrência da ação mobilizadora de Dom Helder Câmara. O organismo tem como prática “ouvir respeitosamente o sofrimento dos empobrecidos e dos que estão em situação de vulnerabilidade e fornecer ferramentas para transformar suas vidas”. Disponível em: <https://caritas.org.br/>. Nesse sentido, um dos projetos realizados pela Cáritas Brasileira ocorreu no lixão de Campina Grande/PB, ainda nos anos de 1990. De acordo com relatos das entrevistadas, além do apoio emocional e espiritual prestado pela Igreja, também era oferecido, dentro do ambiente do lixão, curso de alfabetização para os catadores.

Ainda que analisemos a questão sob outro prisma, a lógica familiar de solidariedade, pertencimento e moral são extremamente marcantes nos discursos das participantes da pesquisa. Tratam-se de pessoas que, também em maior ou em menor grau, dedicam-se a trabalhar para prover o lar, assim como boa parte dos trabalhadores do país, mas que, além disso, apresentam sempre um discurso de necessidade de se dedicar em seu trabalho, seja em uma cooperativa ou não, a fim de promover o bem-estar da sua família. Mesmo em se tratando de perguntas que girassem em torno da questão profissional, boa parte das entrevistadas sempre voltava ao ponto que lhes era sensível: a família. Esse ponto, como será visto adiante, acaba se repercutindo para a forma como essas catadoras enxergam o trabalho em coletividade, pois mesmo as não cooperadas, especialmente no bairro do Pedregal, veem no grupo uma verdadeira família, replicando a relação familiar que possuem em suas casas no seu trabalho, individual ou coletivo<sup>16</sup>.

B., não cooperada, por exemplo, pautou todo o seu discurso nas suas relações familiares e na forma como o seu trabalho está voltado para a promoção do bem-estar dos netos, que precisa criar praticamente sozinha. Em suas palavras: “Tem preguiça comigo, não. Eu vou, enfrento tudo. Né, S. [neto]? Que a gente só pensa neles [netos], sabe? Só pensa neles, pra não faltar nada pra eles. Eu num deixo faltar nada pra eles, não”. Além disso, a mesma entrevistada relatou uma situação em que uma vizinha, já tarde da noite, foi bater à sua porta pedindo que ela emprestasse um tomate. Ainda que seus recursos fossem escassos, provenientes de doações da CEASA, B. não pensou duas vezes e forneceu o alimento, denotando a sua compreensão da necessidade de fortalecimento da comunidade de que faz parte e de apoio mútuo. (Entrevista XIV, 2021).

J., cooperada, quando questionada sobre a possibilidade de sair da cooperativa, caso lhe fosse oferecida uma proposta de emprego, diz: “É, a gente tem que procurar a melhora, sim. É que eu penso mais no meu filho, eu quero bem pra eles e o estudo deles também. Pra mim é importante. Não faltar nada pros meus filhos” (Entrevista VIII, 2021).

---

<sup>16</sup> A replicação das relações domésticas nas cooperativas em que as entrevistas foram realizadas pode ser percebida, além das falas das próprias cooperadas, de que “constituem uma família”, pela observação da divisão dos papéis destinados a cada uma desempenhar no empreendimento. Atividades como cozinhar e limpar, que não dizem respeito ao objeto do seu trabalho, são realizadas pelas próprias cooperadas em benefício do grupo. No caso da CATAMAIS, a pessoa responsável por cozinhar o almoço naquele dia deve fazê-lo para todas as colegas de trabalho: o ato de cozinhar não é individual, mas coletivizado, em semelhança ao que ocorre nos preparos das refeições em uma casa. Além disso, é importante mencionar que TORRADO (1981) destaca que as relações familiares não são compostas apenas de bons momentos. No caso das cooperativas, por mais que seus integrantes se apoiem, podem ocorrer desavenças, desentendimentos *etc.*, assim como há nos ambientes familiares.

Fato é que as lógicas morais e familiares não se limitam ao ambiente doméstico. Para manter os seus lares, provendo recursos e meios de sobrevivência, ou mesmo garantindo a perpetuação da sua família, as pessoas mais pobres costumam ter na ação coletiva (ainda que de modo não racionalizado e não programado) um mecanismo para garantir essa sobrevivência, criando, nas palavras de Torrado (1981, p. 205-207), estratégias familiares de vida. Para esta autora:

El concepto de ESF [estratégias de sobrevivência familiar] hace referencia al hecho de que las unidades familiares pertenecientes a cada clase o estrato social, en base a las condiciones de vida que se derivan de dicha pertenencia, desarrollan, deliberadamente o no, determinados comportamientos encaminados a asegurar la reproducción material y biológica del grupo (TORRADO *apud* TORRADO, 1981, p. 205)

O termo “estratégias de sobrevivência familiar” é problemático, na visão da autora, porque, como já mencionado brevemente: em primeiro lugar, a palavra “estratégias” traz a ideia de que as unidades familiares se deparam com opções dentre as quais pode escolher livremente e, com isso, “calcular” a melhor opção para as suas vidas; em segundo lugar, o termo “sobrevivência” pode implicar a percepção de que os movimentos dos setores populares se dão, com exclusividade, no sentido de garantir a sua permanência física, a exemplo de ter a possibilidade de se alimentar ou ter um abrigo; em terceiro lugar, o termo como um todo provocaria uma limitação na discussão do alcance das redes de relações que as unidades familiares estabelecem como partes de suas estratégias de vida (TORRADO, 1981, p. 206).

Ejemplo: el concepto de ESF ¿se limita al análisis del comportamiento de los miembros de la familia nuclear; o bien al de grupos definidos como unidades de convivencia (hogares); o podría aún aplicarse a unidades más amplias tales como las redes de intercambio recíproco de bienes y servicios (o redes de reciprocidad), ya sea que estas últimas se funden en el parentesco o en la vecindad de residencia? (TORRADO, 1981, p. 206)

Partindo do debate estabelecido por Torrado, concorda-se, para fins conceituais, que a nomenclatura “estratégias de sobrevivência familiar” acaba por empobrecer toda a amplitude que se busca analisar a partir dessa perspectiva. É dizer, reduz-se em muito a dimensão do que, efetivamente, se analisa (ou se pode analisar) a partir das suas famílias e suas interações internas ou até mesmo com o entorno que a envolve. Por outro lado, entende-se que Torrado ainda recai nos mesmos problemas por ela próprios apontados, já que ela propõe o termo “estratégias familiares de vida” (EFV) para substituir o anteriormente indicado.

Percebe-se que o vocábulo “estratégias”, criticado pela autora, é utilizado em sua proposição de expressão, repetindo o equívoco de sugerir que os percursos trilhados pelas famílias são “lógicos” ou que derivam de uma análise crítica, sendo aplicados de modo estratégico em suas vidas, o que não é demonstrado pelas experiências empíricas (especialmente em se tratando dos dados colhidos nesta pesquisa). Assim, sugere-se a expressão “*mecanismos familiares de vida*” (MFV), a qual será utilizada de agora em diante, em conjunto com a expressão proposta por Torrado.

A escolha pelas palavras que compõem a expressão sugerida corroboram, em parte, o que foi afirmado por Torrado, mas, de outra banda, se traduzem em uma modificação, ainda que sutil, da forma como são vistas as “estratégias” familiares. Ao tratar essas atitudes, relações familiares e comunitárias *etc.* como *mecanismos*, por um lado, retira-se a percepção de que o indivíduo traçaria as escolhas por este ou aquele caminho de forma estratégica, calculada; por outro lado, a utilização do termo “mecanismos” continua a trazer a ideia de que os movimentos familiares, sejam eles ocorridos em casa ou fora dela, são modos encontrados para garantir a reprodução da vida familiar.

Independentemente da nomenclatura utilizada, as estratégias/mecanismos familiares de vida, para Torrado, constituem “el conjunto de comportamientos – socialmente determinados – a través de los cuales los agentes sociales aseguran su reproducción biológica y optimizan sus condiciones materiales y no materiales de existencia” (TORRADO, 1981, p. 212). São, portanto, formas encontradas pelos agentes sociais para perpetuar a sua linhagem, bem como melhorar as condições de existência, sejam elas materiais (como alimentação, vestuário, moradia) ou não materiais (dentre as quais podem ser mencionados o acesso ao lazer ou à cultura).

No ponto, ressalta-se que a perspectiva de Torrado é utilizada neste trabalho especialmente para fins de definição e conceituação do que seriam os mecanismos familiares de vida, bem como para a discussão sobre qual a sua abrangência. Por outro lado, percebe-se que Torrado se utiliza de uma perspectiva estruturalista para compreender as dinâmicas sociais, principalmente pelo fato de entender como *necessária* a análise de classes para debater os MFV. Como já dito, nesta proposta não se pretende debater as classes e sua dinâmica social nos contextos de economia de mercado e economia solidária, tendo em vista que esse debate seria apenas uma das várias possibilidades de discussão.

A abordagem conjunta de Lomnitz (1975) no que tange aos MFV parece-nos mais proveitosa para este debate. Em sua obra “Como sobreviven los marginados”, Lomnitz traz os resultados de uma pesquisa que realizou em uma comunidade do México, denominada “Cerrada del Cóndor”, ao longo de dez anos, com o objetivo de analisar seus padrões de comportamento e formas de organização social desenvolvidas como resposta às condições de vida que levavam (LOMNITZ, 1975, p. 15). Sua abordagem, por mais que não seja necessariamente contraposta à de Torrado, é pertinente por trazer mais discussões sobre as repercussões práticas da marginalidade na sobrevivência das famílias, coincidindo com os resultados desta pesquisa em vários momentos e se distanciando dela em tantos outros.

Lomnitz apresenta um estudo sobre a população marginal, categoria que corresponde, no seu entendimento, àquela que esteja desarticulada do sistema de produção industrial, estando distante da lógica de produção e geração de riquezas (LOMNITZ, 1975, p. 17)<sup>17</sup>. No grupo por ela estudado, a família se mostrou como elemento fundamental da cultura mexicana, “[...] puesto que constituyen la base de las innovaciones y mecanismos de adaptación a la marginalidad [...]” (LOMNITZ, 1975, p. 100). Como resultado do seu estudo, percebeu, dentre outras coisas, que havia algumas categorias de redes de reciprocidade que se formavam nesses ambientes marginais, bem como que eram criados de acordo, principalmente, com o sexo biológico. Assim, os homens possuíam uma relação de proximidade com outros homens e as mulheres, com outras mulheres, tendo como interesses comuns questões distintas<sup>18</sup>.

Ainda que houvesse a divisão mencionada, a autora observou que essas redes de reciprocidade eram bastante fortes na comunidade estudada e formavam uma teia de auxílio mútuo entre os seus participantes, ajudando para que aquelas famílias pobres pudessem sobreviver aos infortúnios da vida<sup>19</sup>. Por outro lado, um resultado observado por Lomnitz foi o de que, por mais que os residentes da Cerrada del Cóndor criassem os grupos e estabelecessem mecanismos de reciprocidade, eles não participavam do meio

---

<sup>17</sup> A pobreza, por sua vez, diria respeito à situação de escassos recursos financeiros, o que não necessariamente corresponde a uma situação de marginalidade.

<sup>18</sup> Os homens criavam grupos masculinos, em que tratavam dos seus interesses comuns, como é o caso do futebol. Já as mulheres tinham outros interesses a tratar, como os cuidados domésticos e com os filhos.

<sup>19</sup> Aqui, abre-se um parêntese quanto ao fato de que Lomnitz menciona (p. 205) que essa participação em redes de reciprocidade apenas existia devido à necessidade das pessoas que delas participavam. Não se tratavam de grupos formados com um “ideal socialista”, mas a partir do puro instinto de sobrevivência. Como é afirmado em alguns momentos ao longo desta dissertação, o grupo aqui pesquisado (catadores de materiais recicláveis) possui dinâmicas muito próprias e transitam com frequência entre as lógicas racional/de mercado e solidária/moral. Portanto, esta conclusão de Lomnitz não se aplica completamente ao caso estudado.

público, sejam em associações ou outras iniciativas que tenham esse caráter, estando sua relação voltada para a comunidade e apenas dentro dela.

Si la red de reciprocidad es la comunidad efectiva del individuo marginado, como lo hemos tratado de demostrar a lo largo de este trabajo, este hecho debe reflejarse no solamente en los aspectos económicos de la barriada sino también en la situación política y social. Fuera de la red de intercambio, los marginados participan en forma muy reducida en asociaciones de cualquier tipo, sean locales o nacionales. Esta observación concuerda con las teorías de Adamns según las cuales la marginalidad se caracterizaría por la escasa o nula participación de un grupo social en el proceso de toma de decisiones que le atañen (LOMNITZ, 1975, p. 195)

Esta última observação de Lomnitz parece se aplicar parcialmente à presente proposta. Por mais que as pessoas marginalizadas possam ter mais dificuldade em participar de grupos que envolvam a tomada de decisões que atinjam seus interesses, as catadoras coletivizadas entrevistadas, oriundas de um mesmo bairro, parecem ser uma oposição a esta afirmação: participam de um coletivo de trabalho que não se limita ao espaço físico do bairro em que moram (inclusive, as cooperativas se localizam em outros bairros); além de que outros moradores do bairro, que conhecem as presidentes das cooperativas, as procuram para ingressar nos empreendimentos<sup>20</sup>. Por outro lado, A.M.F. (único entrevistado do sexo masculino) e M.S.B. afirmaram veementemente que não têm qualquer interesse em participar de coletivos de trabalho e, quanto às entrevistadas que ainda desejam se cooperar, no bairro do Pedregal, estão em número reduzido, concordando com o que propõe Lomnitz. Ainda que M.J.G.M. (presidente da organização de catadoras(es) do bairro do Pedregal) tenha afirmado que, em um levantamento informal que fez no bairro, haja mais de mil catadores em atividade, poucos são os que participam das palestras de formação em economia solidária e demonstram interesse em formar uma associação ou cooperativa, corroborando o que Lomnitz traz em seu estudo (e que será melhor discutido no capítulo 5).

Em uma interessante etnografia sobre o tema da sobrevivência dos pobres no meio urbano, Hernández, Law e Auyero retomam o debate proposto por Lomnitz, analisando os casos de comunidades na Argentina, Equador e México. De acordo com os autores, a sua pesquisa teve como resultado a constatação de que o elemento da violência era presente nas vidas cotidianas das pessoas pobres e, reagindo a essa violência, as pessoas residentes em bairros marginalizados criavam uma diversidade de estratégias,

---

<sup>20</sup> Este, inclusive, foi um relato de M.L., presidente da CATAMAIS, que afirmou que constantemente alguém da vizinhança a procura em sua casa, questionando sobre a possibilidade de ingressar na cooperativa.

desde obter o suporte dos seus círculos familiares, até contar com as organizações presentes nos seus bairros, ainda que criadas e geridas informalmente. Para os autores, puderam-se identificar muitas variáveis e combinações ligadas à organização coletiva das pessoas marginalizadas, dentre as quais podem ser mencionadas a ação coletiva contenciosa, os auxílios governamentais diretos e as redes de reciprocidade (AUYERO, HERNÁNDEZ & LAW, 2021, p. 2).

De acordo com Lomnitz, “The basic insecurity of marginal existence can be compensated in only one way: by generating mechanisms of economic solidarity, based on the full mobilization of the social resources of the individual” (LOMNITZ *apud* AUYERO, HERNÁNDEZ & LAW, 2021, p. 3). Ou seja, a insegurança oriunda dessa “existência marginal”, como chama Lomnitz, acaba sendo compensada pelos mecanismos coletivos que os marginalizados desenvolvem. Ressalta-se que, no que tange à insegurança, pode ser entendida no seu sentido mais corriqueiro, vinculada à criminalidade, ou em sentido amplo, abrangendo a insegurança alimentar, por exemplo. A vida em bairros periféricos se traduz, na maior parte das vezes, em inseguranças das mais diversas espécies, que perpassam o medo de ações policiais<sup>21</sup>, a falta de comida, a pouca estrutura da sua moradia, os desabamentos de terra em áreas de risco *etc.* Trata-se de uma situação de medo quase constante.

Um tipo de associação das pessoas para alcançar benefícios para a coletividade é a Sociedade de Amigos do Bairro (SAB), comuns em bairros marginalizados de Campina Grande/PB, a exemplo das SABs da Bela Vista, Pedregal e Liberdade, que possuem grande população de pessoas pobres. Por meio das referidas Sociedades, os moradores do bairro podem reivindicar direitos, solicitar auxílios e até mesmo realizar eventos familiares na sua sede. A SAB é apenas um exemplo de ação coletiva das pessoas marginalizadas. A organização em coletividade para o desempenho de um trabalho, como é o caso dos empreendimentos de catadores, pode ser entendido como outra dessas tantas formas de organização coletiva. Vendo-se de uma perspectiva ampla e partindo da definição de Torrado de estratégia/mecanismo familiar de vida, já citada, os EESs de

---

<sup>21</sup> Quanto a isso, vale esclarecer que há diversas pesquisas acadêmicas, além de matérias jornalísticas, que demonstram com frequência a truculência com que as ações policiais ocorrem em bairros periféricos, contrastando totalmente com o modo como ocorrem eventuais incursões da polícia em bairros de classe média ou alta. Ver “A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas”, de Eduardo Paes Machado e Ceci Vilar Noronha.

catadores são mecanismos de “sobrevivência” familiar, tendo em vista que se configuram como uma ação daquele grupo para manter as suas unidades familiares<sup>22</sup>.

Diante disso e tendo em mente os relatos das catadoras entrevistadas, pode-se confirmar as múltiplas dimensões da “reprodução” das unidades familiares das(os) catadoras(es). De acordo com Elizabeth Jelin, o termo *reproducción* inclui três dimensões ou níveis:

[...] la reproducción biológica, que en el plano familiar significa el tener hijos y en el plano social se refiere a los aspectos socio-demográficos de la fecundidad; la reproducción cotidiana, o sea el mantenimiento de la población existente a través de las tareas domésticas de subsistencia; y la reproducción social, o sea todas las tareas extraproductivas dirigidas al mantenimiento del sistema social (Edholm, Harris y Young, 1977). (EDHOLM, HARRIS & YOUNG *apud* JELIN, 2020, p. 128)

Retomando a discussão feita por Torrado (1981, p. 206) e já trazida neste capítulo, questiona-se qual a abrangência e amplitude da chamada unidade familiar. Seria ela limitada ao núcleo de uma família, ou poderia se estender a unidades amplas, como as “redes de reciprocidade”, dentre as quais estariam incluídas redes de intercâmbio recíproco ou mesmo as cooperativas? Jelin ressalta que, em estudos de antropologia urbana, tem-se destacado a importância das amplas redes de parentesco, mais importantes ainda que a casa propriamente dita. Isso porque essas redes de relações, ou redes domésticas, podem ser definidas como “[...] una red extensa de parentesco, donde las relaciones recíprocas están dadas por los niños, por matrimonios y por amistades, que se alían para satisfacer las funciones domésticas” (JELIN, 2020, p. 134-135).

Sob esse ponto de vista, adotado pela pesquisadora, as unidades em questão se prolongariam para além do núcleo familiar e se expandiriam para as redes de relações criadas pelos indivíduos como mecanismo de reprodução familiar. No caso das(os) catadoras(es), aqui tratado, a empiria corrobora a teoria, pois, como já afirmado, não só o trabalho em coletividade é pensado para abarcar um grupo de pessoas pobres e buscar a sua subsistência, mas é interpretado pelas próprias entrevistadas como sendo uma extensão da sua família em casa. Forma-se um ambiente em que os laços de amizade e companheirismo são fortes ao ponto de trazerem um sentimento de familiaridade e que,

---

<sup>22</sup> Ressalta-se que o termo “unidade familiar” foi escolhido pela pesquisadora, como pode-se perceber no decorrer de todo o trabalho, por se tratar de uma nomenclatura que, por um lado, esclarece o seu propósito (ao contrário de outras expressões, como “unidade de consumo”, “unidade reprodutiva” ou “unidade econômica de produção”), e, por outro, torna flexível a interpretação quanto à abrangência da expressão. Sobre essa discussão, recomenda-se a leitura de Elizabeth Jelin, em seu artigo “Familia y unidad doméstica: mundo público y vida privada”.

além disso, é um mecanismo encontrado por essas pessoas marginalizadas para “sobreviver”.

Llevar a cabo las actividades ligadas a la satisfacción de las necesidades requiere el acceso a los recursos para realizarlas. Como en toda organización, la obtención de recursos es problemática y la unidad doméstica debe elaborar mecanismos para su obtención o creación, para su defensa, para su recreación o reproducción continua y para su administración. Para el caso de las unidades domésticas de los sectores populares urbanos, los recursos pueden provenir de distintas fuentes — el trabajo y esfuerzo directo de los miembros, las transferencias formales de instituciones reconocidas para ese fin (especialmente el Estado) y las transferencias informales basadas en redes de intercambio y ayuda mutua. (JELIN, 2020, p. 147)

Para Jelin, “Las actividades de las unidades domésticas revelan los vínculos materiales que las conectan con los procesos sociales más amplios de producción y reproducción” (JELIN, 2020, p. 139)

En un sentido amplio, la reproducción se refiere a todas las actividades a través de las cuales las unidades domésticas se reproducen a sí mismas y, en ese proceso, contribuyen a la reproducción de la sociedad total. [...]Dado que las actividades domésticas vinculan a los miembros en las relaciones que continuamente producen y reproducen a la sociedad total, las unidades domésticas de distintas clases sociales varían sistemáticamente en su capacidad de obtener, acumular y transmitir recursos. (RAPP *apud* JELIN, 2020, p. 139)

Os trabalhadores que desenvolvem a catação acabam por constituir mecanismos de reprodução das suas unidades familiares. Enquanto uns podem pensar ser melhor catar “individualmente”, para auferir maiores rendimentos, ou não ter que dividir com outras pessoas (que não sejam parte da sua família) os frutos do seu trabalho (em uma lógica aparentemente individualista)<sup>23</sup>, outros veem no vínculo cooperativo uma forma de promover o bem-estar dos seus. É a formação desses elos de cooperação e solidariedade que será objeto de estudo do subcapítulo seguinte.

---

<sup>23</sup> Salienta-se que *aparentemente* há um individualismo envolvido na escolha deliberada do catador em não participar de um empreendimento de economia solidária. De acordo com as respostas dos dois entrevistados do bairro do Centro, eles não possuem intenção de se juntar a uma cooperativa pelo fato de não quererem realizar uma distribuição igualitária das entradas do EES, gerando discrepâncias entre os que trabalham “mais” e os que “se aproveitam” dos demais colegas de trabalho. Porém, tal afirmação não pode ser feita com tamanha assertividade, tendo em vista que, analisando-se por outra perspectiva a situação, pode-se interpretar essa escolha pelo trabalho não coletivizado como uma ferramenta encontrada pelo catador de promover o sustento do seu lar de forma mais efetiva. Diante disso, não se trataria de uma escolha puramente individualista, mas pautada exatamente nos mecanismos de reprodução discutidos neste capítulo.

### **3.2 A construção de uma lógica coletiva na ação: os Empreendimentos de Economia Solidária como meios de sobrevivência e de (con)vivência**

Os EESs, no caso das catadoras de materiais recicláveis de Campina Grande/PB, são, concomitantemente, meios de sobrevivência e de vivência. É a partir deles que as catadoras auferem o dinheiro de que precisam para garantir o seu sustento e de sua família; e, por outro lado, é um espaço em que se sentem à vontade, que constituem uma “família fora de casa”. É onde há a reprodução das relações familiares e domésticas, tornando-se, igualmente, um espaço de vivência e convivência. Vivência, por possibilitar à catadora *viver*, no sentido amplo da palavra, expondo suas limitações, medos, angústias. É meio de convivência por ser um espaço onde tudo isso pode ser feito em conjunto com seus colegas de trabalho.

É justamente o ideal de solidariedade que, em regra, impulsiona a criação dos chamados Empreendimentos de Economia Solidária (EESs). Diz-se que é *regra*, porque o que foi afirmado comporta exceções. A CATAMAIS, de acordo com relato da sua presidente, M.L., surgiu como uma cooperativa fora da economia solidária. Em princípio, o material coletado por cada um dos membros da cooperativa era armazenado em espaços individuais, pesados separadamente (para contabilizar quanto cada catador coletou) e apenas vendiam o material em conjunto para aumentar o preço junto aos sucateiros (quanto maior a quantidade, melhor o preço de venda). Assim, a cooperativa funcionava, a princípio, como local de depósito para o material coletado por cada um dos catadores, além de contar com uma estrutura mínima que facilitava seu trabalho, como o espaço físico do galpão, uma prensa e uma balança. Porém, o trabalho propriamente dito (bem como os seus frutos financeiros) era totalmente individual.

Conforme o relato de M.L., apenas houve uma alteração na estrutura da cooperativa em 2012, quando foi informado aos membros da CATAMAIS que seria necessário se adequar à lógica da economia solidária para poderem usufruir de incentivos governamentais, como é o caso do caminhão que foi enviado pelo Governo Federal para servir a todas as cooperativas da cidade, em sistema de rodízio, desde que integrantes da economia solidária. Nesse momento, percebeu-se a necessidade de se readequar, a fim de acessar tais benefícios.

Assim, pode-se notar que o motivo da transformação da cooperativa “individualista” para uma cooperativa integrante da economia solidária foi, principalmente, racional. Não era intuito dos cooperados da época fazerem parte da

economia solidária, mas, com o objetivo de utilizar o caminhão para realizar as coletas, aderiram à economia solidária, após participar de cursos, palestras e eventos para formação de catadores na ES. Entretanto, por mais que este tenha sido o motivo inicial da alteração, não houve na fala das catadoras (especialmente as mais antigas na cooperativa) o indicativo de que preferiam o modelo anterior, ou o desejo de retornar à forma como as retiradas eram partilhadas (desigualmente).

De todo modo, superada esta breve digressão sobre o histórico da CATAMAIS, salienta-se que empreendimentos de ES costumam possuir características que fogem ao padrão da lógica capitalista: acumulação, hierarquização, subordinação dos empregados. Naturalmente, outras são as conquistas possíveis de se obter nesse contexto, além do crescimento financeiro, tendo em vista que a organização coletiva do grupo de trabalhadores acaba por fortalecer a categoria como um todo, traduzindo-se em melhorias para o seu trabalho e suas vidas. Afirmam Cabral e Veronese:

Quando organizados, vinculados a lutas e movimentos sociais como o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), eles [os catadores] encontram possibilidades de promoção de justiça socioambiental (SEN, 2010). [...] Incorporar-se aos coletivo da economia solidária traz vantagens tangíveis aos trabalhadores. Ao trabalharem em conjunto, eles conseguem ter maior poder de barganha com os intermediários que compram seu material, negociando maiores quantidades e variedades. Além disso, conseguem melhor infraestrutura (como a construção de galpões) e maquinário (prensas, veículos) para melhorar as condições de trabalho, o que, individualmente, não seria possível (IPEA, 2013). (CABRAL; VERONESE. 2020, p. 407)

Os sujeitos entrevistados foram atingidos por essa condição e, portanto, em algum momento de suas vidas, perceberam-se fora dos ‘circuitos de trocas produtivas’, tornando-se inúteis nos espaços socialmente aceitáveis, que se articulam pela interdependência funcional entre seus membros produtivos (CABRAL; VERONESE. 2020, p. 412)

A amplificação do poder de barganha dos catadores é de fundamental importância para o desenvolvimento do seu labor diário, tendo em vista que, como afirmado pelas mesmas autoras (CABRAL; VERONESE, 2020, p. 409), os avanços existentes em relação ao grupo de catadores não foi significativo a ponto de eliminar todas as problemáticas (inclusive sociais) que envolvem a catação. Dessa forma, “são produzidos como inexistentes em função de uma vida estigmatizada, desqualificada, sendo sujeitos que se caracterizam pelas ausências, rupturas e fissuras no tecido social”. A organização coletiva se mostra um meio de superar, ainda que parcialmente, as mazelas a que se é submetido quando se é catador.

Não só é possível verificar o aumento da comunicação entre os catadores (quando cooperados) e os órgãos públicos, mas, também, é constante em suas falas a ideia de que o fato de estarem organizados em um coletivo lhes proporciona mais facilidade no exercício da sua profissão. Isso, explicam as catadoras, decorre da utilização de fardas e equipamentos com identificação das cooperativas das quais participam. Segundo elas, os cidadãos “confiam” mais nos catadores cooperados, facilitando a coleta “porta-a-porta”, como é chamada aquela realizada nas residências, em contato com o morador. Os grupos saem nos bairros e conquistam a confiança dos moradores, que passam a separar o material reciclável para entregar às catadoras no dia agendado para a coleta.

Essa dinâmica acaba sendo mais dificultada para aquelas(es) que não realizam o trabalho em coletividade. Em seus relatos, as catadoras não coletivizadas indicaram que ainda sofrem preconceito por parte da população ao se aproximar de uma residência e solicitar que o material seja separado para reciclagem. Além do mais, o contato dessas pessoas com órgãos públicos, para apresentar suas demandas e requerer algum tipo de melhoria para seu trabalho também acaba sendo reduzido. Em geral, por fazerem parte de um grupo já organizado, as catadoras que integram cooperativas são escolhidas para tratarem de tais questões (como é o caso do já mencionado debate com a Prefeitura sobre a contratação das cooperativas, ou mesmo em outros espaços de fala, como eventos acadêmicos).

Por outro lado, a sobrevivência de que se vinha falando também já foi amplamente discutida em momentos prévios. Muito embora neste trabalho não se entenda adequado o termo *sobrevivência* para tratar do assunto enquanto mecanismo de reprodução familiar (como também já discutido), é inegável que, sim, a sobrevivência é um dos elementos que compõem as dinâmicas familiares. Nesse sentido, os empreendimentos de catação já formados onde se realizaram as entrevistas, bem como aquele que se pretende formar no bairro do Pedregal, podem ser vistos como forma de sobrevivência das unidades familiares das catadoras: sobrevivência física, social *etc.*

Porém, é evidente que este não é o único elemento importante na análise dos coletivos de catadores. Para além dessa experiência que pode ser entendida como forma de *sobrevivência*, os empreendimentos de economia solidária se mostram como espaços de *vivência* e *convivência*, ambientes de socialização, compartilhamento de experiências, confissões de angústias e alegrias, enfim. De modo algum o cotidiano das cooperativas e associações de catadores se reduz ao trabalho; pelo contrário: é uma espécie de forma de reprodução da vida doméstica, como já mencionado ser esta a perspectiva de Coraggio

(2000, p. 57). Os catadores e catadoras formam uma segunda família, a partir de situações que promovem a sensação de pertencimento. Ainda de acordo com Cabral e Veronese:

As experiências sofridas, que poderiam construir um ambiente apenas dividido e contraditório, acabaram gestando, quando compartilhadas, uma condição de pertencimento. [...] É no cotidiano do trabalho que a lógica do pertencimento, ligada à necessidade de sobrevivência, revela-se como um lócus de investigação. A cooperativa tornou-se, para o grupo, um espaço de trabalho que medeia um processo de interação social permite a construção e a vivência de um sentimento de pertencer a algo. [...] De diferentes formas, [a dignidade] é um elemento comum nas narrativas dos trabalhadores, o que gera certa ordem social no interior da cooperativa [...] o luxo da dignidade está alicerçado no ideal de ter um trabalho que faz os entrevistados se sentirem úteis, que vai além da satisfação das necessidades básicas. (CABRAL; VERONESE, 2020, p. 410-413);

De fato, as narrativas percebidas das entrevistas realizadas nesta pesquisa convergiram para este sentido. O cooperativismo é, para as trabalhadoras que pertencem a EESs, mais que um meio de sobrevivência, vai além do que é tido como um local de trabalho, ultrapassa em muito as fronteiras estritamente econômicas. A permanência dos catadores nos empreendimentos, em geral, possui um significado de pertencimento, sensação de bem-estar, sentimento de dignidade ao trabalhar. Esta também é a visão das catadoras não coletivizadas que pretendem instituir uma associação. Ainda que não tenham experiência prática com o trabalho em coletivo, imaginam que será mais benéfico, por toda a ajuda e apoio que podem receber das colegas de trabalho, além do retorno que poderá trazer para o bairro em que vivem.

Para Coraggio (2000, p. 57), “a unidade doméstica, como microunidade de organização dos sistemas de reprodução, é a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como microunidades de reprodução do capital, são as células da economia capitalista”.

Neste sentido, a unidade doméstica, como já foi dito, pode ser formada tanto por pessoas com vínculo de consangüinidade, como pode ser unipessoal, ou multifamiliar, ou até ser formada por amigos, por comunidades étnicas (como os grupos de Otavaleños, no Equador), de vizinhos, por grupos que se unem livremente para cooperar, ou agregações solidárias de outro tipo qualquer, que compartilhem recursos e articulem estratégias, explícitas ou implícitas, para reproduzir sua vida coletiva. Em todos os casos, seus membros juntam seus recursos, no todo ou em parte, a fim de satisfazer coletiva e solidariamente as necessidades de todo o conjunto – o que torna essas unidades um lar, ou “domicílio”, no mesmo sentido que as pesquisas oficiais dão a esse termo (CORAGGIO, 2000, p. 57)

Em certa medida, Gaiger e Correa (2010, p. 165-170) corroboram o pensamento de Coraggio, ao afirmar que as práticas de reciprocidade e ajuda mútua identificadas nos empreendimentos de economia solidária são reflexo de uma matriz sociocultural anterior.

Com isso, cria-se um ambiente de trabalho acolhedor, gratificante, que, além disso, estimula, nas palavras dos autores, “laços de confiança”.

A sua lógica socioeconômica [da economia solidária] não se cinge a motivações e a condutas utilitaristas, isto é, voltadas à satisfação do interesse próprio e pontual de cada parte que transaciona, segundo um regime de trocas baseado na lei da equivalência (entre os bens ou mercadorias) que evita a sua inserção em um sistema de obrigações duráveis. Ao contrário, ela se abre ao reconhecimento e ao cultivo de laços de interdependência, fundados no sentimento de partilha de valores e interesses comuns. Contrapondo-se à lógica instrumental do mercado – cuja “melhor definição sociológica” é o de constituir-se como “um laço social que visa escapar das obrigações normais inerentes aos laços sociais” (Godbout, 1998: 41), a racionalidade dos empreendimentos associativos conduz ao vínculo social (Gaiger, 2008). Nisto, a Economia Solidária manifesta, uma vez mais, uma recusa à racionalidade instrumental que caracteriza a sociedade moderna e à sociabilidade que lhe corresponde, fruto da autodeterminação da vida econômica e da autonomização em negativo dos indivíduos, engendrada pela dissolução dos seus vínculos (GAIGER; CORREA, 2010, p. 170)

A economia solidária, como exposto pelos autores, tem como *ideais* algo diverso ao capitalismo, fundando-se em princípios de equidade e confiança e deixando a ótica do lucro em outro plano<sup>24</sup>. Reproduz-se a vida cotidiana, replicam-se as relações de afeto, criam-se ambientes descontraídos - muito embora sejam locais com regras, espaços de trabalho -, estabelecem-se laços de amizade e companheirismo. Quanto a tais coisas, não há dinheiro que pague ou lucro que sustente, sendo a solidariedade a liga que mantém unidos os trabalhadores em questão.

A reprodução ampliada da vida significa, para o autor [Coraggio], a melhoria da qualidade de vida com base no desenvolvimento das capacidades e das oportunidades sociais das pessoas. [...] É a partir dessas considerações que Coraggio acredita ser possível pensar em uma estratégia de desenvolvimento de uma economia centrada no trabalho, uma “outra economia” que, sem a pretensão imediata de substituir a economia centrada no capital, seja capaz, no entanto, de disputar com ela (Coraggio, 2003, p. 13) (LEITE, 2009, p. 36)

Como já afirmado, alguns autores enxergam a catação como um simples mecanismo para escapar de uma situação de miserabilidade, já que muitas das pessoas que buscam essa alternativa são oriundas de um mercado de trabalho precário e possuem pouca ou nenhuma escolaridade, sendo relegadas aos bolsões de miséria do país. Nessa situação, encontram nos trabalhos informais um meio de sobreviver, de prover o sustento próprio e de sua família. Bosi (2008, p. 105-106), para exemplificar, menciona que, em sua pesquisa, boa parte dos entrevistados possuíam as características mencionadas,

---

<sup>24</sup> Reitera-se que os ideais da economia solidária são a criação de um modelo econômico distinto do capitalismo, com princípios e diretrizes voltados para a solidariedade e a cooperação. Entretanto, nem sempre os objetivos da ES conseguem ser alcançados pelos empreendimentos, por diversos motivos, como a concentração dos poderes na mão da liderança do EES ou pressão do mercado capitalista.

concluindo, desse modo, que se tratavam de pessoas que não tinham outra alternativa senão a cata de materiais recicláveis.

Embora esta seja a realidade de muitos, não são todos os catadores que possuem essa percepção. Na presente pesquisa, das entrevistadas membros de cooperativas, mais da metade (sete) afirmaram que não trocariam seu trabalho por outro, ainda que melhor remunerado ou formalizado. Dessa forma, entende-se que está demonstrada a relação pessoal que as catadoras possuem com seu trabalho desempenhado, o “gosto” que têm em trabalhar catando recicláveis, ainda que ressalvados os percalços que enfrentam no seu labor. Em igual sentido são as afirmações dos catadores não cooperados: mesmo aqueles que se opõem ao trabalho em coletividade foram enfáticos ao afirmar que gostam do trabalho que desempenham e se sentem realizados nesse labor.

Aliás, é pertinente destacar, quanto à escolaridade, que a maioria das(os) entrevistadas(os) tinha pouca instrução formal, como Bosi menciona. Dos dezenove entrevistados, dois eram analfabetos, uma apenas sabia assinar o nome, oito tinham o ensino fundamental incompleto (dentre estas, uma estava cursando, na modalidade EJA), cinco possuíam o ensino fundamental completo e apenas três alcançaram o ensino médio (uma abandonou, uma concluiu e outra estava cursando na modalidade EJA). Em regra, as(os) catadoras(es) possuem baixa escolaridade, o que pode ser um indicativo de que não conseguiram ingressar no mercado de trabalho formal. Dos seus relatos, muitas(os) mencionaram trabalhos prévios como empregadas domésticas (muitas vezes de forma irregular, inclusive havendo menções ao início dessa atividade ainda na infância, caracterizando trabalho infantil) e também na agricultura (tendo em vista que algumas vieram do meio rural). Mais uma vez, ressalta-se que, por mais que esse possa ter sido um dos motivos para que a pessoa buscasse na catação uma oportunidade de trabalho, não significa que é o motivo preponderante para que continue nesse meio.

Nem sempre o trabalho em coletividade foi bem recebido pela sociedade; aliás, ainda hoje não o é, tendo em vista que muitos são os preconceitos a respeito dos empreendimentos em comento, ou as críticas sofridas por seus integrantes, como se apenas trabalhassem dessa forma por não possuírem outro meio de subsistência dentro do mercado formal de trabalho. No caso dos catadores de materiais recicláveis cooperados, soma-se o preconceito geral relacionado à forma de trabalho desenvolvida (em coletividade), com o trabalho propriamente dito que é exercido: um trabalho socialmente discriminado, geralmente desempenhado por pessoas provenientes dos bairros mais

pobres da cidade, que precisam, em muitas situações, revirar sacolas de lixo para encontrar o seu sustento.

Este pode ser um exemplo da chamada ação coletiva, que pode ser entendida como a ação de sujeitos em grupo, com o intuito de alcançar objetivos comuns. Esse tipo de ação pode se dar tanto com fins sociais, de mobilização, quanto com fins econômicos. A reunião das pessoas deve ser compreendida como um fenômeno complexo, que não necessariamente irá conter uma “explicação” ou “justificativa” no lucro imediato ou no retorno financeiro. Falando em sentido amplo - e não estritamente à ação coletiva de catadoras(es) de recicláveis -, a busca por uma organização coletiva, como é o caso dos movimentos populares de reivindicação por direitos, envolve uma dimensão eminentemente moral. No caso específico do grupo aqui estudado, a maior parte dos catadores, cooperados ou não, enxergam no trabalho em coletividade uma possibilidade de trabalhar melhor, de ter mais oportunidades e de dividir o fardo do trabalho com o apoio diário das colegas de profissão, revelando a perspectiva moral e solidária de suas formas de desenvolver seu trabalho.

A discussão moral da ação coletiva, mencionada, pode ser encontrada em E. P. Thompson, segundo o qual antes da Revolução Francesa raras eram as vezes em que se poderia considerar o “povo” como agente histórico, sendo proveniente de distúrbios sociais repentinos (1984, p. 62-63). Entretanto, isso não significa que eram fenômenos menos relevantes ou que merecessem pouca consideração, já que, de acordo com o autor, muitos dos historiadores do desenvolvimento têm culpa pelo reducionismo econômico no momento da análise dos eventos em questão. A exemplo disso, também critica a utilização do termo “motim”, que abrevia a complexidade das revoltas populares, cujas circunstâncias não são meramente econômicas, havendo até mesmo um sentimento de moral associado à sua ocorrência – assim como o há no cooperativismo, conforme se abordou.

Es posible detectar en casi toda acción de masas del siglo XVIII alguna noción legitimizante. Con el concepto de legitimización quiero decir el que los hombres y las mujeres que constituían el tropel creían estar defendiendo derechos o costumbres tradicionales; y, en general, que estaban apoyados por el amplio consenso de la comunidad. [...] Esto estaba a su vez basado en una idea tradicional de las normas y obligaciones sociales, de las funciones económicas propias de los distintos sectores dentro de la comunidad que, tomadas en conjunto, puede decirse que constituían la ‘economía moral de los pobres’. Un atropello a estos supuestos morales, tanto como la privación en sí, constituía la ocasión habitual para la acción directa (THOMPSON, 1984, p. 65-66)

Uma narrativa interessante de Thompson diz respeito à questão do pão na Inglaterra. Em muitas situações, os moleiros e padeiros utilizavam farinha de baixa qualidade, ou misturada com outros ingredientes (que podiam ser tóxicos, e acabavam escondidos no pão negro). Esse tipo de pão era pobre em nutrientes e os trabalhadores que o consumiam ficavam fracos e muitas vezes realmente doentes, com náuseas *etc.* Menciona a ocasião do “Decreto do pão negro” ou “Decreto do Veneno”, em que várias mulheres foram protestar contra o decreto, quebrando instrumentos de um moleiro. Essa situação reflete o caráter moral da revolta, estando o caráter econômico em segundo plano.

Uma segunda revolta popular se deu quando os vendedores de trigo foram obrigados a vender apenas no mercado comum, o faziam apenas de aparência. Vendiam o produto antes, de modo mais lucrativo, e levavam apenas uma pequena carga do produto, ainda alegando que já estava vendido, “prometido” à venda a outra pessoa e impossibilitando a comercialização entre as classes mais baixas. Diante disso, várias pessoas se apossaram de uma carga de trigo e dividiram entre si.

Outro aspecto pertinente da análise thompsoniana se refere à diversidade de figuras que compõem os movimentos populares: a classe, ou um movimento coletivo, não necessariamente é uniforme; na verdade, dificilmente o é. Há pessoas que têm muito conhecimento de economia ou política e outras que nada sabem a respeito, mas o fato de não saberem ou não estarem totalmente vinculados e inteirados da situação não os faz menos da classe, como abordado pelo mesmo autor em “A formação da classe operária inglesa”. Nesse sentido, discorre sobre os movimentos populares ocorridos antes da Revolução Francesa como oriundos de uma organização moral:

Si se pueden reconstruir claros modelos alternativos tras la política de tradicionalistas y economistas políticos, podría hacerse lo mismo con la economía ‘moral’ de la multitud? Esto es menos sencillo. Nos enfrentamos con un complejo de análisis racional, prejuicio y modelos tradicionales de respuesta a la escasez. Tampoco es posible, en un momento dado, identificar claramente a los grupos que respaldaban las teorías de la multitud. Estos abarcan a seres capaces de expresarse articuladamente y seres incapaces de ello, e incluyen hombres con educación y elocuencia (THOMPSON, 1984, p. 85)

En realidad el motín de subsistencias no precisaba de un alto grado de organización. Necesitaba un consenso de apoyo en la comunidad, y un modelo de acción heredado, con sus propios objetivos e restricciones. (THOMPSON, 1984, p. 113).

A economia de mercado não tem origem espontânea, mas provém, acima de tudo, de uma construção histórica. Conforme assevera Polanyi, a ideia de uma economia de mercado como fenômeno “natural” foi demonstrada equivocada, pelo curso da história, tendo em vista, principalmente, o fato de que as motivações humanas não são econômicas:

Assim, uma sociedade humana baseada nesses mercados surgiu como a meta de todo progresso. Por mais desejável ou indesejável que fosse tal sociedade em termos morais, sua viabilidade enraizava-se nas características imutáveis da espécie humana. Isto era axiomático. Hoje sabemos que o comportamento do homem, tanto no estado primitivo quanto ao longo da história, tem sido quase o oposto do que essa concepção implica. A frase de Frank H. Knight, “nenhuma motivação especificamente humana é econômica”, aplica-se não só à vida social em geral, mas à própria vida econômica. (POLANYI, 2021, p. 346)

Como já foi abordado nos itens anteriores e conforme será discutido quando da análise dos dados coletados em campo, a formação de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis trabalham em conjunto com outras pessoas com o intuito de formar um grupo sólido e contarem com a ajuda dos colegas para desenvolver o seu trabalho.

A “textura cultural”, discutida por Klaus Eder (2002, p. 11; 29), pode ser diretamente relacionada às perspectivas anteriormente mencionadas. Para Eder, a cultura seria o “elo perdido” entre as classes e a ação coletiva, no sentido de que essas relações interpessoais, vinculadas a vivências e experiências, comporiam o substrato para a ação coletiva. Não só isso, mas a cultura seria causa e fundamento da ação coletiva, transformando essa ação em uma apresentação simbólica da própria cultura. Assim, é dizer: a ação coletiva dos catadores de materiais recicláveis se origina de um movimento orgânico, que é causa e fundamento da própria ação.

Algumas das catadoras cooperadas entrevistadas foram retiradas do insalubre lixão municipal, para formar cooperativas de trabalho, a partir de iniciativas de instituições religiosas, como a Cáritas, e das universidades públicas locais. Já as catadoras não cooperadas do Pedregal (que também chegaram a trabalhar no lixão) veem na ação coletiva uma forma de alcançarem melhorias em suas vidas e seus trabalhos, além da possibilidade de promover benefícios para o seu bairro. De acordo com a fala de M.J.G.M, o bairro conta com mais de mil catadores, que trabalham de forma não coletivizada, mas que poderiam se beneficiar em trabalhar na associação. Para ela, quanto mais pessoas trabalhando em conjunto, melhor para todos e para o bairro.

A perspectiva da ação coletiva tratada neste subcapítulo mostra sua relevância não só por ser uma das justificativas teóricas para a formação de empreendimentos de

catadores de materiais recicláveis. Para além disso, essa discussão possui associação direta com as questões familiares anteriormente tratadas, por ser a ação coletiva das pessoas pobres – a nível de bairro ou a nível mais amplo, como é o caso das catadoras – uma estratégia familiar de vida e, conseqüentemente, uma forma de reproduzir as unidades domésticas.

A ação coletiva encontra teóricos de renome que se debruçam a estudá-la, tendo em vista que é um tema de grande relevo e, também, de muita complexidade. Um dos autores a tratar dessa temática é Mancur Olson, em sua obra “A lógica da ação coletiva”. A perspectiva dele, porém, não se alinha à ideia da ES, mas será aqui abordada, ainda que brevemente, dada a relevância da discussão trazida, com o intuito de questionar e debater criticamente a proposta do referido autor. De acordo com Melo Junior, Olson traz uma inovação em sua análise, ao compreender os movimentos sociais como grupos de interesses, sendo esta a “mola propulsora” para se organizar em coletividade ou estruturar movimentos sociais.

Assim sendo, as ações coletivas, no seu sentido mais polissêmico, transformavam-se em “moedas de troca” para os atores envolvidos no processo, pois como bem lembra Olson, a ideia de se promover quaisquer manifestações grupais, é precedida de cálculos racionalmente elaborados com intuito de vislumbrar os possíveis ganhos e benefícios que o ato pode proporcionar (MELO JUNIOR, 2007, p. 6)

A visão de Olson, apontada por Melo Junior, é absolutamente contrária ao *ideal* da economia solidária já apresentado anteriormente, da perspectiva de Singer, que compreende esse movimento como uma organização socialista incipiente. Olson percebe a ação coletiva como resultado de um cálculo feito pelos indivíduos entre os possíveis lucros que terão na atividade, bem como o quanto terão que investir para participar dela (seja em dinheiro, seja com trabalho). Trata-se de um modelo utilitarista, que entende a procura por uma ação coletiva como meio para realizar os objetivos pessoais dos seus membros, implicando em decisões morais, políticas e econômicas. Alguns dos críticos da economia solidária, como Bosi, embora não falem em um “cálculo” feito pelos integrantes do EES, partem de uma ideia utilitarista de que o indivíduo apenas está desenvolvendo aquele trabalho porque não tem outro meio de subsistência – e, desse modo, a análise perpassa pela lógica estritamente economicista e utilitarista.

Nessa mesma linha de pensamento, Olson também compreende a hierarquização como sendo um ponto fundamental na estruturação de um movimento coletivo, sendo os sucessos e os fracassos creditados ao responsável pela ação coletiva. Assim, deveriam ser

respeitadas as graduações geradas dentro do movimento, em oposição ao que prega o modelo de economia solidária idealizado por Owen e debatido por Singer, Gaiger e tantos outros.

Contrariamente ao que entende Mancur Olson, Daniel Cefai (2017, p. 14) compreende a ação coletiva como o complexo que é, afirmando que as “determinantes estruturais” ou os “cálculos racionais” não são mais as questões fundamentais para interpretar a ação coletiva, mas sim todo o contexto de relações que cercam o coletivo e a pessoa que o integra ou deseja se integrar. É dizer: as tramas *sociais* devem ser analisadas como um todo, para que seja compreendida a ação coletiva. Logicamente, a estrutura é relevante, em certa medida, para a tomada de decisões pelos indivíduos, além de que a economia faz parte do contexto em que a pessoa vive. Porém, este não é o único critério utilizado para avaliar a escolha por atuar ou não coletivamente. Este entrelaçamento entre economia moral, economia solidária e economia de mercado foi amplamente discutido no item 2.2.

Do coletado em campo, apenas uma das entrevistadas cooperadas foi mais assertiva ao afirmar que sairia da cooperativa de que faz parte para conseguir melhores condições financeiras, mesmo que isso significasse que deixaria de ser catadora. Outras cooperadas, que ficaram em dúvida com relação a esse questionamento, afirmaram, em outras palavras, que ter uma melhor remuneração seria muito atrativo, mas que teriam que pensar bastante caso houvesse a possibilidade de escolher trabalhar em outro lugar, mencionando algumas variáveis: a existência ou não de “patrão”; o tipo de trabalho realizado (uma das entrevistadas, M.J., afirmou que não pensaria duas vezes se o trabalho oferecido fosse o de babá – nesse caso, disse que com certeza sairia da catação); a rotina a ser seguida *etc.* Dentro do universo da pesquisa, parece ter mais relevância a vivência das(os) catadoras(es) e as possibilidades que irão encontrar no possível novo ambiente de trabalho, além da identificação com as colegas, que afirmam ser essencial para o exercício das suas funções e possivelmente não encontrariam em outro ambiente.

Outros aspectos acabam sendo levados em conta para que uma pessoa decida se coletivizar ou permanecer em um EES, se for o caso. Como exemplos, podem-se mencionar as trajetórias de vida dos coletivizados, suas idades, experiências prévias de trabalho, seus anseios enquanto trabalhador, sua identificação com a função que desempenha no coletivo, enfim. Inúmeras são as variáveis que afetam a compreensão do que leva uma pessoa a se tornar membro de uma estrutura coletiva de trabalho. No caso das catadoras não cooperadas do bairro do Pedregal, parece ter sido fundamental a

participação da sua representante, M.J.G.M., nos cursos de formação em Economia Solidária, bem como tem sido relevante a perpetuação desses cursos na comunidade, o que possibilita que mais catadoras(es) tenham oportunidade de conhecer esse tipo de empreendimento e decidir qual a melhor forma de seguir com seu trabalho.

Para Cefaï, deve ser entendida a ação a partir de uma lógica que vai além do mercado.

A ação coletiva se organiza, então, organizando seus ambientes. E produz, simultaneamente, critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles. [...] Os motivos não são impulsos íntimos, mas maneiras típicas de dizer o que se quer fazer ou o que se fez, em contextos de variados graus de publicidade. A compreensão não se exerce em atitudes e opiniões que os atores operariam em seu foro interior, mas em justificações, em releituras ou em anúncios que organizam a experiência que os atores têm da situação e de suas ‘intenções’ respectivas. Os motivos são atos de enunciação em público que reordenam a ordem da interação” (CEFAÏ, 2017, p. 28-29)

Portanto, há uma lógica na ação coletiva, mas esta não é, necessariamente, economicista. Alguns empreendimentos coletivos podem ter essa visão, ser voltados para o mercado, se basear no lucro e na identificação capitalista. A economia solidária, por mais que se trate de um tipo de ação coletiva, é pautada em ideais distintos, como explanado. São empreendimentos que possuem fundamento no bem-estar dos seus membros e em uma lógica distributiva, não hierarquizada, com gestão compartilhada e participação efetiva dos seus membros. De acordo com Cefaï: “Essa abordagem gramatical nos torna sensíveis à multiplicidade do que provoca ‘interesse’ em uma ação coletiva: o que mantém juntas as pessoas, ao que elas se prendem e o que as faz se prenderem” (CEFAÏ, 2017, p. 25).

Coraggio sintetiza todo o debate até então trazido:

A hipótese que queremos discutir é que, a partir deste mundo magmático da economia dos setores populares, é possível que surjam estruturas mais eficazes e eficientes para a reprodução da vida; que isso pode se dar com muito mais rapidez e segurança se for exercida uma ação coletiva suficientemente forte e orientada por um paradigma de desenvolvimento humano. [...] Não estamos pensando que um possível sistema de economia do trabalho deva eliminar e substituir o sistema empresarial capitalista. Mas, ao contrário, que ele deve se desenvolver em interação contraditoriamente complementar com as instituições e poderes capitalistas. O que só se dará, contudo, sob um outro controle político, econômico e social, que seja capaz de fazer com que o capital limite seu poder e venha a assumir responsabilidades sociais outras. Pois, em sua atual etapa, de máxima liberdade, o capital manifesta sua enorme voracidade e fornece velocidade às transformações direcionadas para o lucro. Transformações essas que produzem a exclusão em massa, a anomia e a catástrofe social que se vem experimentando sob as mais diversas formas e em todos os continentes. [...] Essa possível economia alternativa, economia do trabalho, seria um sistema que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo

novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos das políticas sociais de modo a fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas microrregiões; uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado, com outros valores de solidariedade, com maiores recursos voltados para a cooperação (CORAGGIO, 2000, p. 66-68)

No Brasil, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é, hoje, o principal elemento representativo da ação coletiva do grupo estudado. Foi formado a partir de influências diversas, como a esfera religiosa, pesquisadores e a sociedade civil em geral - todos lhe fornecendo as bases teóricas e discursivas para alavancar as suas proposições (SANTOS, 2020, p. 220-224) -, além de surgir em momento de efervescência social e política.

Esses e outros aspectos foram de fundamental importância para a construção das bases do Movimento, que, como dito, é uma das principais expressões da ação coletiva dos catadores na atualidade. O MNCR terá uma abordagem mais aprofundada no item 4.2.

#### **4 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: dos lixões aos empreendimentos**

“Lixão” é a denominação utilizada para fazer referência aos depósitos irregulares de resíduos sólidos, resíduos orgânicos e quaisquer outros materiais descartados no meio ambiente. O descarte inadequado de resíduos indesejados remonta de séculos e, até os dias atuais, são inúmeros os municípios que não regularizaram a gestão dos seus detritos. Em 2010, foi publicada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que tinha o objetivo principal, dentre outros, de “proteção da saúde pública e da qualidade ambiental” (BRASIL, 2010). Para tanto, a referida Política estabeleceu instrumentos e diretrizes, além de determinar que os entes da federação elaborassem “metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”.

Contrariamente ao teor legal, a prática<sup>25</sup> tem mostrado que muitos são os municípios que não conseguiram (ou não tiveram interesse em) conduzir a gestão compartilhada dos resíduos sólidos e promover a desinstalação dos seus lixões e implantação dos aterros sanitários, que são estruturas adequadas para receber os resíduos provocando menor impacto ambiental.

Em Campina Grande/PB, o “Lixão do Mutirão” (que levava esse nome em decorrência do bairro que o abrigava) foi criado em 1992 e desativado em 05/01/2012, sendo o local onde era realizado o descarte de todos os tipos de resíduos produzidos na cidade.

Neste local [Lixão do Mutirão], não existia nenhum controle do que era depositado, não havendo nenhuma preocupação no tocante à saúde pública, principalmente, para com as pessoas que se instalavam no seu interior em busca de alimentos e/ou materiais reaproveitáveis. Era possível identificar pessoas vivendo à margem da linha de pobreza, em total exclusão social, como era o caso dos catadores de materiais recicláveis ali instalados, os quais conseguiam sobreviver através da revenda dos materiais que eram encontrados em meio aos resíduos.

Conforme dados coletados no setor de pesagem do “lixão” em 31/08/2011, Campina Grande produzia em média 240 toneladas/dia de resíduos domiciliares, de serviços de saúde, industriais, da construção civil, entre outros, o que fazia com que o meio ambiente sofresse danos irreparáveis em virtude da poluição e contaminação do ar, do solo e das águas, além de ser um ambiente propício à proliferação de micro e macro vetores bem como de urubus que representavam grande perigo a aviação campinense [por estar

---

<sup>25</sup> Esse dado foi apresentado na página virtual do Jornal Nacional. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/03/novo-marco-legal-do-saneamento-abre-caminho-para-o-fim-dos-lixoes-a-ceu-aberto-no-brasil.ghtml>

localizado próximo ao aeroporto da cidade]. (ABREU; ALVES; ALVES; GUIMARÃES; SILVA. 2013)

Embora os catadores e catadoras ainda necessitem lidar com inúmeras dificuldades em seu cotidiano, são inegáveis os avanços que a categoria já conseguiu alcançar, a exemplo de terem obtido a regulamentação de sua profissão no ano de 2002. Muito do que foi alcançado pelos catadores enquanto categoria se deve à atuação dos seus movimentos sociais, em especial o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, o MNCR.

Neste capítulo, será feita uma abordagem a respeito da catação no Brasil, percorrendo os principais momentos para a atividade e, no item 4.2, de forma mais específica, será realizado o debate sobre a história do MNCR e o seu papel na organização coletiva dos catadores, evidenciando a estreita correlação entre a atuação desses trabalhadores e os movimentos sociais.

#### **4.1 Histórico da catação no Brasil: caminhos para o trabalho em coletividade**

A cata de materiais recicláveis no Brasil apresenta diferentes registros que indicam o seu momento inicial. Em sua tese de doutorado, Thelma Santos realiza o levantamento de alguns dados bibliográficos com o condão de indicar o termo inicial da catação no país (SANTOS, 2020, p. 73 *et seq*). Registros da literatura, como o poema de Manuel Bandeira, retratam a figura do catador ainda em 1947; por outro lado, a catadora Carolina Maria de Jesus, sobre a qual se falará mais adiante, narra seu cotidiano na década de 1960. Estudos acadêmicos, noutra banda, apontam para a existência da atividade da catação em períodos mais remotos, como é o caso da historiadora Maria Inez Machado Borges Pinto, que demonstra a existência de pessoas que trabalhavam com a revenda de resíduos reaproveitáveis entre os anos 1890-1914: “havia ainda muitos trabalhadores pobres, dentre os quais destacavam-se os espanhóis, que viviam da compra e venda dos resíduos aproveitáveis do consumo industrial” (PINTO *apud* SANTOS, 2020, p. 74).

Independentemente de quando tenha sido iniciada a catação de recicláveis no Brasil (mesmo porque não é este o foco do presente estudo), fato é que ocorreram significativas mudanças na sua forma de exercício. Enquanto os primeiros catadores lidavam mais frequentemente com o metal, inclusive com indícios de a atividade ocorrer há mais de 5 mil anos (MEDINA *apud* SANTOS, 2020, p. 75), o processo de

industrialização foi fundamental para a expansão da atividade, dada a alta produção de materiais sujeitos à reciclagem.

Conforme ressaltam Demajorovic e Lima (2013, p. 49-51), alguns são os fatores para o aumento da reciclagem no Brasil, destacando-se: os desenvolvimentos econômico e urbano, que trazem como consequência a geração de um maior número de resíduos sólidos; maior conscientização da população a respeito da importância da reciclagem; e a multiplicação dos recicladores, seja como forma de escapar ao desemprego, seja com a intenção de desenvolver um “negócio estruturado”. Compreende-se, concordando com os autores, que todos os fatores mencionados desempenharam e desempenham, em maior ou menor medida, influência na expansão da cata de materiais recicláveis.

Seja qual for a origem ou o momento do surgimento da catação, trata-se de uma atividade que oferece ao catador um meio de subsistência, seja de forma precária (aqui entendida como a falta de espaço de armazenamento do material coletado, a ausência de maquinário para prensar e pesar os produtos *etc.*), seja de modo melhor estruturado (como costuma-se verificar nas cooperativas e associações). Um dos primeiros registros da reciclagem no país está nos diários de Carolina Maria de Jesus, que posteriormente se tornaram livros, sendo o mais famoso “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (JESUS, 2014). Moradora da favela do Canindé, em São Paulo/SP, Carolina narra seu cotidiano enquanto favelada, miserável, mãe, negra e catadora. A dureza da narrativa é de impressionar, sendo o cru relato da autora um choque de realidade para aqueles que possuem ouvidos menos atentos e olhar menos aguçado para a realidade social do Brasil, que, infelizmente, volta a circundar nosso meio com o crescimento da situação de miserabilidade<sup>26</sup>. Dentre os marcantes relatos da autora, destacam-se os seguintes:

Há de existir alguém lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira. Mas, as misérias são reais (JESUS, 2014, p. 46)

Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida (JESUS, 2014, p. 61);

Frei Luiz que nos diz para sermos humildes. Penso: se o Frei Luiz fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salário mínimo, aí eu queria ver se o Frei Luiz era humilde. Diz que Deus dá valor só aos que sofrem com resignação. Se o Frei visse os seus filhos comendo gêneros deteriorados, comidos pelos corvos e ratos, havia de revoltar-se, porque a revolta surge das agruras (JESUS, 2014, p. 86).

---

<sup>26</sup> De acordo com pesquisa realizada em 2021 pela Fundação Getúlio Vargas, o número de pessoas em situação de pobreza, no Brasil, subiu de 9,5 milhões em agosto/2020 para mais de 27 milhões em fevereiro/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/05/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-pobreza-quase-triplicou-em-seis-meses-diz-fgv.ghtml>

À época de Carolina, ainda não se falava em empreendimentos de economia solidária voltados para a catação. De acordo com seu relato, era frequente identificar situações em que os catadores precisavam lutar uns contra os outros para conquistar seu espaço, inclusive se adiantando ao catador que já tinha conquistado aquele ponto de coleta e, conseqüentemente, “roubando” o material que pertenceria àquele que tinha coletado naquele lugar anteriormente (JESUS, 2014, *passim*). Ainda que passadas algumas décadas do relato de Carolina, tais situações não ficaram totalmente no passado, sendo um retrato da realidade de muitos trabalhadores dessa categoria. Como já mencionado inúmeras vezes ao longo desta dissertação, a situação dos catadores de materiais recicláveis é bastante complexa e exige uma análise que fuja de um discurso unidirecionado, assim como é fundamental evitar idealismos e utopias sobre a realidade dos trabalhadores em questão, que enfrentam todas as dificuldades já abordadas.

Embora a concorrência entre os catadores (coletivizados ou não) ainda seja verificada, a formação de empreendimentos, por outro lado, tornou menos dura a realidade dos seus membros, que, além de contar com uma estrutura adequada para armazenar seu material, possuem rota pré-fixada de coleta e, normalmente, firmam parcerias com prédios residenciais e comerciais para ampliar a quantidade de material coletado. Por outro lado, a rotina das(os) catadoras(es) não cooperadas é mais difícil, tendo em vista alguns pontos que foram mencionados no decorrer das entrevistas: para auferir rendimentos de aproximadamente meio salário-mínimo, precisam trabalhar ao menos seis dias por semana (ao contrário das catadoras cooperadas, que trabalham de segunda a sexta-feira); não contam com fardamento ou equipamentos de proteção individual adequados<sup>27</sup>; não possuem local para armazenar o material coletado, deixando-o dentro de suas residências ou vendendo todos os dias (o que reduz o preço de mercado); finalmente, outra dificuldade apontada pelas catadoras não coletivizadas do Pedregal é o carrinho para realizar a coleta, já que algumas delas não têm condições para comprar uma carroça feita com geladeira e precisa catar em sacos<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> As catadoras não cooperadas do Pedregal afirmaram que ganharam algumas botas, há alguns anos, sem identificar ao certo quem teria fornecido o material. Entretanto, ainda se tratavam de equipamentos inadequados, já que não foram fornecidos na numeração correta dos seus pés. Uma das entrevistadas, B., afirma que deu seu par de botas para seu filho. Com relação às luvas, afirmaram que não utilizavam, pois dificulta o trabalho, especialmente em se tratando da coleta de fios de cobre (que se emaranham no material da luva).

<sup>28</sup> Realizar a catação em sacos, como os que aparecem na Imagem 1, além de ser mais cansativo (pois as catadoras precisam carregá-los nas costas ou arrastá-los), faz com que a quantidade de material coletado seja menor.

A história dos EESs de catadores de materiais recicláveis não é recente e foi originado após processos de luta dos catadores, bem como com o auxílio de universidades e entidades religiosas, que atuavam nos lixões do país. Esses depósitos inapropriados para os resíduos sólidos foram uma realidade de muitos municípios brasileiros até pouco tempo e ainda o são, quando se trata de cidades de menor porte. Não só serviram de local para a destinação do lixo produzido na cidade, mas foram o local de trabalho de muitos catadores por décadas, onde aguardavam ansiosamente os veículos descarregarem todo o material coletado nas ruas, para, então, avançar nas sacolas e procurar aquilo que pudesse ser vendido à indústria de reciclagem.

Tratam-se de lugares insalubres, com alta exposição a contaminantes e a vetores de doenças, como ratos e baratas. Além do mais, eram ambientes propícios à ocorrência de acidentes, a exemplo de atropelamentos provocados pelos caminhões coletores. Na fase empírica da pesquisa, duas entrevistadas que trabalharam no lixão de Campina Grande/PB, M.L. e M.S., afirmaram já ter presenciado mortes no local, entre os anos de 1990 e início dos anos 2000. Relataram que, com a chegada dos coletores, muitos catadores se amontoavam nas pilhas de material descartado, mas o motorista do caminhão, sem perceber que havia pessoas na parte de trás do veículo, acabava acionando a ré e atropelando os catadores que se agrupavam no local.

Imagem 1: Lixão de Campina Grande, hoje desativado



Fonte: Portal Carlos Magno

O processo de retirada das pessoas do lixão para a realização dos trabalhos em outro ambiente (especialmente o espaço urbano) foi relativamente longo e, como dito, foi

fruto do esforço conjunto de ações populares, universitárias e também religiosas<sup>29</sup>, os quais desenvolviam atividades de educação dentro dos ambientes de lixão, inclusive em Campina Grande. Embora sejam inegáveis os benefícios que o fechamento do lixão trouxe para a saúde dos catadores, alguns, como M.J., entrevistada, ressaltam que também há um aspecto negativo, já que, de acordo com ela, muitos catadores moravam nas redondezas do lixão e perderam o seu meio de subsistência quando ficaram impossibilitados de catar os recicláveis naquele lugar. Foi nesse período que não só os catadores foram retirados do lixão, mas também surgiram as cooperativas de reciclagem na cidade.

No Brasil, a primeira cooperativa de catadores de materiais recicláveis foi fundada em 1989, na cidade de São Paulo/SP. Conforme Santos (2020, p. 77), a referida cooperativa (COOPAMARE) surgiu da reunião de pessoas em situação de rua, com o apoio da OAF – Organização de Auxílio Fraternal, promovida por uma entidade religiosa. O objetivo da organização que se buscava naquele momento, entre os anos de 1986 e 1987, era “resgatar” o catador das ruas e torná-lo cidadão. Resgatá-lo do ferro-velho e lhe oferecer outra perspectiva de trabalho e de vida. Parte da bibliografia atribui ao desemprego e condições de trabalho impostas pelo capitalismo o fundamento para o reavivamento da economia solidária no Brasil, a exemplo de Singer:

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil. Ela assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades mas sempre autogestionárias [...] Um outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). (SINGER, 2002, p. 122-123)

O trabalho voltado para a inclusão dos catadores e catadoras é interdisciplinar, não podendo se limitar ao incentivo de formação de cooperativas. Embora este seja um passo grandioso e extremamente relevante para a catação, outras são as medidas que tiveram que ser tomadas para que o catador pudesse ser reconhecido como profissional e pudesse ter voz ativa para reivindicar o que lhe é de direito. Para exemplificar, em 2001, foi formalmente criado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – que já atuava antes desse momento –, cujo intuito é formar uma base sólida para que todos

---

<sup>29</sup> Sobre o tema da participação religiosa na formação dos EESs, conferir Santos (2020)

os que trabalham na catação possam auxiliar na construção e luta por seus direitos, partindo de uma democracia direta<sup>30</sup>.

A organização dos catadores em movimentos e a participação de lideranças de cooperativas em fóruns de Economia Solidária indicam um conjunto de experiências exitosas e a potencialidade desses empreendimentos gerenciados pelos próprios trabalhadores. Em 2001, foi criado o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e nesse mesmo ano foi realizado o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a I Marcha da População de Rua. Em 2002, a atividade foi regulamentada, entrando na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A partir de 2003, com a criação da SENAES, as cooperativas e associações passaram a ser levadas em conta na elaboração de políticas públicas de geração de renda, com apoio a entidades de incubação e financiamento para os pequenos empreendimentos associativos (LEITE, 2012, p. 9)

O processo de retirada das pessoas dos lixões foi um passo necessário para a efetivação de uma política pública de inclusão, de promoção de dignidade, bem como de desenvolvimento e incentivo à economia solidária. Além da mobilização do MNCR, o início do século XXI, no Brasil, também contou com uma mudança do ponto de vista das políticas públicas. Especialmente no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foram bastante perceptíveis os movimentos em torno da economia solidária, como é o caso da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no ano de 2003, que passa a promover políticas públicas de geração de trabalho e renda, fortalecendo essa “outra economia”.

Algum tempo depois, outra medida para a modificação da situação precária de trabalho dos catadores foi a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010. A referida Política tem como princípios, dentre outros: a visão sistêmica da gestão dos resíduos sólidos, incluindo as variáveis social, cultural, ambiental *etc.*; o desenvolvimento sustentável; a cooperação entre poder público, empresarial e sociedade civil; reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico e de valor social, com capacidade de gerar trabalho e renda. Nesse sentido, a legislação estabelece responsabilidades para os entes públicos na gestão dos resíduos sólidos, inclusive entendendo a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos como condição para que o município ou Distrito Federal tenham acesso a recursos da União. Importante mencionar que são priorizados no acesso

---

<sup>30</sup> Sobre o tema, verificar o sítio eletrônico do Movimento, que contém todas as informações relevantes sobre ele. Disponível em: <https://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos>

aos recursos mencionados aqueles municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou associações de catadores.

Assim, percebe-se que o impacto causado pela PNRS foi amplo, trazendo para o debate a situação dos resíduos sólidos no país, além de entregar para o Poder Público grande parte da competência sobre sua gestão, que deve ser, nos termos da lei, responsável. No contexto da política pública, o catador é entendido como parte vital no processo de gestão dos resíduos e um dos seus objetivos é integrar os catadores nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Além disso, é instrumento da PNRS, dentre outros, o incentivo à criação e desenvolvimento de associações de catadores.

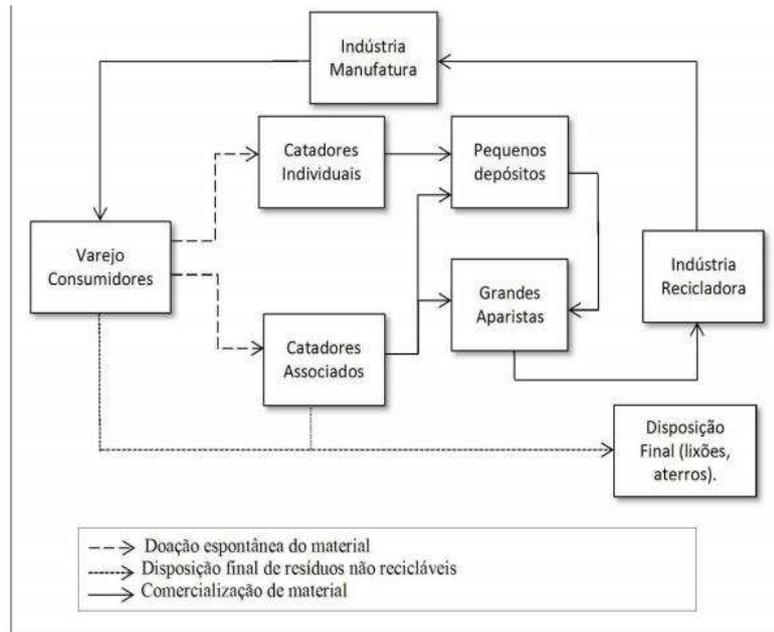
Para fins de conceituação, *catadores* são os trabalhadores autônomos, vinculados a cooperativas ou não, que recolhem resíduos sólidos recicláveis (como alumínio, vidro, papel e plástico) nas ruas da cidade, podendo ou não contar com o uso de mecanismos como caminhões de coleta, equipamentos de proteção individual e outros, a depender dos recursos disponíveis. A *cooperativa* é uma forma de associação, união entre pessoas que tenham um objetivo em comum e trabalham em conjunto para alcançar esse objetivo, partilhando não só dos direitos, mas também dos deveres inerentes ao desempenho da atividade (como, por exemplo, a divisão das funções no empreendimento e o estabelecimento de rodízio dessas funções)<sup>31</sup>.

O *sucateiro/atravessador/intermediário*, por sua vez, é aquele que lida diretamente com os catadores, recebendo o material coletado e dando-lhe mais tratamento com a utilização de máquinas, como prensas, para repassar aos aparistas ou diretamente às indústrias recicladoras. Essas, a seu turno, vendem o material para as indústrias da manufatura, as quais vendem o produto final aos consumidores do varejo e reiniciam o ciclo dos resíduos sólidos (ARANTES; BORGES, 2013). O esquema a seguir demonstra, de forma sucinta, o ciclo da reciclagem e os atores envolvidos:

---

<sup>31</sup> Sobre a definição jurídica, vide DELGADO, 2015, p. 356; CASSAR, 2012, p. 334.

Imagem 2: Ciclo da reciclagem



Fonte: Adaptada de Aquino, Castilho e Pires (2009).

Fonte: ARANTES; BORGES, 2013.

Embora tenham sido apresentados comentários a respeito das pessoas jurídicas (associações e cooperativas) constituídas para formalizar o trabalho em coletividade, o presente estudo teve por meta analisar os empreendimentos de economia solidária de forma ampla, seja em forma de cooperativas, associações, ou mesmo sem que tenha ocorrido qualquer tipo de formalização do grupo, mas que haja uma coletividade no trabalho desempenhado. Não só isso, mas também foi objetivo dessa proposta analisar as perspectivas dos catadores que trabalham fora de coletivos, desenvolvendo seu trabalho “individualmente”. E, como já apresentado na introdução, a intenção deste estudo não se limita ao trabalho dos entrevistados, mas às suas relações com os companheiros de trabalho e suas trajetórias de vida.

Como será destacado mais adiante, no capítulo 5, dos relatos coletados, uma das principais queixas daqueles que não são cooperados é a falta de um espaço para armazenar o material que coletam. Com isso, acabam vivendo em ambientes cheios de resíduos sólidos, atraindo vetores de doenças, estando sujeitas a incêndios (já que o papelão, por exemplo, é bastante inflamável) e aos frequentes furtos do seu material. Já no caso das cooperativas, por mais que também enfrentem desafios, como o furto que já aconteceu na CATAMAIS, o ambiente familiar de cada uma das catadoras não necessita ficar em situações precárias, como acontece com as não coletivizadas. Essa

constatação corrobora a importância das cooperativas e traz um dos seus aspectos positivos para as vidas daqueles que trabalham com a catação de forma coletivizada (o que é apontado pelas próprias catadoras do Pedregal).

A seguir, constam fotos da cooperativa CATAMAIS, em contraposição à casa de M.J.G.M.

Imagem 3: Fachada frontal da casa de M.J.G.M.



Fonte: acervo da autora – dezembro de 2021

Imagem 4: Quintal da casa de M.J.G.M.



Fonte: acervo da autora – dezembro de 2021

Imagem 5: Galpão da CATAMAIS. A imagem mostra a forma como os produtos coletados são organizados internamente. São divididos por categorias em sacos ou caixas de papelão.



Fonte: acervo da autora – agosto de 2021

Imagem 6: Pátio externo da CATAMAIS, que também serve de espaço de armazenamento.



Fonte: acervo da autora – agosto de 2021

Imagem 7: Pátio externo da CATAMAIS.



Fonte: acervo da autora – agosto de 2021

Imagem 8: Carroça utilizada pelas catadoras da CATAMAIS



Fonte: acervo da autora – agosto de 2021

Imagem 9: Prensa da CATAMAIS



Fonte: acervo da autora – agosto de 2021

Embora as fotos juntadas tenham sido apenas da cooperativa CATAMAIS, a estrutura da COTRAMARE é bastante semelhante, contando com equipamentos parecidos para a realização do trabalho, além de um amplo espaço para armazenamento

do material. Algumas diferenças estruturais puderam ser percebidas pela autora em campo. A primeira delas diz respeito à segurança: a COTRAMARE está situada em um local aberto, sem um portão para barrar o acesso de pessoas de fora no interior da cooperativa. Esta é a queixa de uma das cooperadas, E., que afirma que ter um portão na entrada da cooperativa seria importante para manter o ambiente de trabalho seguro, já que é comum entrarem pessoas mal intencionadas, bem como usuários de drogas, no quintal da cooperativa. Já a CATAMAIS, por mais que seja murada e conte com um portão, foi alvo de um furto, em que os bandidos chegaram a levar até mesmo o botijão de gás que elas usavam para cozinhar, de acordo com os relatos das cooperadas. Assim, contam com um fogão de lenha improvisado, que utilizam para cozinhar as refeições do grupo.

A descrição da formação dos empreendimentos estudados tem origem mista: em partes, utilizaram-se as informações trazidas pelas entrevistadas; por outro lado, especialmente no que diz respeito à COTRAMARE, pouco se conseguiu absorver, na pesquisa de campo, sobre a formação do empreendimento, motivo pelo qual o histórico de ambas as cooperativas foi descrito, de maneira complementar, a partir dos estudos já publicados na área e que contam com essa descrição, como é o caso de Santos (2016 e 2020).

A COTRAMARE foi a primeira cooperativa de catadores organizada e formalizada no município. De acordo com o relato de M.L., presidente da cooperativa CATAMAIS, a Igreja Católica teve grande envolvimento e participação na saída dos catadores do lixão. Através da Cáritas, membros da Igreja frequentavam o lixão ainda nos anos de 1990, para conversar com os catadores e tentar instruir de alguma forma. Após certo tempo, tiveram a iniciativa de criar uma escola dentro do lixão, para alfabetizar os catadores que desejassem participar do projeto. Aliado a isso, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por iniciativas dos seus docentes, começaram a atuar no lixão, na tentativa de retirar os catadores daquele local insalubre e perigoso, com a criação de uma cooperativa. Dessa forma, em 2002, surgiu a COTRAMARE.

A CATAMAIS, por sua vez, surgiu por volta de 2008, oriunda de uma movimentação de catadores que faziam parte da primeira cooperativa. Também de acordo com o relato de M.L., alguns catadores que integravam a COTRAMARE expressaram a uma professora da UEPB o seu desejo de criar outro empreendimento, foi quando surgiu

o projeto intitulado “Transformar para Incluir” - por meio do qual a CATAMAIS foi criada. Inicialmente, a cooperativa tinha como escopo triturar e moer exclusivamente resíduos plásticos, para revender para as usinas. Entretanto, a proposta se mostrou inviável, tendo em vista que os catadores perceberam que não tinham material suficiente para tanto.

Procurando novamente a Universidade, conseguiram alterar a cooperativa para que se tornasse uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Assim, o maquinário que tinha sido adquirido, voltado para o trabalho inicialmente proposto, foi substituído por carroças, prensa e balança, permitindo que os catadores se voltassem para o trabalho que desenvolvem até os dias atuais.

Porém, inicialmente, não se tratava de empreendimento de economia solidária propriamente dito, pois a CATAMAIS funcionava de forma a facilitar o trabalho dos seus sócios, com a disponibilização de galpão e maquinário, além de equipamentos de proteção individual (EPIs), mas não havia uma verdadeira solidariedade no trabalho desenvolvido (nem mesmo havia esse ideal). O trabalho desenvolvido na cooperativa em questão era extremamente individualizado. Por mais que os catadores contassem com todos esses equipamentos, cada um possuía uma espécie de depósito individual e, com isso, a pesagem dos produtos era feita de forma separada. Acabavam vendendo o material coletado em conjunto, já que tornava mais fácil o seu trabalho e atraía mais os sucateiros, dado o grande volume, mas a distribuição das entradas ocorria de forma desigual, proporcionalmente ao que cada um havia coletado para aquela venda.

Após terem tomado início no país mais movimentos voltados para o estímulo à economia solidária, M.L. afirma que foram orientadas a mudar a forma como o seu trabalho ocorria, caso contrário não seriam vistos como parte da ES e, com isso, não poderiam acessar benefícios públicos voltados para esse setor. Tendo em vista essa orientação, bem como diante da necessidade de utilizar o caminhão que havia sido destinado para uso coletivo das cooperativas existentes (desde que fossem parte da economia solidária), a CATAMAIS, em meados de 2012, modificou a forma como o trabalho era realizado na cooperativa, dividindo todas as entradas igualmente entre os seus membros. Além do mais, os integrantes do empreendimento participaram de diversas palestras e cursos de formação voltados para a economia solidária e, hoje, há forte identificação da maior parte das suas integrantes com os princípios da ES, pelo que se percebeu em campo.

No que diz respeito à organização do trabalho, também ocorrem de forma semelhante em ambos os coletivos. Nos dois casos, há uma divisão dos(as) catadores (as) em equipes. Enquanto alguns saem para realizar a coleta nas ruas, outros ficam na sede, separando, limpando, prensando e criando fardos com o material já coletado e armazenado no galpão. Utilizam-se de carroças e bicicletas, além de fazer uso dos caminhões destinados pelo Governo Federal para todas as cooperativas, em sistema de rodízio.

Finalmente, em ambas as cooperativas as catadoras e os catadores são vinculados ao MNCR e participam ativamente das discussões que digam respeito ao grupo dos catadores, buscando melhorias para a coletividade.

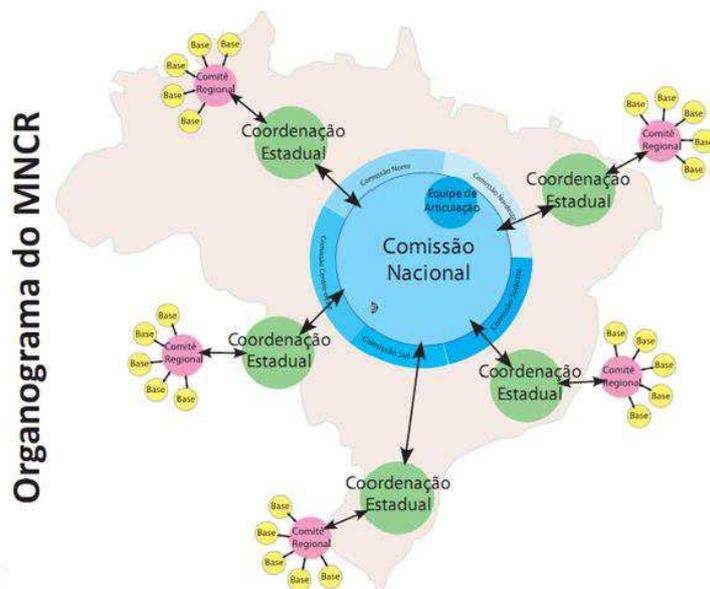
#### **4.2 A luta do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**

O MNCR conta com uma estrutura complexa e organizada, alcançando catadores e catadoras em todo o país, sendo dividido, de acordo com informações constantes em seu sítio eletrônico<sup>32</sup>, em Comissão Nacional, Coordenações Estaduais, Comitês Regionais e bases orgânicas. Assim, também conforme o que consta em seu *site*, o Movimento atua com a prática da democracia direta, sempre tendo as bases orgânicas e os comitês regionais como espaços de deliberação. Para intermediar e agilizar a comunicação, facilitando a execução de tarefas a nível nacional, foi criada uma equipe de articulação, que é “composta por 5 catadores das regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste” (MNCR, 2008). A seguir, organogramas do MNCR, disponibilizadas no *site* do Movimento:

---

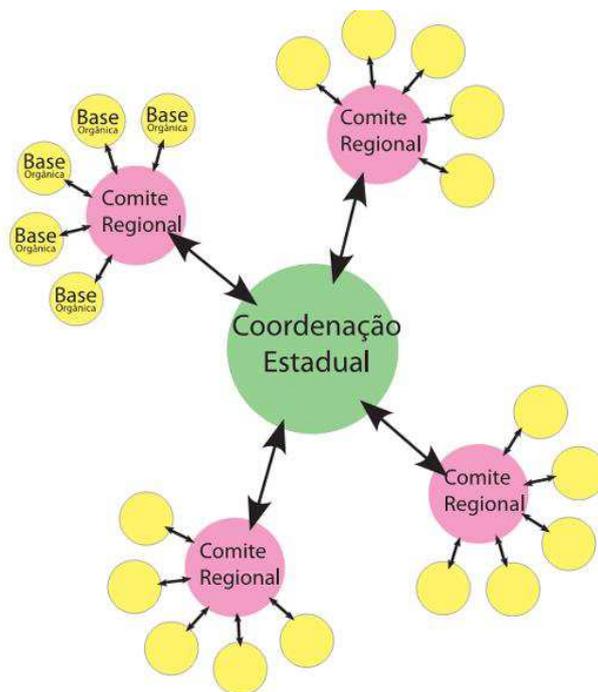
<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/estruturas-regionais>

Imagem 10: Organograma geral do MNCR – panorama nacional



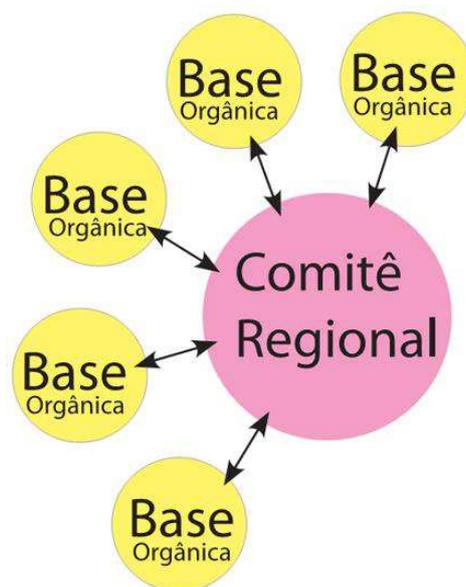
Fonte: MNCR, 2008

Imagem 11: Organograma do MNCR – relação entre Comitês e Coordenação Estadual



Fonte: MNCR, 2008

Imagem 12: Organograma do MNCR – relação entre base e Comitê Regional



Fonte: MNCR, 2008

A organização do MNCR é um dos indicativos da sua responsabilidade na atuação com as demandas dos catadores e da tentativa de manter uma gestão democrática, permitindo a participação de todos aqueles que desempenham essa atividade e possuem vinculação com o Movimento. Fala-se em tentativa de manter uma gestão democrática, pois, assim como acontece nas bases, nos empreendimentos propriamente ditos, também a gestão do movimento pode encontrar dificuldades em atuar dessa forma. Na sua tese, Thelma Santos expõe que

Apesar dos esforços em desenvolver uma organização democrática, participativa e de base, algumas lideranças entrevistadas avaliam que nem sempre o movimento funciona da maneira como se propõem, havendo variações consideráveis em cada estado federativo, a depender do nível de organização local. Um trecho da fala de Arthur, quando lhe perguntamos com quantos estados o MNCR contou em sua organização inicial, nos ajuda a visualizar as dificuldades de operacionalizar o modelo de organização proposto pelo próprio movimento. [...] o depoimento de Augusto, ex-catador e ex-participante do MNCR pelo estado de Rondônia (RO), demonstra que entre os catadores(as) também existe uma visão crítica sobre o MNCR, sobre o modo como algumas coordenações estaduais detêm o poder político e sobre a existência um possível “monopólio” de projetos [...] (SANTOS, 2020, p. 105-106)

Ainda que enfrentando as dificuldades apontadas pelos próprios catadores, conforme demonstrado na pesquisa realizada em campo e acima destacada, não há que se desmerecer a atuação do MNCR, que, graças à força que adquire pelo número de

catadores vinculados, acaba desenvolvendo uma articulação política que os catadores não conseguiriam obter sozinhos. Com isso, têm-se algumas consequências positivas da atuação do MNCR ao longo de mais de vinte anos, a exemplo da já citada Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No ano de 2001, o MNCR conseguiu conquistar espaço no Conselho Nacional para o Meio Ambiente (CONAMA), participando na qualidade de conselheiros, enquanto representantes dos trabalhadores e da sociedade civil. Porém, com as políticas implementadas pela gestão do presidente Jair Bolsonaro, o Movimento não possui mais representação no Conselho. (SANTOS, 2020, p. 110).

Além da participação em órgãos da administração pública direta ou indireta, também a realização de eventos de catadores e catadoras se mostra de fundamental importância para a reafirmação do espaço ocupado pela categoria e, além disso, para discutir questões que ainda estão enraizadas, como é o caso do machismo. De acordo com Santos (2020, p. 112), o debate de gênero vem sendo ampliado pelas catadoras, o que culminou na realização do I Encontro Nacional das Mulheres Catadoras, e que, posteriormente, serviu como mola propulsora para a criação da Secretaria de Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo (SEMUC-SP). Trata-se de uma consequência limitada ao espaço territorial do Estado de São Paulo, mas que reflete o potencial da categoria, em especial quando se fala em poder de representação e luta por melhorias.

Outro exemplo de movimento social de bastante representatividade é a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), que surgiu antes do MNCR (em 04/01/2000), mas, a partir de incentivo do Movimento, atua no “desenvolvimento profissional e econômico dos catadores de materiais recicláveis, além de [ter foco em] ações de impacto positivo ao meio ambiente e a inclusão social”. De acordo com seu sítio eletrônico, a ANCAT atua de modo complementar e ao lado do MNCR, tendo vários objetivos em comum (ANCAT).

Não só a nível local, mas a organização coletiva dos catadores, mais especificamente por meio do MNCR, alcançou representatividade internacional, pelo Red Lacre e Aliança Global de Catadores. No primeiro caso, trata-se de uma organização voltada para a organização dos catadores e catadoras da América Latina, atualmente contanto com a participação de delegados de 17 países. Sua missão é “promover la organización nacional y regional de recicladores de base, su fortalecimiento, actuación

colectiva y articulación multisectorial” (Red Lacre). Já a Aliança Global é uma plataforma não constituída formalmente, criada por iniciativa de catadores de todo o planeta, para trocarem informações e experiências. De acordo com o seu sítio eletrônico, conta com mais de 28 países, especialmente na América Latina, Ásia e África”. Na seção sobre sua história, consta o seguinte:

Alguns céticos disseram e continuam dizendo que seria mais produtivo que os catadores continuassem lutando para a melhoria de suas condições de vida e trabalho em suas cidades ao invés de desperdiçar tempo com viagens internacionais. Porém, alguns trabalhadores empreendedores disseram, ‘Vamos trabalhar para alcançar ambos objetivos! Vamos lutar sem parar, e sem fronteiras. Assim como os exploradores ultrapassaram fronteiras transnacionais, nós catadores, romperemos as fronteiras em nossa luta’. Esse foi o lema do Segundo Congresso da América Latina em São Leopoldo, em 2005, e tem se tornado o lema diário de muitas organizações de catadores por todo o mundo. (FERNÁNDEZ, 2022)

De fato, a organização e as lutas dos catadores *também* precisam ser locais. Talvez ainda de forma mais intensa, já que é nas bases que os catadores sentem o impacto da sua atividade. Entretanto, isso não significa que os catadores e catadoras devam se limitar aos seus espaços de trabalho, ou que devam ignorar o fato de que existe uma imensa comunidade de pessoas que trabalham com a catação e que, a partir da troca de experiências, não só podem conhecer um pouco das histórias de outros colegas, mas ganham, paulatinamente, mais força enquanto grupo. A formação desses coletivos é resultado expresso do que já foi indicado como ação coletiva e reflexo dos movimentos sociais.

Conforme observa-se em Silva:

O caráter coletivo desses empreendimentos recebe um destaque especial na análise de Demoustier (2006, p. 104). Para ela, um empreendimento do campo da economia solidária não se reduz a uma soma de empreendedores individuais, pois seus integrantes constroem sinergias à medida que conjugam suas motivações e seus recursos. Essa conjugação permite uma acumulação de competências internas (por meio do aprendizado mútuo) e externas (por meio da constituição de diferentes tipos de articulações), que vão gerar a combinação produtiva necessária e essencial para a viabilidade do projeto (SILVA, 2017, p. 21)

Ainda que seja uma forma interessante de desenvolvimento do seu trabalho, a coletividade, também contando com o apoio do MNCR, nem sempre é a opção escolhida pelos catadores. Conforme já mencionado e será reiterado, os dois catadores entrevistados no Centro da cidade afirmaram não ter qualquer interesse em participar de cooperativa, enquanto que quatro catadoras, entrevistadas no Pedregal, tentam abrir uma associação

(mas uma delas, M.J.G.M., afirmou que a imensa maioria dos catadores do seu bairro não querem ingressar). De acordo com Silva (2017, p. 39), estima-se que apenas 10% de todos os catadores em atividade estão vinculados a algum coletivo de catação. Os outros 90% preferem trabalhar sozinhos, por diversos motivos:

Vários motivos podem ser creditados a essa baixa adesão ao trabalho coletivo, entre os quais podem ser citados: i) preferência de muitos catadores por atuar sozinhos em nome de uma suposta – e por que não dizer, ilusória – autonomia na gestão de seu tempo e do resultado de seu trabalho; ii) uma desinformação muito grande quanto às exigências para constituição de cooperativas e associações; iii) exigência de conhecimento técnico especializado para o processo de criação desses empreendimentos, tanto na sua constituição quanto na sua gestão, o que requer dos catadores o estabelecimento de parcerias que lhes garantam o assessoramento técnico necessário; e iv) visão das cooperativas como um agente externo, e não como organizações formadas e geridas pelos próprios catadores, que são os verdadeiros donos do empreendimento (SILVA, 2017, p. 39)

Como apontado pelo autor, os motivos para que os catadores prefiram trabalhar individualmente podem ser muitos. Dois dos entrevistados nesta pesquisa indicaram que não querem participar de coletivos de catação, para não ter que dividir o seu rendimento com pessoas que possam não trabalhar tanto quanto eles.

Não se enxerga, porém, qualquer contradição que possa levar ao entendimento de uma falha teórica ou metodológica nesta pesquisa. Pelo contrário: os relatos divergentes servem para situar os leitores e pesquisadores da área dentro do espectro que a catação abrange. Longe desta pesquisadora romantizar o trabalho em coletividade, deixando de ver, de forma sonhadora e pouco realista, as dificuldades enfrentadas nesse modelo de trabalho. Por outro lado, também não se pretende glorificar o trabalho não coletivizados, como se os catadores que trabalham fora das cooperativas fossem heróis e estivessem corretos em sua escolha.

Não há escolha certa ou errada. E esta é a proposta da presente pesquisa: identificar as trajetórias dos catadores que se disponibilizaram a contribuir com este estudo e apontar possíveis caminhos de estudos sobre seus comportamentos enquanto pessoas e trabalhadores. Pessoas que se relacionam em sociedade, que possuem famílias, que trabalham e precisam prover o seu sustento de alguma forma, seja em uma cooperativa, seja com seus carrinhos ou sacos pelas ruas da cidade. São as divergências de posicionamentos que enriquecem este trabalho e nos permitem afirmar o quão heterogêneo é o grupo dos(as) catadores(as).

## 5 FAMÍLIA E TRAJETÓRIAS DE VIDA: moral e sociabilidade na catação

S., 28 anos, catadora vinculada à CATAMAIS, começou a catar ainda criança. Durante toda a sua infância, conviveu no lixão existente no bairro do Mutirão, com sua mãe, irmãos e tia, que lhe ensinou o trabalho. Falando em tom de riso, S. afirmou que as suas idas ao lixão eram divertidas, pois ela e os irmãos acompanhavam a sua tia, que trabalhava com reciclagem, e tentavam lhe auxiliar na catação.

A gente criança, tudo que a gente via a gente pegava, que era pra dar a ela [tia]. A gente andando pelo lixão, catava com uns saquinho. Tudo pequenininho catando. E o que a gente catava, ia e despejava no saco da minha tia, que era pra ela. Nesse tempo, a gente ia pra procurar roupa pra gente e às vezes lavagem pra galinha, essas coisas. Aí eu aprendi assim, minha mãe era viva ainda quando a gente ia. No tempo, eu fui trabalhar mais a minha tia. Aí a gente só fazia limpar a reciclagem. Era só pra limpar mesmo, tirar o selo, essas coisas. Acho que eu tinha uns quinze anos nesse tempo. Acho que era treze anos. Eu só trabalhei uma semana mesmo porque eu não aguentei. Que era muito rojão no sol quente e minha mãe era doente também, aí eu não queria deixar ela sozinha. Ela era doente, tinha problema mental, tinha problema de cansaço, de vez em quando tava dando crise nela. Eu ainda tirei vinte reais nesse serviço e pra mim era um dinheirão, né? Aí a gente comprou umas coisinhas pra dentro de casa, que a gente passava uma necessidade grande. Depois ela [mãe] se aposentou por problema mental, recebendo um auxílio. Depois que ela morreu foi que a gente ficou sem nada, só com o dinheiro do Bolsa Família e assim mesmo com o tempo cortaram. Foi no tempo que eu tinha me juntado com uma pessoa. Mas mesmo assim ainda continuava ajudando elas [irmãs]. Aí foi quando eu parei de ir pra reciclagem, parei de mexer com reciclagem. (S., 2021)

Após uma infância em que a cata de materiais recicláveis era entendida como uma brincadeira para S. e seus irmãos, ela se deparou com uma vida adulta em que não possuía qualquer oportunidade de emprego formal e bem remunerado. Com a morte da mãe, S. voltou ao lixão, mas, dessa vez, com o objetivo de trabalhar. Diferentemente do que ocorria em sua infância, em que as suas visitas àquele lugar costumavam representar uma brincadeira, o retorno ao lixão para trabalhar não foi satisfatório, já que os perigos do lugar fizeram com que não passasse mais que dois meses ali. Procurou outro serviço e, com isso, foi trabalhar em uma pastelaria, onde ainda permaneceu por cerca de dois anos. Após sair da pastelaria, procurou uma cooperativa na cidade, a Cata Campina, e passou a coletar de forma grupal. Em três meses, após uma desavença no lugar, S. migrou para a cooperativa CATAMAIS, onde trabalha há cerca de dois anos.

A catação permeou a história de S. e de muitas outras pessoas que trabalham no ramo, tendo sido um ponto marcante em suas vidas. Seja como um elemento tangencial e esporádico desde a infância, seja como meio de subsistência da família inteira ainda na idade mais jovem, seja como forma de escapar ao desemprego e à miséria após a vida

adulta, a catação se revela, nas vidas dos entrevistados, como um elemento relevante e repleto de significados. Essas percepções, evidentemente, variam de acordo com cada pessoa e sua história de vida, refletindo-se em uma ampla gama de perfis e entendimentos de cada um dos que colaboraram para a realização desta pesquisa. Pode-se mencionar o exemplo de V.L., também sócia da CATAMAIS:

**Pesquisadora:** Como foi que surgiu, na sua vida, a oportunidade de trabalhar com catação?

**V.L.:** Quando tinha o lixão lá [no Mutirão], eu trabalhava. Aí foi o tempo que acabou o lixão e apareceu essa cooperativa e a presidente deu uma oportunidade a eu

**Pesquisadora:** A senhora já trabalhava com catação no lixão?

**V.L.:** Isso

**Pesquisadora:** Desde quando, mais ou menos?

**V.L.:** Muitos anos. Acho que uns 10 anos. Desde o lixão do Distrito. É porque quando eu nasci, com 1 ano de idade minha mãe levou eu pro lixão.

**Pesquisadora:** Sua mãe também trabalhava?

**V.L.:** Trabalhava. Minha família todinha era do lixão

**Pesquisadora:** E sempre morou lá no Mutirão?

**V.L.:** Depois que o lixão saiu, a gente continuou morando lá, mas a gente não morava lá, não. A gente morava lá na Catingueira

**Pesquisadora:** Ia pra lá [Mutirão] todo dia?

**V.L.:** É que esse tempo o lixão era lá na Catingueira também

**Pesquisadora:** Sua família toda trabalhava com isso? E desde pequena você já catava? Como era, quando criança?

**V.L.:** Quando eu era mais pequena, minha mãe e meu pai levava a gente, só que a gente não sabia catar. Aí a gente ficava por lá e eles trabalhando lá no lixão. Ficava numa barraca. Eles fazia uma barraca e deixava a gente.

**Pesquisadora:** Como foi depois, quando você aprendeu a catar? Foi com quantos anos?

**V.L.:** Sem problema. Eu fui olhando. A gente olhava todo dia como é que fazia aquele trabalho, aí aprendemos. Acho que eu tinha uns 10 anos

**Pesquisadora:** Mas até aí, ia todo dia com seus pais pra lá?

**V.L.:** Todo dia. Porque não tinha quem ficasse com nós, pequeno, aí eles levava a gente

**Pesquisadora:** Esse foi seu único trabalho, desde sempre?

**V.L.:** Só no lixão, sim.

(V.L., 2021)

Os trechos acima constituem apenas exemplos das trajetórias de vidas das entrevistadas na catação. Nos casos expostos, têm-se duas pessoas com caminhos um pouco semelhantes, que tiveram contato com a cata de materiais recicláveis desde a infância (muito embora V.L. tenha efetivamente trabalhado com a catação desde essa época), mas cujas relações com esse trabalho são diversas. V.L., por exemplo, nunca trabalhou em outra área, enquanto S. já realizou outros trabalhos. Claro que este é apenas um dos pontos de diferença entre as trajetórias, pois, se tratando de histórias de vida das pessoas, nada mais natural do que serem identificados muitos elementos únicos em cada uma delas.

No presente capítulo, busca-se apresentar os perfis das pessoas entrevistadas, com dados básicos, como idade, escolaridade e bairro em que residem, além de expor, de forma sucinta, as suas trajetórias de vida. Em um primeiro momento, será feita a narrativa de acordo com o que foi dito nas entrevistas e, posteriormente, sua devida análise, no intuito de discutir a moral e a sociabilidade na catação de materiais recicláveis, seja de forma coletivizada ou não. Destaca-se, ainda, que os dados foram indicados conforme havia sido informado à autora no momento das entrevistas (a exemplo da idade dos participantes e o tempo de trabalho como catador), que aconteceram entre agosto/2021 e abril/2022.

### **5.1 Perfis dos catadores, com base nas trajetórias de vida e relações familiares**

S. e V.L. já tiveram uma parte de suas histórias destacadas. Em ambos os casos, cresceram vendo a família (ou parte dela) se dedicar à catação de materiais recicláveis no lixão da cidade, mas ambas seguiram caminhos diferentes. S., 28 anos, que via as idas ao lixão como um momento de lazer e descontração com sua tia e irmãos, frequentou a escola regularmente e concluiu o ensino médio, não enxergando na catação um trabalho até a vida adulta, quando procurou uma cooperativa para se tornar sócia. V.L., 41 anos, por outro lado, sempre observou os adultos realizando a coleta de materiais no lixão e, olhando, aprendeu como fazer a seleção dos materiais que serviam para a revenda em sucatas. Ao contrário de S., não concluiu seus estudos, tendo frequentado a escola até o primeiro ano (alfabetização) e aprendido apenas a assinar o próprio nome. Desde os dez anos de idade, V.L. trabalha catando materiais recicláveis.

Na mesma cooperativa em que S. e V.L. trabalham (CATAMAIS), foram entrevistadas as outras oito sócias: M.S., M.J., M.F.S., M.F., M., J., S.S.C. e M.L.

M.S., 51 anos, é uma das fundadoras da cooperativa, juntamente com M.L. Por mais que hoje tenha um forte posicionamento a respeito da economia solidária e da importância do seu trabalho na catação de materiais recicláveis, especialmente após ter realizado cursos e participado de formações de catadores oferecidas na cooperativa, M.S. nem sempre trabalhou como catadora. Muito jovem, foi morar no Rio de Janeiro/RJ e começou a trabalhar como empregada doméstica aos catorze anos de idade. Permaneceu nessa profissão por vinte e cinco anos e, aos 39 anos de idade, morando novamente em Campina Grande/PB, viu-se desempregada.

Nesse momento, ela e seu esposo encontraram no lixão um meio de sobrevivência. Passaram a catar materiais recicláveis naquele local insalubre e perigoso, porque, segundo ela: “A gente trabalhava lá porque não tinha outro emprego, não tinha como sobreviver sem emprego, né? Aí era o jeito, a gente tem que trabalhar mesmo. Tinha dois filho pequeno, aí tinha que trabalhar pra manter os dois” (M.S., 2021). Permaneceu catando no lixão por cerca de seis anos, após o que, com os projetos realizados pelas universidades locais, surgiu a primeira cooperativa de catadores da cidade, a COTRAMARE, à qual se vinculou. Após a ruptura da COTRAMARE, juntou-se com outras(os) catadoras(es) para formar a CATAMAIS, onde trabalhava no momento da entrevista.

Para ela, foi uma felicidade sair do lixão. Dentre outras coisas, passou a contar com um galpão e equipamentos de proteção individual, mas, sobretudo, saiu do ambiente hostil em que antes trabalhava.

**M.S.:** Lá no lixão, Graças a Deus nunca tive não [acidente], nem eu nem meu marido, mas muita gente já chegou até morrer esmagado por carro lá... um menino, rapazinho, o carro passou por cima da cabeça dele. Porque quando o carro vinha chegando no lixão pra despejar o lixo, eles pegava “bigu”, aí o motorista dentro do carro não via quem tava atrás. Quando dava ré, eles caía e o pneu de trás passava por cima. Já vi muita morte ali no lixão. Vi de um rapaz que subiu em cima da caçamba com dez mil toneladas. Ele foi e subiu pra cima da caçamba pra jogar as bolsa dele. Só que ele escorregou. A gente tava tudo na roda esperando a caçamba despejar pra gente cavar o lixo pra tirar o material. A gente viu quando ele escorregou. Ele subiu num pneu de trás aí foi segurar nas bolsas tudo solta, mas ia ter segurança onde? Aí ele segurando as bolsas, quando ele segurou, escorregou duma vez, quando escorregou foi mesmo embaixo do pneu. Mesmo na hora que o motorista foi mais pra frente pra poder subir a traseira da caçamba pra despejar e foi pra frente e passou por cima dele. Quando botou de ré, acabou de matar. Porque o lixão lá como é muito lixo o terreno fica fofo. Com o peso da caçamba ele desceu de mundo abaixo, aí quando o pneu saiu ele subiu de novo. Eu passei a noite todinha sem dormir, vendo direitinho ele debaixo do pneu da caçamba. Assim, não pegou na cabeça dele, pegou só daqui pra cá [apontando o abdômen], quebrou todo ele.

**Pesquisadora:** Era novo?

**M.S.:** Era, se tivesse trinta anos tinha muito. Porque isso era menino, era tudo que subia nos carro. Aí foi proibido. Quando chegasse os carro, todo mundo, criança e tudo, que não subisse pra cima porque a turma dos carro que vai despejar o lixo num ia pagar toda hora que matasse um. Porque eles subia porque eles queria, os pais autorizavam eles subir. Mas queria saber não, eles subia de todo jeito. É, foi muita morte ali no lixão.

(M.S., 2021).

M.J., 36 anos, filha de uma empregada doméstica, trabalhou informalmente como doméstica desde a infância. Sua mãe, que trabalhava na casa de um político da cidade, levava M.J. para o seu local de trabalho desde muito jovem. Por se tratar de circunstâncias iniciadas na infância, as informações e os momentos se tornaram confusos na mente da participante, que não sabe precisar com que idade começou a trabalhar na referida casa, mas acha que foi por volta dos oito anos de idade até os quinze. Nessa idade, procurou trabalho no lixão, onde iniciou a catação (trabalho que os seus cinco irmãos tinham) e a desempenhou por cerca de 5 anos. Com o fechamento das atividades do lixão, M.J. ficou sem trabalho e, nesse meio tempo, precisou realizar uma cirurgia cardíaca. Após isso, ingressou em uma outra cooperativa da cidade, CAVI, onde permaneceu por três anos. Após sua saída da cooperativa, passou por um ano de desemprego e ingressou na CATAMAIS, onde está trabalhando há cerca de um ano (M.J., 2021).

M.F.S., 41 anos, também sempre trabalhou na informalidade: afirma que desde criança trabalhava para ajudar os pais, começando na casa de uma prima, em que trabalhou como doméstica. Antes de ingressar na cooperativa de catação, iniciou seu trabalho como catadora ainda jovem, por volta dos 20 anos de idade. Pouco tempo depois, começou a trabalhar realizando faxinas e, após isso, ingressou na cooperativa CATAMAIS, onde está há cinco anos. Começou a trabalhar na catação para complementar a renda de casa. Já conhecia o trabalho porque os seus irmãos e esposo já catavam. Durante o dia, já que à noite tinha que cuidar dos filhos, M.F.S. realizava a coleta de recicláveis no lixão e, de acordo com ela, não gosta de ficar parada em casa, tem prazer em trabalhar (M.F.S., 2021).

M.F., 43 anos de idade, ensino fundamental completo, iniciou no âmbito profissional em idade relativamente avançada: aos 30 anos, começou a trabalhar, já como catadora, mas ainda no lixão. Assim como as outras entrevistadas da CATAMAIS, também tem residência no bairro do Mutirão, onde se localizava o depósito de lixo municipal. Já trabalhava como catadora no lixão quando soube da existência da cooperativa CATAMAIS (onde trabalha há seis anos) por intermédio de sua irmã, também catadora. No lixão, trabalhou por cerca de três anos e afirma que começou a trabalhar lá por conta da “precisão”. Seu esposo estava desempregado e, tendo em vista que o lixão ficava próximo à sua casa, pensou na catação como uma alternativa à situação da renda familiar. Afirma que “arrastou” o esposo, a irmã e a mãe para trabalhar com a

catação, mas, hoje, seu esposo é pedreiro e apenas a irmã ainda cata materiais recicláveis. (M.F., 2021).

M., 22 anos (uma das mais novas entrevistadas), ensino médio incompleto, já trabalha na cooperativa CATAMAIS desde os seus 19. Assim como S., frequentava o lixão do Mutirão desde pequena, mas, no seu entendimento, era apenas para brincar. Afirma que sua família inteira catava materiais recicláveis, incluindo sua mãe, que sempre a levava para o lixão. Começou a morar junto com um parceiro aos quinze anos e, aos dezesseis, teve sua primeira filha. Com isso, o seu anseio de tornar-se médica ficou cada vez mais distante, pois, de acordo com ela, “não tinha cabeça” para continuar estudando. Por esse motivo, não concluiu o ensino médio (cursou até o segundo ano) e não continuou os estudos para o vestibular.

**M:** Eu quando era pequena ia mais minha vó, minha mãe, lá pro lixão, mas eu ia mais pra brincar. Ela trabalhava e quando era na hora da separação era que eu tapeava lá que tava ajudando ela e separava, pra mim ganhar uma parte do dinheiro delas [fala em tom de riso]

[...]

**Pesquisadora:** No caso sua família já trabalhava com isso e morava lá no mutirão? Mora até hoje e ainda trabalha com isso?

**M:** Só a minha vó. Ela é aposentada, mas ela ainda quer ter o dinheiro dela.

**Pesquisadora:** E você começou lá desde pequena.

**M:** Brincando. Brincando. Brincando.

**Pesquisadora:** Mas ia desde pequenininha já.

**M:** Desde pequenininha.

**Pesquisadora:** Você acha que isso foi importante pra você se tornar catadora, você desde pequena estar lá.

**M:** Num sei, né?

**Pesquisadora:** Nunca parou pra pensar nisso?

**M:** Não.

**Pesquisadora:** Já chegou a pensar em seguir outra profissão, fazer outra coisa?

**M:** Quando eu era mais nova eu tentava, mas depois desisti de estudar. Quando eu estudava, antes de eu conhecer as menina [da cooperativa], eu pensava em ser médica, só que depois eu fui logo virar a cabeça, arrumei um marido, arrumei logo uns filhos, aí não tinha mais cabeça de estudar, não, desisti de estudar, ficava só em casa

**Pesquisadora:** Você casou e teve filho com quantos anos mais ou menos?

**M:** Eu comecei morar junto eu tinha quinze anos, dezesseis anos eu tive minha primeira filha. Tive três, aí não consegui continuar estudando pra fazer o vestibular. Quando eu engravidei, ainda fui grávida estudar lá na pracinha, mas na metade do ano eu desisti. Num fui mais não, só até o segundo. Aí desisti, não fui mais. Tinha tempo que eu ainda pensava em voltar, ainda mandei minha

mãe fazer a matrícula pra mim ir, só que depois desisti, não quis mais ir, que era muita coisa. Já tinha trabalho, aí chegava em casa tinha filho pra cuidar e não tinha cabeça pra estudar mais. (M., 2021).

J., 29 anos, concluindo o terceiro ano do ensino médio, já teve outras profissões antes de se tornar catadora. Já trabalhou na limpeza de uma lanchonete e também vendendo antenas de televisão, trabalho em que ganhava por comissão. Após passar algum tempo desempregada, começou a juntar materiais recicláveis em casa, coletando nas residências próximas. Sua ex-sogra, que à época trabalhava na CATAMAIS, lhe questionou se não teria interesse de ingressar na cooperativa. J. está trabalhando nesse mesmo lugar há oito anos, mas tem a intenção de fazer o curso de Direito na universidade e de conseguir melhores condições de vida para ela e seus filhos. (J., 2021).

S.S.C. tem 58 anos, também reside no Mutirão, assim como todas as outras sócias da CATAMAIS, e trabalha catando materiais recicláveis há mais de 20 anos, sendo sete deles na cooperativa da qual faz parte. Antes de trabalhar com a catação, S.S.C. era doméstica, atividade que exerceu desde os seus doze anos de idade até os 30, quando engravidou e precisou sair do trabalho para cuidar da filha. Após a demissão, ela não conseguiu se realocar no mercado de trabalho. De acordo com ela, sua idade estava avançada e não conseguia mais “arrumar emprego”, situação que perdurou por cerca de dois anos. Diante disso, viu no lixão uma oportunidade e, depois que abriram a cooperativa CATAMAIS, ela ingressou como sócia. (S.S.C., 2021).

Questionada se pensou em exercer outro labor após o desemprego, S.S.C. respondeu o seguinte: “Pensar a gente pensa, né?”. E quanto à escolha pela catação, disse que: “É porque tinha que arrumar alguma coisa pra fazer, pra ajudar, né? Não teve escolha”. Depois que o lixão fechou, S.S.C. ficou cerca de três anos sem trabalhar e, segundo ela, estava sem comida em casa quando uma pessoa conhecida lhe questionou se ela não teria interesse em ingressar em uma cooperativa, momento em que procurou a CATAMAIS e tornou-se sócia.

Finalmente, a presidente da cooperativa CATAMAIS, M.L., se dispôs a contar um pouco da sua trajetória de vida.

**M.L.** Bom, eu venho da roça. Eu era agricultora. Quando eu cheguei na cidade a única opção que tinha quando eu comecei era catar mesmo. Primeiro eu comecei de babá, aí depois eu comecei a catação. Dezoito anos saí na rua, comecei a catar e final de semana vendia e fazia as comprinha. Eu digo: não, vou continuar, dando certo fiquei na categoria

**Entrevistadora:** A senhora disse que era agricultora. Trabalhava desde pequena como agricultora?

**M.L.** Desde pequena. A gente só vestia um vestido quando chegava o São João e fim de ano. Não existia o vestido pronto. Aí ele [pai] dizia: tá chegando São João aí, só vão vestir o vestidinho se for pra roça mais eu. Uma semana era pro tecido, outra semana era pra costureira. Aí depois nós continuou pra ajudar, uma em casa na cozinha, outra ia pra roça mais eles que tinha que uma ficar. A mãe era um pouco doente, mas é quem botava a semente.

**Entrevistadora:** O sítio era onde?

**M.L.** Eu sou do Ceará. Nós era do sítio Cariús, aí viemos pra cidade de Iguatu. Pai vendia as coisa, confecções a prestação, rede, mosquiteiro, essas coisas, também porta a porta. Aí ele veio-se embora e deixou a mãe grávida do último filho. Quando o bebê nasceu, vendeu tudo lá e veio atrás dele [do pai]. Vendeu tudo. Não conhecia nada. Veio-se embora com cinco filho tudo pequenininho e achou o véi [risos]. Achou e ele veio pra cá pra Campina. Aí veio com nós tudinho, foi em setenta e quatro, nós veio pra Paraíba. Aí eu considero nós de Paraíba, né? Eu vim chegando aqui eu tinha doze anos, que eu sou a mais velha de cinco.

**Entrevistadora:** A senhora quando chegou aqui foi trabalhar ou ficou em casa?

**M.L.** Fiquei, fiquei um dia em casa, né? Que num tinha conhecimento. Mas pai nas andanças dele arrumou o serviço pra mim de babá.

**Entrevistadora:** Aí você tinha quantos anos quando começou como babá?

**M.L.** Doze anos. Mas eu cuidava direitinho. Era mais pra ficar com ele, passear. Botar pra dormir. Comida era a mãe dele. Aí depois disso, eu conheci meu véio, aí continuamo na catação, eu com ele na catação.

**Entrevistadora:** Ele já era catador?

**M.L.** Não, vivia sem fazer nada. Eu digo: vamos sair aí pela rua com carrocinha. Fim de semana nós vendia, aí pagava o aluguel e fazia a feirinha. Tinha semana que só tinha pra o aluguel e não fazia feira.

**Entrevistadora:** A senhora tinha dezoito anos na época? E catava na rua?

**M.L.** É.

**Entrevistadora:** E como foi que chegou no lixão?

**M.L.** A gente morava lá em Zé Pinheiro, casa alugada. Aí já tinha uma conhecida dele, que disse assim: por que vocês não pegam um quartinho ali na invasão que vão doar, vão dar casa... vocês já ganham a casinha de vocês e sai do aluguel. Nem meu marido queria ir nem a minha sogra. Com um ano, nós ganhamos a casinha lá no Mutirão, um ano, dois. Entramos no lixão.

**Entrevistadora:** Vocês ainda nesse período catavam sozinhos e quando chegou o lixão, vocês foram pro lixão?

**M.L.** Chegou o lixão e a gente foi pro lixão, porque era mais perto, né? Que a gente saía de lá pra aqueles bairros mais perto.

(M.L., 2021).

Após uma infância de bastante sacrifício e trabalho na roça, precisando trabalhar desde muito cedo, ainda como babá aos doze anos, M.L. passou cerca de 12 anos catando

autonomamente nas ruas da cidade, na companhia do seu esposo. Após a chegada do lixão ao Mutirão, bairro onde fixou sua residência em 1992, o casal passou a catar materiais recicláveis lá, de onde saíram apenas em 2002, quando foi criada a primeira cooperativa da cidade, a COTRAMARE. Pouco tempo depois, alguns catadores dessa cooperativa se organizaram e criaram uma nova, a CATAMAIS, história já narrada.

E. foi a primeira entrevistada da COTRAMARE. Se declara branca, tem 44 anos, também mora no bairro do Mutirão e fez até a 4ª série (5º ano) do ensino fundamental, graças ao “Projeto Esperança”, instalado no lixão por iniciativa da Cáritas, para oferecer educação aos catadores e catadoras que ali trabalhavam. De acordo com ela, não estudou quando criança porque precisou trabalhar desde cedo: a partir dos 8 anos de idade, já começou a catar no lixão da Catingueira, para ajudar os pais, que eram catadores.

Minha infância era só catar lixo. Eu catava mais meus irmãos. A gente morava num barraquinho. Não tinha pra onde sair, pras escolas. Era muito longe, a gente era tudo pequeno. Mãe também era muito doente, a bichinha não podia trabalhar. A gente tinha que ajudar ela e catar reciclagem. Ela era deixada [separada] do meu pai. Quando a gente morava no Pedregal, se separaram. Aí a gente foi pra Catingueira, ela levou nós. Aí começamos a catar. Eu tinha 8 anos e tinha irmão meu mais novo ainda, que catava também. Juntava material dentro do saco. (E., 2021)

Sempre trabalhou catando materiais recicláveis e foi uma das fundadoras da cooperativa que integra, estando lá desde 2002, quando foi criada. Precisou se ausentar do grupo por alguns meses, para cuidar da mãe, que estava doente, mas continuava catando nas ruas nesse período, com sua carrocinha.

A., 32 anos, moradora do bairro Catolé de Zé Ferreira, se declara “morena” e diz ter feito até a 4ª série (5º ano). Sua família já trabalhava com a catação de materiais recicláveis, mas no lixão, e A. teve a iniciativa de trabalhar com a catação quando percebeu que sua situação financeira exigia que encontrasse uma fonte de renda. Nesse momento, afirma que começou a trabalhar em uma “reciclagem” no seu bairro e que, quando esse empreendimento fechou, após bastante tempo desempregada, ela ingressou na COTRAMARE. Nunca trabalhou sozinha, nem no lixão, nem nas ruas da cidade. Conheceu a cooperativa, onde trabalha há seis meses, através de uma tia, também cooperada. (A., 2021).

G., 28 anos, possui o ensino fundamental completo e é vice-presidente da cooperativa COTRAMARE, onde trabalha há sete anos. Antes disso, nunca tinha

trabalhado com reciclagem, oportunidade que surgiu através da sua mãe, que conhecia um dos cooperados. Seus outros trabalhos, todos informais, consistiam em ajudas esporádicas que prestava à mãe, que era cozinheira em um restaurante, bem como na realização de faxinas. Nunca antes tinha tido contato com a catação, nem sua família trabalha no ramo. Na verdade, afirma que sequer tinha ciência da existência desse tipo de trabalho, pois morou um tempo em um sítio e depois passou a morar em Santa Luzia, no sertão paraibano, onde ela não verificava a realização desse labor. (G., 2021).

Entre as não cooperadas, foram quatro as entrevistadas, no dia 08/12/2021: B., M.M., S.S. e M.J.G.M.

B., muito aberta e comunicativa, estava no local da entrevista (casa de M.J.G.M.) com seus dois netos, ainda crianças. Com 59 anos de idade e com o 2º ano completo, trabalha catando materiais recicláveis desde os 25 anos. De acordo com ela, trabalhou muito tempo em “casa de família”, como doméstica. Antes disso, por ter crescido em um sítio em São Vicente do Seridó/PB, já trabalhou na agricultura: “limpou mato”, “apanhou feijão”, “levou água na cabeça”. “Faço tudo que mandar no roçado”, diz. B. Afirma que não teve infância, pois sempre esteve no roçado e, após a morte da sua mãe, seu pai “deu” todos os filhos para pessoas desconhecidas. No caso dela, foi adotada por uma família de Pocinhos/PB, pessoas com quem nunca tinha tido contato. Nessa época, trabalhava com a família na fabricação de artefatos de barro, que eram vendidos na feira. Mesmo com tudo isso, afirma que não perdeu o contato com seus irmãos biológicos, nem com seu pai, que morreu há dois anos.

Aos 25 anos de idade, encontrou um namorado e engravidou do seu primeiro filho. Passou a morar com seu companheiro no bairro do Pedregal, porque o aluguel era mais barato. Nessa época, seu companheiro vendia verdura e foi uma conhecida quem lhe perguntou se ela não tinha interesse em “catar reciclagem”. Ela própria nunca tinha tido contato com a catação, sua família inteira trabalhava com agricultura e pequenas criações de animais. Juntando o dinheiro da catação com o que seu companheiro auferia vendendo verduras, que era pouco, conseguiam pagar o aluguel.

Comprei a carroça de geladeira, aí me acostumei. Eu vendia na sucata, o dinheiro era pouquinho, às vezes num dava pra pagar o aluguel todo e fazer a feira. Aí eu tomava emprestado a seu Luís da sucata, que era bem dizer um pai pra mim. E com menino pequeno... O pai [no caso, seu companheiro] depois deixou de vender verdura e tinha vergonha de catar reciclagem. Aí eu tive D. [filho]. Eu ia pro centro com os meninos. Quando eu cheguei no centro, a Kombi encostou em mim, que não era pra eu levar os meninos, não. [M.J.G.M.]

interfere: Conselho Tutelar.; B. concorda]. Perguntou se eu tinha Bolsa Família, eu disse que tinha, aí ela disse que eu podia catar reciclagem, só que não podia levar os meninos. Mas não tinha com quem deixar, eram pequenos. Aí eu num fui mais pro centro, fui lá pras Malvinas. Logo cedo, seis horas da tarde e de manhã eu ia, aí de 4 horas da tarde eu ia pro centro sem os meninos. Mas eu ficava sempre pensando nos meninos, que ficavam com o pai deles. O pai deles gostava de beber uma cachacinha e fumar uma maconha, sabe? Que tem que falar a verdade, né? [risos] T. era maiorzinho e D. era menorzinho, mas eu sempre catei com eles. Aí nasceu a mãe dela [aponta para a neta], que eu tive três. E fui catando reciclagem. Aí o aluguel aumentou, passei muito tempo pagando aluguel na beira do canal, na beira mesmo do canal. Arranjei uma casa de família e fui trabalhar em Bodocongó, eu cuidava de uma senhorinha lá. Aí parei de catar reciclagem, mas quando eu vinha no caminho, já vinha juntando coisa. Passei muito tempo nas casas de família, mas sempre catando reciclagem. Teve um tempo que a gente se apertou muito e o povo da comunidade me ajudava muito. Eu fui na Prefeitura fazer o cadastro, aí a Prefeitura pagou um ano de aluguel pra mim, porque eu tava sem condição de trabalhar. A Prefeitura pagou aluguel pra mim um ano e fez o cadastro dessas casas, que eu to morando agora. Mas demorou a receber essas casas. Eu catei reciclagem muito tempo...

[...]

Foi tempo que veio esse auxílio de R\$ 1.200,00 [Auxílio Emergencial, pago em decorrência da COVID-19]. Aí a gente passou uns tempinhos melhorzinho e parei de reciclar. Aí o dinheiro ficou pouco de novo e eu voltei. É que casa de família eu não posso, né? Quando ela [filha] faleceu ficou meio ruinzinho, só meus meninos trazendo leite, fralda. Aí eu fui catando em casa, juntando em casa mesmo. (B., 2021)

A trajetória de B., repleta de dificuldades, demonstra a resiliência com que encara os percalços da vida. Após a morte da filha durante o parto, B. ficou responsável por cuidar, sozinha, dos seus dois netinhos, crianças de aproximadamente 4 e 6 anos. As circunstâncias dessa situação são agravadas pelo fato de que o pai das crianças é envolvido com a criminalidade, estava preso até muito recentemente e há meses não paga a pensão dos filhos. Ao questionar a mãe do rapaz (também avó das crianças), afirmou que se sentiu ameaçada e com medo de requerer judicialmente o que seus netos têm direito.

Na verdade, B. sobrevive com os poucos recursos do Bolsa Família (R\$ 255,00), além do auxílio que seus filhos lhe dão. Por precisar cuidar dos netos, não cata todos os dias e seu rendimento é baixo, variando entre R\$ 50,00 e R\$ 120,00 por mês.

Eu agradeço a Deus que meus filhos é muito bom pra mim. Aí meu filho liga: mãe, tá precisando disso? Tô não, meu filho. “Mãe, tá no sol?”. Tô não... Fica perguntando se eu tô no meio do mundo. Que eu vou mesmo... Vou pra CEASA. Trago batata, trago inhame, trago batata doce. Tudo que o povo me dá lá eu trago. Lá em casa eu num compro verdura nem fruta, que eu pego tudo na CEASA. Só pago 10 real no carro pro homem vir deixar na minha porta. Se a senhora for lá em casa, come tapioca, come inhame, come tudo. Da CEASA.

Mas nas minhas vizinhas eu nunca pedi um grãozinho de café, que eu não peço, não. (B., 2021).

M.M., 58 anos, escolaridade: 4ª série (5º ano). Desde criança, também foi colocada, de maneira forçada, no trabalho braçal da roça. Nascida no sítio Jucá do Cumbe, em Lagoa Seca/PB, teve que trabalhar no roçado desde os 5 anos de idade, porque seu pai obrigava.

Nós se levantava quatro horas da manhã, pra carregar água, tinha que encher uma formona grande assim [gesticula], pra ir pro roçado. A gente tomava café puro, porque não tinha o que comer, não. A gente ia pro roçado, voltava de 11:30 pra almoçar. Feijão, farinha e... nada. Nós comia carne no São João e no Natal. A gente pedia a Deus que chegasse o São João. Meu pai ele plantava aquelas coisinhas, aí tinha um homem lá que ele vendia a carne, pra gente pagar com uns dias, que eu não me lembro quantos dias era. Aí meu pai encomendava, só era no São João e no Natal. No resto do tempo, o dinheiro que ele apurava só dava pra comprar... nem na feira ele vinha, porque feijão a gente lucrava de casa, a farinha era de casa, a batata era em casa. Tudo era de casa. A gente vinha na feira de vez em quando. Pra você ter uma ideia, a gente vestia um vestidinho assim, ele era costurado 3 vezes, porque onde ia furando um buracinho, minha mãe botava um remendinho. Aí quando chegava aquele povo que tinha mais condição, aí meu pai começou a fazer empeleitada [sic]. Empeleitada era assim: eu lhe dou “tanto” pra você limpar aquele plantio. Aí meu pai ia, ia tudinho. Quatro horas da manhã meu pai tava limpando o de casa, pra ir tudinho fazer lá a empeleitada. Só fizemos até a quarta série, porque a gente estudava um horário e trabalhava outro. Mas quando chegou a quarta série, só tinha escola em Lagoa Seca, só tinha ali no Agrícola [Colégio]. Só vinha quem tinha condição. Naquele tempo não tinha carro, não tinha merenda, não tinha farda, a gente tinha que comprar tudo. Pra você ter uma ideia, minha mãe quebrava um lápis, um lápis comum, pra dois. Quebrava assim [gesticula], para cada um levar um pedacinho, que nós não podia comprar pra tudinho. Um livro pra tudinho. Dois estudavam de manhã, aí ia com aquele livro. Aí de tarde os outros dois iam com aquele livro. Caderno e livro, porque não tinha condição de comprar mais. Me lembro como hoje que minha mãe ganhou um casalzinho de galinha, uma franguinha e um franguinho. Desses franguinho eles foram produzindo. Mãe deitava um pouco e nós comia outro, aí já tinha uns ovinhos, né? Cansei de ver minha mãe dividir 3 ovo pra 6. Ela partia ali os pedaço. Metade do ovo pra comer. Aí o que nós fazia? Comia o feijão puro, pra comer aquele pedacinho por último. Foi assim que nós fomos criados. E a gente foi lutando. (M.M., 2021).

Aos 18 anos, M.M. conseguiu um emprego na Prefeitura de Lagoa Seca/PB, onde trabalhou como merendeira em uma escola, até, pouco tempo depois, engravidar do seu primeiro filho. O pai da criança foi embora para o Rio de Janeiro e lhe deixou sozinha com a responsabilidade de, ainda tão jovem, criar uma criança. Além do mais, foi posta para fora de casa pelos seus pais, que não aceitaram que ela fosse ter “filho de um vagabundo”. Após muitos percalços e quase ter perdido seu filho (pois a mãe de M.M. queria obrigar-lhe a colocar a criança para adoção), ela conseguiu ficar com o bebê e, algum tempo depois, conheceu o seu esposo, com quem convive até os dias atuais.

Depois de morar por anos em casas de taipa, sem água, sem luz e sem banheiro, como disse na entrevista, M.M. e seu esposo se mudaram para o bairro do Pedregal, onde ainda moram.

Aí foi quando ele [esposo] deixou de beber, mas saiu do emprego e não tinha como nós viver. Aí fomos pra onde? Pra reciclagem. Começamos a catar na Ramadilha II, eu e ele. Deixava as meninas na casa da vizinha e nós se mandava, com uma carrocinha dessa pequenininha. Pedindo a Deus que Jesus mandasse um comprador pra casa [que morava antes do Pedregal]. Quando foi um dia, vendemos, depois de 6 anos de sofrimento. E catando troço... Compramos essa casa que nós mora hoje. Sem água, sem luz, sem banheiro e de taipa. Aqui no Pedregal. A casa era de invasão. Faz 27 anos que eu moro aqui nessa casa. Continuamos na reciclagem, porque não tinha mais emprego, não tinha estudo, aí nós catava troço. As menina [filhas] estudava. Só que foi tempo que apareceu um negócio chamado PETI, no Meninão. Recebia uma bolsa de 40 reais. As minhas meninas só saíram de lá quando apareceu esse negócio do Bolsa Escola. Quando era o PETI elas iam de manhã pro PETI e de tarde ia pra escola. Sei que eu criei meus filhos com reciclagem. Botei tudinho na escola, graças a Deus, catando reciclagem. Comendo cuscuz seco. Catando reciclagem o dinheiro não dava pra muita coisa... Comprava aquele cuscuz de fardo, mas mesmo assim num deixaram de estudar. São 5 filhos. [...] Nunca tiveram vontade de ir pra reciclagem, não. Dizem assim: eu não suporto catar troço. Eles iam comigo. Por isso a diretora da escola arrumou esse negócio do PETI. Colocaram lá como catador de lixo. Nesse tempo não tinha esse negócio de reciclagem, era catador de LIXO [enfática] mesmo. Aí elas estudava de manhã e eu corria pra ir levar no PETI de tarde. Aí meu marido completou 65 anos e tá recebendo benefício do governo. Só tinha 13 anos de carteira assinada, não tinha direito a aposentadoria. E junta o dinheiro dele, essa reciclagem que a gente junta, mais o dinheiro da minha filha. Graças a Deus, internet, luz, gás, tudo é por conta dela. As sandália da gente, tudo ela que compra. Aliás, todos 5 me ajuda. Eu mesmo agora não tô catando reciclagem. Meu marido vai todo santo dia.

(M.M., 2021).

M.M., atualmente, não está catando materiais recicláveis com frequência, pois precisa dividir seu tempo entre os cuidados com a casa, a reciclagem e os cuidados com seu pai, que ainda mora na cidade em que ela nasceu e se criou, mas está com problemas de saúde. Ela e seus irmãos se revezam nos cuidados do genitor, impossibilitando que ela se dedique à catação.

S.S., 48 anos, estudou até a 2ª série (3º ano do ensino fundamental). Antes de se tornar catadora, S.S. já havia trabalhado em pensionato, com onze estudantes, onde ficou por três anos. Também já trabalhou como “cordeira”, quando tinha o evento carnavalesco chamado Micarande, na cidade de Campina Grande/PB. De acordo com ela, também já trabalhou no Bloco Maluco Limpeza, no mesmo evento. Já foi lavadeira e faxineira, além disso. Começou a catar quando percebeu que o dinheiro que o seu companheiro ganhava

como “chapeado” (descarregando caminhões) não era suficiente para custear as despesas do seu filho pequeno.

Tinha um irmão meu que trabalhava com reciclagem. Aí ele disse: É uma agonia pra tá arrumando as coisas pra esse menino. Por que tu não vai catar reciclagem? Aí eu disse: é... já que eu não tô trabalhando, eu vou. Aí eu comecei a catar reciclagem. Isso foi o quê... em 2007. Comecei a catar. Quando eu vi faltando as coisas. O pai dele só arrumava dinheiro quando descarregava caminhão. Se não aparecesse, também, não aparecia. Aí eu comecei a catar, comecei a me interessar. Aí quando penso que não, o home lá de casa disse: saia desse serviço, não tem futuro pra você, não. Eu disse: não tem pra você, pra mim, tem.

[...]

Era eu e meu marido que tava catando. Mas deus abençoou e ele arrumou outro serviço. Aí vive eu catando. Meu menino cata, mas é um rapazinho de 15 anos, aí o dinheiro que pega, compra uma roupa, uma sandália. Não contribui em casa. Mas pra mim já tá bom demais.

(S.S., 2021).

Como dito, S.S. não é a única da sua família a trabalhar com reciclagem, trabalho com o qual ela auferia uma renda média de R\$ 250,00 mensais. Em sua casa, seu esposo catava até recentemente, mas deixou de catar porque conseguiu um emprego. Além disso, seu filho, menor de idade, cata materiais recicláveis, cujo proveito econômico ele utiliza para custear seus itens de uso pessoal, como roupas e calçados. Mas, além do núcleo familiar mais próximo, a família de S.S. estava bastante interligada à catação, a exemplo do seu irmão, que foi o responsável por lhe inserir nesse meio. Outro filho seu e a esposa também catam.

M.J.G.M, 50 anos, cursa atualmente a 3ª série (4º ano), em uma escola do seu bairro, no sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mais da metade da sua vida foi destinada à catação: dos seus 50 anos de idade, trabalha como catadora há 26. Segundo seu relato, trabalhou inicialmente como doméstica, sendo 2 anos no Rio de Janeiro/RJ, 2 anos em João Pessoa/PB e 16 anos em uma casa de Campina Grande/PB. Após isso, começou a trabalhar com catação, ainda que ninguém da sua família tivesse contato com esse trabalho.

Nascida no Riachão do Bacamarte/PB, foi criada na roça, assim como toda a sua família. De acordo com ela, por estar desempregada, viu na catação uma oportunidade de obter renda, que atualmente gira em torno de R\$ 500,00 e R\$ 600,00 mensais, por trabalhar todos os dias, carregando de 100 a 200 quilos em sua carroça. Em suas palavras:

**M.J.G.M.** Vi o pessoal catando reciclagem e eu disse: pois vou entrar no ramo da reciclagem. Eu comecei catando num saco nas costas. Catando, catando. Depois adquirei uma carrocinha, comprei essas carrocinha de geladeira. Até a data de hoje. Eu disse: quer saber de uma coisa? Eu vou catar reciclagem. Meu menino tava com 1 ano e 6 meses quando comecei a catar. Hoje tá com 26 anos. Criei meus meninos com a reciclagem.

**Entrevistadora:** A senhora nunca participou de cooperativa?

**M.J.G.M.** Não, que nessa época, quando eu comecei a catar, não tinha. O catador não tinha tanta importância, antigamente. Mas agora a gente tá sendo visto.

**Entrevistadora:** A senhora catava onde quando começou?

**M.J.G.M.** Eu catava no Conjunto dos Professores, ia pro Catolé, Alto Branco. Saía com um saco nas costas catando. Era esses bairros que eu catava. Aí depois foi formando esses prédios na Prata, aí eu fui criando amizade com os vigias dos prédio, os porteiros. Aí foram me dando uma força. Aí já faz 26 anos que eu cato ali na Prata.

(M.J.G.M., 2021).

Ela, que não tinha experiência com a catação, acabou se tornando a representante dos catadores do seu bairro. Após conhecer a representante estadual dos catadores, passou a se integrar mais com o movimento, conheceu muitos catadores e muitas pessoas que apoiavam os profissionais. Nesse sentido, participou de diversos eventos em prol dos catadores de materiais recicláveis em todo o Brasil, incluindo caravanas que o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) organizou. Dessa forma, M.J.G.M. foi a Brasília, São Paulo e outras cidades do país, chegando a conhecer pessoalmente os presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, de quem fala com muito orgulho e admiração.

M.J.G.M. tem o sonho de criar uma associação de catadores no bairro do Pedregal. Porém, desde 2017 as suas tentativas têm sido infrutíferas e os catadores do referido bairro têm encontrado inúmeras dificuldades para formalizar seu empreendimento. O Ministério Público do Trabalho (MPT) parece ter a intenção de apoiar o seu intento, com o fornecimento de maquinário para a cooperativa ou associação que vier a se formar. A maior querela, entretanto, está em encontrar um lugar adequado para a sede física do empreendimento, já que todos os ambientes grandes o suficiente no bairro acabam tendo algum tipo de restrição que impede a sua utilização como galpão para as atividades de um empreendimento dessa natureza<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Mencionaram, por exemplo, que havia um espaço abandonado no bairro, mas não pôde ser utilizado por ficar próximo à creche local e, se tratando a associação de ambiente em que haveria acúmulo de resíduos sólidos, poderia atrair vetores de doenças e prejudicar as atividades da creche.

Nenhuma das quatro entrevistadas, porém, desiste do sonho de constituir uma cooperativa ou associação de catadores, mas tal temática será melhor apresentada no item 5.4 desta dissertação.

Finalmente, há os relatos de A.M.F. e M.S.B., catadores que não participam de cooperativas e foram entrevistados em 18/04/2022, no Centro da cidade de Campina Grande.

A.M.F., único entrevistado do sexo masculino, não está mais catando há cerca de 4 meses, pois conseguiu receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do INSS. Tem 70 anos de idade, não sabe dizer a sua cor e, atualmente, mora no Complexo Aluizio Campos<sup>34</sup>. A pesquisadora já tinha avistado A.M.F. catando naquelas redondezas e tinha identificado que ele guardava o seu material em um galpão onde funciona um estacionamento privado de veículos. No dia da entrevista, a proprietária do estabelecimento informou que ele não estava mais catando, mas que sempre ia ao Centro, para conversar com seus colegas, que possuem comércio nas proximidades. Então, dirigi-me a uma papelaria próxima, onde A.M.F. estava assistindo ao jornal e aceitou conceder a entrevista, que durou cerca de 15 minutos.

Ele informou que é analfabeto e, sempre bastante extrovertido, disse que se arrepende de não ter frequentado a escola, pois perdeu muitas oportunidades de emprego em decorrência da sua instrução formal. Em suas palavras: “O único serviço que eu trabalhei e não me botaram pra fora foi servente de pedreiro. Mas hoje tem que saber ler, né?”. Diante dessas circunstâncias, ele sempre precisou trabalhar informalmente. Vendeu picolé, amendoim, saco de papel, foi balaieiro (pessoa que carrega compras dos consumidores das feiras, em balaio, que levam na cabeça), cobrador de ônibus, servente de pedreiro, vigilante (que ele chama de “papa-sereno”) e vendedor de frutas. Mas, antes disso, foi “criado na enxada, na roça”. Começou a catar em 2002, mas ninguém da sua família trabalhava no ramo.

**A.M.F:** Eu vendia fruta, aí deixei de vender fruta. Via o povo catando e pensei: “vou fazer esse negócio, pra ver se dá certo”. Aí deu certo. Um amigo meu: “tu não vai ter vergonha não? Tu era cobrador de ônibus, depois mexendo com comércio, pra ir catar lixo?”. Aí eu disse: “eu não vou catar lixo, tô catando reciclagem. Sabe qual a vergonha? É olhar pra um lado e pro outro sem ter o que fazer. Aí é vergonha”. No começo eu ficava meio envergonhado mesmo.

---

<sup>34</sup> Trata-se de um conjunto de casas e apartamentos residenciais construído com recursos do Governo Federal, para fornecer moradia à população de baixa renda da cidade.

O caba conhecido... Aí depois comecei a bater papo com um e com outro, aí desencabulei. Pronto. Não achei ruim, não.

**Entrevistadora:** O senhor gostava do trabalho?

**A.M.F.:** Gostava não. Eu adoro! Só não continuo por causa da idade, que já tá avançada. Mas eu adoro trabalhar.  
(A.M.F., 2022)

Quando questionado sobre o trabalho em cooperativas, A.M.F. foi enfático ao afirmar que não tem interesse, por mais que já tivesse sido convidado para ingressar em uma. Disse que considera injusto o fato de ter que dividir as entradas de forma igualitária com os demais sócios, mesmo aqueles que, segundo ele, não tivessem trabalhado da mesma forma que ele. Que tivessem “se escorado”. Em suas palavras: “eu não ia trabalhar pra sustentar os outros”. De todo modo, mesmo trabalhando sozinho, A.M.F. é uma exceção no que diz respeito às suas retiradas mensais. Quando estava catando, conseguia entre R\$ 700,00 e R\$ 800,00 por mês, catando de segunda a sábado. Mora com sua esposa e uma filha de 15 anos, que tem problema de saúde (alguma deficiência não especificada pelo participante).

A última participante da pesquisa foi M.S.B., abordada também em uma rua do centro da cidade. Ela estava sentada em uma calçada, junto dos seus quatro cachorros, pedindo ajuda aos passantes. Do outro lado da rua, estava sua carroça, sendo preenchida por seu filho, que também trabalha com a catação. Questionada sobre sua cor, M.S.B., que tem 53 anos e é analfabeta, disse que se sente morena. Cata desde os 23 anos de idade e já percorreu diversos lixões, dentre os quais mencionou o lixão do Brás, em São Paulo, e o lixão de Garanhuns, em Pernambuco, mas nunca frequentou o lixão de Campina Grande. Mesmo trabalhando com seu filho, que tem 24 anos e cata desde os 7, o rendimento mensal médio com a reciclagem é de R\$ 300,00 (para ambos), tornando-se necessário complementar a renda com as esmolas que recebe na rua. Em suas palavras: “Eu peço ajuda. Se fosse só pra catar pra pagar o aluguel, não dava, não. Porque é muito barato. Por dia, é dez real” (M.S.B., 2022).

Antes de catar, trabalhou plantando roçado, a partir dos seus 12 anos, e depois se tornou empregada doméstica. Decidiu começar na catação porque pensava que seria melhor não ter patrão, não receber ordem e ficar com todos os frutos do seu trabalho para ela. Desde que começou a catar, nunca pensou em trabalhar em coletividade. Assim como

A.M.F., entende que “sempre um trabalha mais do que o outro”. Que ela “procura trabalhar bem”, mas tem gente que “quer se escorar nos outros” (M.S.B., 2022).

## **5.2 O mercado e a catação: vivência e sobrevivência**

Como amplamente debatido, as fronteiras entre economia solidária e economia de mercado não encontram demarcação certa no que diz respeito à cata de materiais recicláveis. Analisando sob uma perspectiva, há claras discordâncias entre os entrevistados: de um lado, pessoas que não abrem mão do cooperativismo; de outro, há aqueles que rechaçam completamente a ideia de trabalhar em coletividade; entre os dois, existem aqueles que estão em cooperativas, mas não têm certeza quanto à sua permanência no lugar, caso tenham melhores oportunidades de trabalho, e aqueles que querem formar uma associação, mas não aceitam seguir a divisão igualitária das retiradas (caso de S.S.). Logo, dentro de um mesmo grupo de trabalhadores há enorme diversidade de posicionamentos e opiniões sobre o mercado e a economia solidária, denotando a heterogeneidade dos entrevistados.

Sob outro aspecto, essas fronteiras também se mostram embaçadas se averiguarmos as relações dos catadores dentro do trabalho que desempenham, mesclando-se todas as concepções teóricas discutidas: no grupo dos cooperados, por mais que trabalhem seguindo uma lógica de solidariedade, não conseguem escapar totalmente da economia capitalista, haja vista que precisam se regular pelos preços do mercado e estabelecer relações com os atravessadores; já os não cooperados, ainda que não façam parte de cooperativas, tal fato não significa que há uma adesão à lógica de mercado, já que muitos deles (resguardadas, evidentemente, as exceções que prefeririam um trabalho com carteira assinada) preferem trabalhar com a catação do que “ter patrão” – indo de encontro à hierarquização predominante na economia de mercado.

O que se pretende afirmar com isso é que, muito embora esta pesquisa tenha dividido os seus sujeitos em dois grandes grupos (coletivizados e não coletivizados), foi uma surpresa para a pesquisadora perceber que, conforme mencionado, as dinâmicas e percepções relativas ao mercado são bastante semelhantes em ambos os grupos. Os catadores de materiais recicláveis, sejam eles integrantes de coletivos ou não, se

relacionam com o mercado de maneiras muito semelhantes, por mais que a forma como desempenhem o seu trabalho seja diferente.

Mesmo em se tratando de modos diferenciados de enxergar o trabalho (como é o caso de A.M.F. e M.S.B., que rejeitam a ideia do trabalho em coletividade), as dinâmicas envolvendo os catadores em muito se assemelham. São pessoas que, em geral, afirmam preferir trabalhar “por conta própria”, não ter que obedecer a horários rígidos ou ter patrão cobrando produtividade. Em geral, é esta a percepção dos entrevistados, que gostam da liberdade que possuem enquanto trabalhadores não empregados. Já nos discursos de outros catadores, como S.S., percebeu-se, implicitamente, uma predileção pelo trabalho assalariado. Em sua entrevista, mencionou que seu esposo deixou de trabalhar catando recicláveis, porque, “graças a Deus”, conseguiu um trabalho.

Não entende-se possível afirmar que a catadora enxerga no trabalho assalariado uma condição laborativa melhor que na cooperativa, mas que enxerga, dentro das dinâmicas do capital em que está inserida, maior estabilidade (dentre outros possíveis entendimentos, que não ficaram claros na entrevista). Nesse contexto, poder-se-ia afirmar que a catadora vê na catação um subterfúgio utilizado para escapar à miserabilidade, mas não coloca no mesmo patamar que o trabalho em uma empresa capitalista. A mesma catadora, durante a entrevista, afirmou que não concordava em distribuir igualmente as retiradas da associação de catadores, quando esta fosse criada no Pedregal. Disse que não achava justo que uma pessoa que coletasse menos que outra ganhasse o mesmo valor (de modo muito semelhante ao que afirmaram A.M.F. e M.S.B, catadores não cooperados do bairro do Centro). Para ela, deveria haver a pesagem em separado, para identificar quanto cada catador associado coletou, e, após isso, a venda poderia ser coletiva, mas com a divisão do dinheiro de forma proporcional ao coletado individualmente. Essa lógica de distribuição das retiradas se distancia da visão de economia solidária defendida por esta autora, que compactua com as definições de Singer sobre o tema.

A respeito da participação no empreendimento, as catadoras entrevistadas, sócias nas cooperativas, foram unânimes ao afirmar que melhorou consideravelmente a sua forma de trabalhar, por mais que ainda sejam flagrantes as dificuldades que enfrentam, não só em termos de renda e estrutura, mas também quanto ao preconceito de parte da população.

### **ENTREVISTA I**

**Entrevistadora:** Você acha que o pessoal tem tratado melhor vocês quando chegam? Sentiu uma diferença desde a época do lixão, que começou a catar sozinha, pra agora?

**V.L.** Como eu te disse, tem gente que fala com a gente direito, tem gente que fala chato, aí fica difícil. Mas a gente já tamo acostumado com essas pessoa assim, nós nem liga mais. Deixa a pessoa magoada, mas... A gente sabe, também, que esse povo de idade, né? Mas às vezes é gente novo, fica olhando a gente.

[S. intervém]: Uma vez fizeram comigo. Eu tava puxando o carrinho de mão, aí passou uns adolescente numa Kombi, acho que ia pra escola, algum canto, aí gritaram de dentro da Kombi: “vai, jumento. Puxa, jumento”. Desse jeito.

**V.L.** É, nós viu isso tudinho. Nós tem um caminhão que é todo fechado, parece aqueles caminhão de boi. Aí quando a gente passa nos canto, o povo fica dizendo: “lá vai as vaquinha, lá vai os boi”. Aí a gente leva na brincadeira (V.L., 2021)

### **ENTREVISTA V**

**Entrevistadora:** A senhora já passou por algum momento de sentir preconceito por parte das outras pessoas, já passou por alguma situação assim?

**M.F.S.** É, já passei. Porque quando a gente chegava assim nas casa do pessoal, né? Já sabe que eles criticava muito a gente, porque... não todos, mas alguns

**Entrevistadora:** A senhora não lembra de uma situação específica?

**M.F.S.** Teve uma vez que a gente lá no outro galpão, a gente com carrinho buscava lá perto do açude velho, aí a gente ia com carrinho e um guri foi e chamava a gente de jumenta porque a gente tava puxando o carrinho. Ainda respondi o menino, né? Aí eu com raiva já com puxando o carrinho aí eu respondi o menino. Aí eu disse um bocado de coisa.

**Entrevistadora:** Hoje a senhora acha que ainda acontece ou melhorou?

**M.F.S.** Melhorou mais. Hoje ninguém fala nada mais não.

(M.F.S., 2021)

### **ENTREVISTA VI**

**Entrevistadora:** Hoje vocês ainda enfrentam preconceito das outras pessoas?

**M.F.** Por onde a gente anda, não é todo mundo, mas ainda tem alguns que reconhece. Nosso trabalho, né? Porque a gente ainda anda, mas aqui e acolá a gente ainda vê uma pessoa tendo preconceito no nosso trabalho. Eu gostaria que as pessoas reconhecessem mais. É porque isso é um trabalho que faz parte da limpeza. Um trabalho digno. Até a gente se encabula, fica meio encabulada, porque tem gente que já vem e se afasta de nós. Às vezes tem gente que passa por perto da gente, fecha o nariz.

(M.F., 2021)

### **ENTREVISTA VII**

**M:** Tem gente que tem muito preconceito com a gente ainda. Com a gente de reciclagem, né? Mas tem gente que diz assim, “fica juntando lixo, catador de lixo”. É, catador de lixo. Tem gente que não, que atende a gente super bem trata a gente super bem, trata com igualdade, né? Mas tem gente que não.

(M., 2021)

### **ENTREVISTA VIII**

**Entrevistadora:** Hoje, qual você diria que é a maior dificuldade no seu trabalho?

**J.** Só quando a gente sai pras coletas, que a gente não é bem recebido. Tem gente que tem preconceito. Tem muita gente que tem preconceito. Tem gente que não deixa nem a gente entrar no ambiente, tem que trazer lá fora, que é pra gente não entrar. Aí eu num gosto muito disso. Que é muita indiferença, num é porque a gente é catador que a gente é sebo, essas coisas. Não é porque a

gente trabalha com reciclagem que a gente deveria ser tratada assim, não. Tem muita gente que trata muito mal. Daí a gente chega numa casa, já dá um grito. (J., 2021)

No bairro do Pedregal, como dito, a representante dos catadores é M.J.G.M, que teve mais da metade da sua vida destinada à catação. Por mais que busque sempre manter o contato com órgãos públicos e conte com o apoio de professores de universidades públicas locais, que auxiliam os catadores do bairro, inclusive oferecendo cursos de formação em economia solidária, a sua luta persiste desde 2017, sem sequer uma remota perspectiva de formalização do empreendimento que tanto sonham em construir. A principal dificuldade do grupo atualmente é, como mencionado, encontrar um local em que seja viável a construção de um galpão.

Segundo M.J.G.M, o ideal seria encontrar um lugar em que já exista uma estrutura básica, pois seria inviável colocar os catadores para trabalhar a céu aberto. Entretanto, nem mesmo isso têm encontrado nas proximidades. Até chegaram a cogitar a utilização de um imóvel nas imediações de uma creche, mas justamente por estar muito próximo à escola, bem como por também haver proximidade com o posto de saúde do bairro, a instalação de um empreendimento de catadores no local não é autorizada, já que pode atrair ratos e baratas, trazendo riscos sanitários.

Em diálogo com o Ministério Público do Trabalho, intermediado por uma professora universitária que assessora o grupo, o procurador do trabalho indicou que teria a possibilidade de auxiliar, através do órgão, com a aquisição de maquinário (prensa, balança, EPIs *etc.*), mas que, para tanto, seria de fundamental importância a formalização do empreendimento. Não seria possível destinar o recurso público para as pessoas físicas que estão envolvidas nesse projeto, como M.J.G.M., B., M.M. ou S.S. Para formalizar o empreendimento, entretanto, é necessário que encontrem um lugar para ser sua sede e, só assim, elaborar o ato constitutivo da sociedade e inscrever-se no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Diante dessa realidade, as catadoras veem-se de mãos atadas e presas a um ciclo vicioso que envolve: não possuir um local – não poder se formalizar – não obter recursos públicos para adquirir maquinário – continuar catando de forma não coletivizada. No caso dessas catadoras, por mais que se apoiem mutuamente e busquem, em conjunto, alcançar uma solução e a formação de uma associação no bairro, elas acabam tendo que trabalhar

sozinhas, dentro da realidade de cada uma delas. O sonho vai se tornando mais distante a cada momento. Dia após dia, outros catadores do bairro, inicialmente interessados em participar do empreendimento, desistem daquilo que está, infelizmente, permanecendo no plano das ideias há mais de cinco anos.

Das catadoras cooperadas entrevistadas, poucas foram as que afirmaram ter interesse em sair da cooperativa caso tivessem a oportunidade de ganhar mais. Em sua maioria, viram-se afirmações como as seguintes:

#### **ENTREVISTA I:**

**Entrevistadora:** Se você tivesse oportunidade de trabalhar em outra coisa, você iria?

**V.L.** Trabalhar em outro serviço?

**Entrevistadora:** Sim, outra coisa, que não fosse catar

**V.L.** Eu acho que não. Sabe por quê? Porque eu já tô acostumada aqui. Aí eu ir pra outro canto trabalhar... Sendo sincera, não ia, não. Eu gosto daqui, eu gosto. Olhe, eu num arrumei um serviço quando era com 23 anos, 25, 30, num arrumei assinado, vou arrumar agora? Com 41, num arrumo mais não.

**Entrevistadora:** Você gosta dessa liberdade de não ter patrão aqui?

**V.L.** Eu gosto. Porque aqui é nós mesmo. Num tem esse negócio. Você trabalha hoje em dia de carteira assinada, tem um patrão pra tá “faça isso, faça aquilo, num sei o quê”.

**Entrevistadora:** E você prefere assim? Vocês se organizam, se precisar de algo, conversam?

**V.L.** Pronto, é isso. Não tem patrão nos pés da gente! Aqui num tem isso.

**Entrevistadora:** Você gosta, em geral, de catar material...

**V.L.** [concorda com a cabeça]

[...]

**V.L.** É porque eu gosto de tá aqui com as companheiras. É que nem eu tô dizendo: se fosse pra trabalhar em outro canto, com carteira assinada, eu não ia não. Ficava aqui, trabalhando mais as companheiras, que já faz tempo, já, né?

(V.L., 2021)

#### **ENTREVISTA II:**

**Entrevistadora:** E o que lhe levou a trabalhar em uma cooperativa? Você tinha falado que lá no Mutirão era perigoso, mas digamos que depois você tivesse a possibilidade de trabalhar sozinha, você pensou em trabalhar sozinha mesmo que não fosse lá no lixão, mas com seu carrinho na rua, ou nunca pensou?

**S.** Nunca pensei, também eu não tive tempo pra pensar não, nisso não. Que eu já tinha meu trabalho, já tive opção, outras opção, mas não aceitei, porque eu não quis. Eu passei humilhação em algumas casas que eu trabalhei. Aí eu não quis, não, mais nenhuma. Em casa de família eu não quis. Eu prefiro trabalhar aqui.

**Entrevistadora:** Ainda que aqui possa ganhar menos em algum mês, você prefere trabalhar aqui?

**S.** Eu prefiro.

[...]

**Entrevistadora:** Se fosse pra trabalhar sozinha, hoje, você não trocaria?

**S.** Trocaria não. Aqui é bem melhor. Eu não trocaria, não, que não vale a pena. A gente não tem ajuda sozinha. Não tem quem ajuda, não tem proteção, não tem nada.

**Entrevistadora:** E com relação a esse seu trabalho na pastelaria, você acha que era bom trabalhar lá, prefere trabalhar aqui? O que que você acha que é melhor?

**S.** Eu prefiro trabalhar aqui, não era bom não. Ali era uma opção porque não tinha mais o que eu fazer de jeito nenhum. Ali eu ganhava dez reais por dia, assando pastel na beira dum fogão com uma tigela, um tacho, bem grande de óleo fervendo e eu só ganhava dez reais por dia mais ou menos. [...]  
(S., 2021)

### ENTREVISTA III

**Entrevistadora:** Na sua visão, essa questão financeira, do quanto a senhora ganha faz diferença na hora de escolher trabalhar aqui ou trabalhar em outra coisa? A senhora deixaria de trabalhar aqui pra ir trabalhar sozinha se fosse ganhar mais trabalhando sozinha?

**M.S.** Não, trabalhando sozinha não. De jeito nenhum a gente se virava sozinha não. Porque, assim, a gente em grupo a gente junta mais material. E a gente sozinho não tem condição de a gente juntar esse tanto de material que tem aí sozinha, não

**Entrevistadora:** Digamos que conseguisse juntar, a senhora iria trabalhar só?

**M.S.** Não. Porque, assim, eu já tô acostumada com o meu grupo. Tô acostumada, elas também precisa trabalhar porque se cada um sai pra trabalhar pra si... uma que a gente vai ter que ter um espaço pra botar o material. Sozinha a gente não tem de jeito nenhum. Fica muito complicado mesmo. É porque é melhor trabalhar em grupo que a gente se organiza direitinho. Se organiza, cata direitinho, vai fazer a coleta, faz direitinho. E a gente sozinha aí pra coletar vai deixar material pra trás, porque a gente não vai dar de conta daquele horror material que tem pra coletar num dia uma pessoa. E em muita gente tira o material todinho.

**Entrevistadora:** No caso, o que a senhora vê é que se fosse trabalhar sozinha não ia conseguir catar aquela quantidade? Mas ainda que a senhora fosse ganhar a mesma coisa trabalhando só, a senhora preferiria trabalhar aqui?

**M.S.** Eu gosto de tá aqui.

**Entrevistadora:** Mesmo com todas as dificuldades, a senhora insistiu aqui por quê?

**M.S.:** porque eu me orgulho do meu trabalho, porque eu tô limpando o meio ambiente. Planeta Terra. Outros não quer limpar, mas a gente tá limpando. Mas nem todo mundo coopera com a gente nisso aí. Mas a gente trabalha, é um trabalho digno do próprio suor da gente. Não tem ninguém pra tá mandando. “Faça isso”. Quando terminar aquele serviço é pra fazer outro. É muita humilhação. Aí chega a hora de você ir pra casa, tá você atolado com uma pia de prato pra lavar, Deus me livre. É complicado.

(M.S., 2021)

### ENTREVISTA IX

**Entrevistadora:** A senhora chegou a pensar, quando estava desempregada, em trabalhar sozinha como catadora, ou nunca passou pela sua cabeça trabalhar só?

**S.S.C.** Não, porque lá onde eu moro tem muita ladeira, pra mim andar sozinha com um carrinho era meio difícil.

**Entrevistadora:** Mas se se não fosse isso, se fosse pra trabalhar em outro lugar, a senhora acha que trabalhar sozinha é melhor do que trabalhar aqui, ou prefere trabalhar aqui? Entre trabalhar só catando ou trabalhar em grupo.

**S.S.C.** Em grupo

**Entrevistadora:** Por quê?

**S.S.C.** Não, porque hoje saí de manhã, nem todo dia precisa ir pra rua, né? Catar. Às vezes fica aqui fazendo outro serviço.

**Entrevistadora:** E com relação à convivência da senhora com as colegas, a senhora acha que isso também é bom em comparação a trabalhar sozinha, que seria sem ninguém por perto?

**S.S.C.** É, sim

**Entrevistadora:** A senhora acha que iria sozinha trabalhar pra ganhar a mesma coisa, se tivesse oportunidade?

**S.S.C.** Não, preferia ficar aqui.

(S.S.C., 2021)

## **ENTREVISTA XII**

**Entrevistadora:** Você acha que se hoje lhe dissessem que vão lhe dar uma oportunidade de você ganhar mais em outro trabalho ou então ganhando mais sozinha, você sairia da cooperativa?

**A.** Não, porque eu tive essa oportunidade e eu não fiz, teve uma proposta de um trabalho e não aceitei, porque eu me senti bem acolhida aqui, aí eu não achei certo. Na hora que eu mais precisei quem me acolheu foram elas e eu achei pra mim que seria injusto eu sair agora, porque quando eu precisei elas que me deram a mão, aí por isso que eu não aceitei trabalhar com carteira assinada e tudo mais. Eu não quis justamente por isso.

**Entrevistadora:** Você se sente bem aqui?

**A.** Muito, graças a Deus. Eu não tenho do que reclamar, não. Nem dos meninos, nem do serviço, de nada. Eu me sinto bem, me sinto à vontade. Gosto de todo mundo.

(A., 2021)

Das 13 entrevistadas que faziam parte de empreendimentos de catação, seis afirmaram que aceitariam uma proposta de trabalho que oferecesse melhor retorno financeiro, ou disseram que, caso esse tipo de proposta surgisse, precisariam pensar a respeito, porque, por mais que gostassem do serviço na cooperativa, o aspecto financeiro seria importante nessa decisão. As outras sete disseram que tinham uma conexão com a cooperativa, que gostavam do trabalho que desempenhavam e da forma como era feito, não trocando, ainda que oferecesse mais vantagem financeira. Nos trechos acima, constam exemplos do que foi dito pela maioria das cooperadas.

Portanto, pode-se entender que a reciprocidade, formada pelos laços de afeto, companheirismo e identificação, é o que baseia a ação coletiva dos setores populares e estimula a formação de empreendimentos de economia solidária. Na ES, como já afirmado, o que se busca é o interesse coletivo, tanto que, em regra, as retiradas são distribuídas igualmente para todos os sócios e eventuais diferenciações de valores são aceitas pelos membros como forma de beneficiar a cooperativa como um todo (a exemplo do pagamento maior para um administrador, ou para um contador, cooperado ou não). Por outro lado, não podemos perder de vista a realidade descrita por muitas das entrevistadas. Todos os participantes da pesquisa tiveram origem pobre, seja no meio urbano ou rural, necessitando trabalhar desde cedo com agricultura, reciclagem, trabalhos domésticos *etc.* Por vezes, a catação foi uma alternativa encontrada pelas(os) participantes para manter a sua subsistência e de sua família. Porém, como dito no capítulo 2, embora o ingresso do catador nessa profissão muitas vezes se dê por

necessidade, a sua permanência no ramo ocorre, no mais das vezes, por prazer pelo trabalho que desempenham.

Ainda assim, para todas(os) as(os) entrevistadas(os), o trabalho que desenvolvem é essencial para a manutenção da sua subsistência e, portanto, a renda que auferem com a catação é um ponto nevrálgico na sua atividade.

#### **ENTREVISTA IV**

**Entrevistadora:** Se se fosse pra ganhar mais trabalhando só, a senhora preferiria?

**M.J.:** Se você chegar assim e dizer assim: olhe, hoje vou dar um emprego pra você trabalhar em casa de família ganhando seu salário... eu preferia cuidar de criança. Eu amo cuidar de criança. Eu amo criança, meus sobrinhos, os menino que vive no meio da rua. Eu amo. É tanto que eu belisco tudinho [risos] assim, belisco não, é modo de dizer.

**Entrevistadora:** De brincar, né?

**M.J.:** É, de brincar, de pegar nas bochechas eu amo criança. Se tivesse uma oportunidade de trabalhar de carteira assinada, tomando conta de casa de família, eu ia. Dar oportunidade pra outra pessoa trabalhar aqui. Também precisa.

**Entrevistadora:** Mas nesse caso você iria trabalhar porque gosta de trabalhar com criança ou era pela questão da renda?

**M.J.:** Não, porque gosto de trabalhar com criança.

**Entrevistadora:** Aí se fosse pra trabalhar com outra coisa, digamos que vai ser de carteira assinada também, pra trabalhar num restaurante, por exemplo, qualquer outra coisa, não iria?

**M.J.:** Acho que não iria não, acho que o meu foco, o meu foco mais era criança, se eu não tivesse trabalhando hoje aqui... ano passado eu já tentava trabalhar com criança, ou fazendo limpeza. Mas minha mãe dizia: você não pode pegar em peso, num sei o quê... É porque eu gosto também de viver novas aventuras. Eu já trabalhei antes. Dos dois lado. Com uma cooperativa também, mas se eu pudesse mesmo eu tava trabalhando ou cuidando de criança ou trabalhando em casa de família. Mas como não tem mais oportunidade, é muito difícil. Que em meio à pandemia tá muito difícil de arrumar emprego. Já era difícil, agora tá pior.

(M.J., 2021)

#### **ENTREVISTA VI**

**Entrevistadora:** Se lhe oferecessem hoje um trabalho fixo com carteira assinada, a senhora iria?

**M.F.:** Depende... Aqui você passa cinco anos e sai com a mão na frente e outra atrás, nós é bem realista, né? Se você passar três, quatro, cinco anos, no dia que você sair você sabe que tem seu direito né [com carteira assinada]? E aqui a gente não tem esse direito, quer dizer, cooperativa nenhuma.

(M.F., 2021)

## ENTREVISTA VII

**Entrevistadora:** Se fosse pra você hoje trabalhar, ganhando o dobro do que ganha aqui na cooperativa, você iria?

**M.:** Eu ia pensar, porque, assim, aqui ninguém manda, “vá fazer isso, vá fazer aquilo. Tá mal feito, vai fazer de novo”. Aqui a gente num é assim. É uma pessoa assim pra pagar o nosso dinheiro vai exigir. Vai exigir, a gente vai ter que fazer do jeito que ela quer pra gente poder conseguir esse dinheiro e aqui não, o jeito que a gente faz tá bom, no final do mês a gente não fica levando reclamação. E pra gente trabalhar num canto assim tem uma pessoa que manda a gente, que se a gente fizer uma coisa mal feita vai levar reclamação. Que aqui quando faz muito mal feito a gente leva reclamação, né? [risos] A gente leva reclamação, mas não é tão pesado. E tem gente que vai logo na pesada. Humilha a pessoa.

**Entrevistadora:** Mas se fosse pra você trabalhar sozinha catando, você iria?

**M.:** Não, não iria, não. Eu acho que eu não tinha coragem, porque aqui tem as meninas pra tá brincando. Aí a hora passa rápido, a gente uma ajuda a outra fazer as coisas, a gente não deixa aquela pessoa sozinha. Sempre vai ajudar, mesmo que a gente tenha terminado o nosso serviço, mas vai ajudar aquela outra pra terminar o dela. E a pessoa só não, a pessoa só vai ficar só? Sozinha, né? Carregar tudo sozinha. Ainda fica triste, né? Porque não tem nem como brincar.

(M., 2021)

## ENTREVISTA XIII

**Entrevistadora:** Se hoje fosse oferecida pra você a oportunidade de trabalhar em outra coisa, talvez até ganhando mais, você iria?

**G.:** Aí eu não sei, depende. É porque é o costume. Você já é acostumado à rotina. Eu acho que era de se pensar.

(G., 2021)

## ENTREVISTA XIX

**Entrevistadora:** Ninguém da sua família catava. Como veio a ideia pra senhora?

**M.S.B.:** Eu achava que trabalhar pra nós é melhor que trabalhar pros outros. O pouco que a gente ganha é da gente, não é dos outros. Não precisa levar ordem. Se tiver chovendo, não precisa sair.

**Entrevistadora:** A senhora prefere trabalhar catando, do que como doméstica?

**M.S.B.:** Prefiro. O pouco que eu ganhar, vou juntando e é meu. Com os outros, leva reclamação. Tem que tá prestando atenção em hora. Agora mesmo já passou uma bichinha aqui, que trabalha numa loja, levando reclamação porque chegou depois da hora. Mas ela mora tão longe, tem que andar não sei quantas léguas a pé pra chegar aqui.

(M.S.B., 2022)

Essas falas, colocadas lado a lado, mostram a complexidade das dinâmicas sociais e econômicas que envolvem o grupo dos catadores de materiais recicláveis. No

caso daquelas cooperadas, algumas afirmam que não trocariam de trabalho, ainda que fossem ter uma renda mensal superior ao que conseguem receber na cooperativa; por outro lado, há aquelas pessoas que gostam do trabalho que desenvolvem e apontam que já estão acostumadas a trabalhar com suas colegas, mas que cogitariam a ideia de sair da cooperativa, para receber mais dinheiro. As catadoras se veem, cotidianamente, entre a cruz e a espada: precisam de dinheiro para ter melhores condições de vida e, com isso, manter as suas unidades familiares, mas também se identificam com o trabalho que desempenham e a forma como ele é realizado, criticando a lógica de mercado aplicada nas empresas capitalistas<sup>35</sup>: hierarquização, punições e advertências exageradas *etc.*

No caso da CATAMAIS, a sua presidente, M.L., informou que, no início da cooperativa, a retirada de cada catador era mensurada de forma individual, de acordo com a quantidade de material que ele conseguisse coletar. Utilizavam o galpão como depósito, faziam uso do maquinário para agregar valor ao seu material e a venda ocorria em conjunto, já que maiores quantidades atraem mais os sucateiros, que oferecem preços mais altos. Porém, não havia a incorporação de qualquer princípio da economia solidária, o que só ocorreu por necessidade, já que os caminhões enviados pelo Governo Federal, entre 2012 e 2013, apenas poderiam ser utilizados por empreendimentos caracterizados como integrantes da economia solidária. Nesse momento, a forma de trabalho na cooperativa mudou, as representantes participaram de cursos de formação e, enfim, puderam ter acesso aos caminhões. Com base nesse relato, pode-se afirmar que a CATAMAIS não surgiu como um EES, nem havia esse objetivo até haver uma imposição por parte do Poder Público: caso não fizessem parte da ES, não teriam acesso aos benefícios governamentais.

Já no caso da COTRAMARE, as entrevistadas não fizeram menção a qualquer ocorrência dessa natureza. Porém, em seus relatos, a pesquisadora percebeu que a gestão horizontalizada do empreendimento, com base nos princípios da economia solidária, não era seguida plenamente. Em verdade, o relato de uma das entrevistadas denotou que as decisões relativas à cooperativa eram de responsabilidade da presidente. Questionada sobre a forma como ocorria o ingresso no EES, afirmou que a presidente aceitava ou não

---

<sup>35</sup> Destaca-se, quanto a isso, que nenhum dos participantes da pesquisa teve contato com o trabalho nas empresas capitalistas, mas apresentam uma visão negativa pelo que conhecem desse mercado. Todas(os) vieram de trabalhos prévios precários, mas informais, como agricultura de subsistência, trabalho doméstico ou mesmo a reciclagem. Apenas A.M.F. chegou a ter contato com um trabalho formal, como vigilante, mas foi demitido pouco tempo após saberem que ele era analfabeto. No seu caso, exerceu trabalhos como vendedor, “balaieiro” e outros.

aquele “candidato” e que os demais membros deveriam “fiscalizar” a conduta do novo integrante, sinalizando possível inadequação. Não há votação ou discussão para decidir quem entra na cooperativa. A presidente escolhe e autoriza a entrada, independentemente da vontade dos integrantes (E., 2021). Nesse ponto, verifica-se um possível desvirtuamento da economia solidária, quanto ao seu princípio de gestão compartilhada.

Quanto às catadoras do bairro do Pedregal, que pretendem formar uma associação, a representante, M.J.G.M., é a pessoa, das quatro entrevistadas, que mais tem conhecimento a respeito dos princípios da economia solidária, já que participa de congressos, cursos de formação, mantém contato com outras representações dos catadores, a nível municipal, estadual e nacional. Além disso, todas as entrevistadas apontaram alguns motivos para quererem formar um EES: para ter melhores condições de trabalho, local de armazenamento e equipamentos de proteção individual (EPIs); por achar que seria melhor trabalhar em grupo, com base no que já conheciam das cooperativas existentes, sobre os laços de amizade criados; para trazer melhorias para o bairro.

De forma surpreendente para a pesquisadora, nenhuma das entrevistadas afirmou ter a intenção de se coletivizar para auferir maior renda mensal. Mesmo a intenção de utilizar da estrutura física do galpão da futura associação não dizia respeito a intenções financeiras. Todas relataram que queriam ter outro espaço para guardar seu material, pois juntando em casa acabavam atraindo ratos e baratas para suas residências, além de que o ambiente ficava com cheiro desagradável, sem falar no risco de incêndio e nos furtos dos seus materiais. Percebe-se que, mesmo quanto a isso, os relatos das catadoras perpassam por um viés fortemente moral e familiar, com a evidente tentativa de manutenção de um ambiente de residência agradável, evitando a contaminação por doenças ou outros riscos a que elas próprias e suas famílias estão submetidas com essa forma de armazenamento.

Por outro lado, também ressaltaram a possibilidade de contratação pela Prefeitura como sendo um ponto relevante na coletivização. Conforme já pontuado em momento prévio, esse é um dos pontos que tem gerado insatisfação dos catadores da cidade de Campina Grande/PB. Por mais que se fale, nas secretarias da Prefeitura Municipal, em formalizar o contrato para pagar às cooperativas, mensalmente, de acordo com as toneladas coletadas, ainda não foi feita tal contratação. Aparentemente, as catadoras do Pedregal não estavam a par da situação da contratação, que está estagnada há anos, sem perspectiva próxima de formalização, motivo pelo qual M.J.G.M. nutriu a

esperança de que a associação do Pedregal, quando formada, seria contratada pela Prefeitura, melhorando os rendimentos dos catadores.

Finalmente, quanto aos dois catadores não coletivizados entrevistados no bairro do Centro, como já explicitado, demonstraram total desinteresse em participar de cooperativa ou associação.

#### **ENTREVISTA XVIII**

**Entrevistadora:** O que o senhor pensa do trabalho na cooperativa?

**A.M.F.:** Não dá pra mim, não. Você não trabalha pra você. Trabalha pros outros. Se você ganha cem real tem que dividir pra 10 [pessoas]. Me chamaram muitas vezes, quando eu tava trabalhando. Eu não quis. Todo serviço tem gente escorão. O caba que não trabalha ia receber do mesmo jeito. Deixe que eu trabalho só pra mim, que eu sei o que tô fazendo. Se ganhar 300 conto, é dividido pra tudinho. É errado. O dinheiro tem que dividir igual pra todo mundo. O que menos trabalha recebe igual. Eu mesmo, se fosse pra trabalhar com mais gente, não ia querer dividir com ninguém. Eu não ia trabalhar pra sustentar os outros.

**Entrevistadora:** Uma das principais reclamações de outras catadoras que não estão em cooperativas é não ter onde guardar o material. Como o senhor fazia?

**A.M.F.:** Eu sei como é. A pessoa não junta muito, não. Cata duas semanas e já tem que botar pra venda. Aqui eu guardava [no estacionamento] e vendia uma vez por mês. No começo eu vendia todo dia.

(A.M.F., 2022)

#### **ENTREVISTA XIX**

**Entrevistadora:** A senhora já participou de cooperativa ou sempre trabalhou sozinha?

**M.S.B.:** Sempre só. Nunca gostei de sociedade. Sempre um trabalha mais do que o outro.

**Entrevistadora:** Numa cooperativa, a senhora acha que ia ter que dividir por igual mesmo com quem trabalhou “menos” que a senhora?

**M.S.B.:** É isso mesmo. Você soube explicar. É isso. Eu procuro trabalhar bem, mas já tem gente que quer se escorar nos outros.

(M.S.B., 2022)

As descrições acima demonstram que os catadores e as catadoras não integram um ou outro modelo econômico, de forma fechada e restrita. São pessoas que, com base nas necessidades das suas famílias, mas também levando em consideração o vínculo que possuem com as colegas de trabalho e suas histórias de vida, transitam entre a economia moral, solidária e de mercado, de modo a satisfazer essas necessidades e, além disso, garantir a reprodução da sua unidade familiar. Utilizam-se da ação coletiva como uma forma que enxergam, enquanto pessoas marginalizadas e que retiram o seu sustento da catação, de adquirir força coletiva, dentro da sua comunidade<sup>36</sup>, como uma estratégia (ou mecanismo) familiar de vida.

---

<sup>36</sup> Como já mencionado, as integrantes das cooperativas entrevistadas fazem parte de bairros específicos. No caso da CATAMAIS e da COTRAMARE, todas são do bairro do Mutirão (exceto uma das cooperadas da CATAMAIS, que havia se mudado recentemente para outro bairro, mas também era do Mutirão). Quanto às não cooperadas, quatro são do Pedregal e os outros dois, entrevistados no Centro, também moram na periferia, nos bairros Castelo Branco e Ligeiro.

Parece-nos, pelo debate teórico trazido e pelos dados coletados em campo, que a lógica da ação coletiva, para o caso dos catadores de materiais recicláveis entrevistados, em geral, une elementos da economia moral, solidária e de mercado. Evidentemente, há catadores que trocariam o trabalho na cooperativa por outro tipo de trabalho, melhor remunerado ou com a maior estabilidade que uma “carteira assinada” traz, ainda que isso exija que abandone a profissão de catador. Além disso, existem aqueles que se recusam a participar de um coletivo, para dividir igualmente as retiradas. Por outro lado, quase todos (à exceção de A.M.F.) foram enfáticos ao afirmar que é praticamente impossível ganhar mais dinheiro mensalmente trabalhando sozinho, visto que os poucos recursos materiais (falta de galpão e prensa, por exemplo) dificultam que os rendimentos de catadores não coletivizados sejam mais elevados.

Como dito, algumas indicaram que trocariam de profissão e sairiam da cooperativa de que fazem parte na tentativa de conseguir um maior rendimento mensal. Entretanto, das pesquisas realizadas entre as catadoras cooperadas, este não é o pensamento da maioria das integrantes das cooperativas. Portanto, pode-se afirmar que, de maneira geral, o que mobiliza as catadoras cooperadas entrevistadas a formar cooperativas ou permanecer nelas é o ideal de solidariedade e ajuda mútua.

No caso das catadoras não cooperadas do Pedregal, afirmam que o intuito principal da cooperativa é facilitar o trabalho de todas e que, pelo que viram em empreendimentos já consolidados, os catadores cooperados formam uma “família”. Porém, um dos aspectos principais que mencionam é que a criação de um EES iria promover uma melhor qualidade de vida, já que poderiam retirar o material coletado de dentro das suas casas<sup>37</sup>. A questão financeira acaba sendo um elemento tangencial nas falas das catadoras, que afirmam que provavelmente ganhariam mais dinheiro trabalhando em grupo, pois poderiam vender em maior quantidade, coletar mais (já que contariam com carroças maiores e poderiam ter o apoio dos caminhões utilizados pelas cooperativas da cidade), bem como poderiam, futuramente, ser contratadas pela Prefeitura, como já ressaltado.

---

<sup>37</sup> Por não possuírem um local adequado para armazenamento do material coletado, as catadoras que não fazem parte de EES precisam guardar o material nas suas casas: nos quintais, dentro da casa e, quando não há mais espaço, na frente ou mesmo nas lajes das residências. Essa prática, como mencionado por todas nas entrevistas, acaba por gerar um perigo, inclusive, à sua saúde, já que atrai vetores de doenças, como ratos e baratas. Em sua entrevista, B. afirmou que precisou jogar fora a porta da sua casa, pois estava infestada de baratas por dentro. Já S.S. afirma que tem o sonho de formar a cooperativa, para tirar o material reciclado da sua casa, que, segundo ela, não tem um “cheiro saudável”, não tem “cheiro de casa”.

Mesmo no caso dos catadores do centro, que, como visto, possuem falas enfáticas de rejeição à ideia do cooperativismo, não se pode afirmar que seus posicionamentos são desta ou daquela forma em decorrência de uma visão individualista. Pelo contrário: parecem ser pessoas que se preocupam com os seus familiares e a subsistência das pessoas mais próximas, encontrando nesse modelo de catação a melhor forma de trabalhar, a seu ver. M.S.B., por exemplo, cata diariamente na companhia do seu filho, denotando o forte viés familiar da sua atividade.

### **5.3 A família**

O aspecto familiar das narrativas dos participantes da pesquisa, conforme já mencionado, foi preponderante. Em maior ou menor medida, os entrevistados deixavam claro que o seu trabalho tinha o intuito de garantir a sobrevivência do seu núcleo familiar, em primeiro lugar. Não só isso, mas também, especialmente no caso das cooperadas, é nítida a relação dessas pessoas com o lugar de onde vêm (bairro marginalizado) e também a forte relação entre essas pessoas e outros integrantes das suas famílias, que faziam parte das cooperativas. Nesse sentido, aqui pretende-se dar destaque às falas das entrevistadas, realizando alguns apontamentos entendidos como pertinentes, no que diz respeito à sua perspectiva quanto às dinâmicas familiares e a sua atividade laboral, bem como no que tange à replicação das lógicas familiares no ambiente de trabalho (no caso das cooperativas).

No caso de S., seu primeiro trabalho em cooperativa foi na Cata Campina, outro coletivo de catadores da cidade. Por conta de desavenças que ocorreram com as demais sócias, S. se retirou da sociedade. Porém, é pertinente destacar que esse primeiro contato estabelecido entre a entrevistada e o trabalho na cooperativa se deu com o intermédio de sua prima, que era catadora e trabalhava na referida cooperativa. De acordo com S., sua prima conversou com as pessoas que faziam parte da Cata Campina e elas permitiram seu ingresso. Percebe-se, no seu caso, que a relação de parentesco foi o que permitiu o seu acesso mais facilitado à cooperativa, evidenciando uma rede de apoio no âmbito familiar propriamente dito. O mesmo ocorreu com J., que soube da cooperativa e conseguiu ingressar nela porque sua sogra indicou, mas atualmente está solteira e não conta com ajuda de companheiro, motivo pelo qual vê na cooperativa a única forma de prover o sustento do seu lar.

Seguindo a mesma lógica de reciprocidade e estabelecimento de vínculos familiares, M.F. menciona que sua entrada na cooperativa decorreu da proximidade que criou com a presidente, M.L. Relata que, na época, estava desempregada e foi “tomar conta” do esposo de M.L., que estava hospitalizado. Na oportunidade, questionou se havia vaga na cooperativa e conseguiu entrar no empreendimento. Antes disso, já havia trabalhado no lixão, para auxiliar o companheiro com as despesas domésticas.

Em todos os casos, é possível notar que a reciprocidade encontrada no ambiente familiar é um elemento que possui importância para a constituição da cooperativa. Isso porque são variados os relatos de pessoas que ingressaram na sociedade por terem conhecimento com: 1) alguém que já era sócio, normalmente familiar; 2) a presidente da cooperativa, moradora do mesmo bairro. Na primeira situação, têm-se pessoas que conheceram a cooperativa por meio de algum familiar (nos exemplos mencionados, prima e sogra) e tiveram acesso a ela após comunicação dessa pessoa com os outros membros da cooperativa. Já na segunda situação, tem-se o caso das pessoas que conhecem a presidente, por morarem no mesmo bairro, e lhe procuram para buscar uma vaga na cooperativa. Nas situações descritas (comuns nos relatos das catadoras), é notória a prevalência da lógica da reciprocidade: em uma primeira instância, no que tange aos vínculos familiares, de ajuda mútua entre parentes; em um segundo plano, no que diz respeito aos vínculos de vizinhança, à medida que as cooperadas pertencem a um mesmo bairro (o Mutirão).

Já M.S., sócia da CATAMAIS, trabalhou no lixão e saiu de lá para a cooperativa, sendo uma das sócias-fundadoras. Para ela, o seu trabalho com a catação se iniciou da necessidade de sobrevivência física. “A gente [M.S. e esposo] trabalhava lá porque não tinha outro emprego, não tinha como sobreviver sem emprego, né? Aí era o jeito, a gente tem que trabalhar mesmo. Tinha dois filho pequeno aí tinha que trabalhar pra manter os dois” (M.S., 2021). Segundo ela, a CATAMAIS iniciou com 23 sócios e, destes, apenas permanecem ela e M.L., provavelmente, em sua opinião, porque o valor da retirada era baixíssimo, beirando os R\$ 80,00 por mês, para dividir entre todos os cooperados.

A gente sofreu muito no começo, com fome. Meu pai morava em Santa Rosa e muitas vezes a gente passava perto. Muitas vezes eu passava de manhã, tomava café e na hora do almoço eu ia lá pegar. Eu almoçava lá e levava marmitinha pra M.L., que tava lá, pra gente escapar e ficar até o dia todo. Aí teve um momento que eu fiquei com vergonha de todo dia tá na casa do meu pai atrás de comida. Pra gente sobreviver. Ele disse: não tenha vergonha, não, pode vir, não é pra você trabalhar com fome, não. (M.S., 2021)

A necessidade de sobrevivência física parece ter sido o motivo pelo qual M.S. ingressou na catação. Já no caso de M.J., todos os seus cinco irmãos trabalham com catação, o que pode ter sido um elemento que influenciou na sua busca por esse trabalho (mas isso não ficou claro em sua fala, até porque afirma que “não foi nada pensado”). Além disso, apontou que um fator que pode ter influenciado para iniciar a catar no lixão fosse o fato de que morava nas redondezas, no bairro do Mutirão. Mesmo tendo se submetido a uma cirurgia cardíaca, M.J. aponta que não tem possibilidade de parar de trabalhar, ainda que a catação seja um trabalho exaustivo:

**M.J.:** Como eu me operei do coração, muita gente diz: “M.J., não era pra tu tá trabalhando, não, quem tem problema de coração não pode pegar em peso”, Aí dizia “tu tem que se encostar”. Como, se o médico que eu tenho não dá laudo médico? Num tem como, eu tenho que trabalhar, eu tenho que me sustentar, eu tenho meu marido, meu marido trabalha com bico. Eu tenho meus filhos, mas vive em casa tomando conta... os grandes tomando conta dos pequeno.

**Entrevistadora:** A senhora tem quantos filhos?

**M.J.:** Eu tenho quatro. Tem um de 21 agora pra completar, o outro completou 19 anos, tem uma de 11 e tem a menininha de 5. O mais velho não mora comigo. Esse que vai completar 21 anos não mora. Já o de 19 mora comigo pra tomar de conta dos pequenos. Aí ele fica em casa. Aí esse meu menino de dezenove ano, ele arruma a casa, lava a roupa, faz almoço, faz tudo dentro de casa. Fica em casa fazendo as coisas e eu venho pra cá.

(M.J., 2021)

Os relatos até então apresentados foram expostos com o objetivo de discutir a existência de dinâmicas familiares no contexto da catação, o que ficou demonstrado. Seja por contar com parentes consanguíneos na cooperativa, seja por estabelecerem com a vizinhança uma relação de proximidade e isso culminar na ajuda mútua e no ingresso na cooperativa, o aspecto familiar da catação é demarcado e presente nas falas das participantes da pesquisa.

Sob outra perspectiva, como já mencionado, também é fundamental destacar, ainda no que diz respeito às pessoas cooperadas, que os papéis desempenhados dentro da cooperativa parecem ir além daquilo que é previsto no estatuto social, como: tesoureira, presidente *etc.* Em ambas as cooperativas visitadas, percebe-se uma divisão interna das tarefas muito semelhante com a divisão doméstica do trabalho. Em uma delas, outro ponto que merece destaque é uma hierarquização aparente (pois nenhuma das entrevistadas afirmou isso de forma assertiva).

Como já afirmado na nota 16, em ambas as cooperativas há a divisão do trabalho guardando muita similaridade com o que acontece no ambiente doméstico. Com isso, atividades corriqueiras, do cotidiano de um lar, como cozinhar, são realizadas pelas

próprias cooperadas em benefício do grupo. Mesmo sendo possível realizar tais atividades individualmente, não é isso o que acontece. Na CATAMAIS, a função de cozinhar é distribuída em sistema de rodízio e a pessoa responsável naquele dia deve cozinhar para todas as colegas de trabalho. Similarmente ao que acontece no ambiente doméstico, a cocção dos alimentos é coletivizada. Já na COTRAMARE, também é realizada essa dinâmica, mas as catadoras entrevistadas ressaltaram que, em algumas ocasiões, elas levam os alimentos prontos de casa e compartilham com as colegas na cooperativa.

No sentido acima descrito, as sociedades funcionam de modo bastante semelhante. Porém, percebeu-se haver certa hierarquização na COTRAMARE. Por mais que fuja aos princípios da economia solidária, é, de certa forma, uma réplica do que comumente há nos ambientes familiares. Conforme amplamente apontado ao longo deste texto, a economia solidária tem como princípios, dentre outros, a solidarização dos recursos e dos meios de trabalho, a gestão democrática e compartilhada do empreendimento, a igualdade entre os membros, enfim. No caso da COTRAMARE, as entrevistadas não afirmaram de forma explícita haver a concentração de poderes nas mãos da presidente, mas isso ficou subentendido de suas falas. Em ambiente doméstico, essa hierarquização ocorre especialmente tendo a pessoa provedora de recursos financeiros como a que ocupa a mais alta posição na estrutura familiar. Já no caso da cooperativa em questão, a presidente da cooperativa desempenha esse papel de líder, sendo a pessoa responsável por tomar decisões relativas ao grupo. A seguir, foram juntados trechos de entrevistas das catadoras da COTRAMARE:

#### **ENTREVISTA XI**

**Entrevistadora:** Com relação às decisões que são pro grupo todo, por exemplo, receber uma pessoa nova ou algum outro tipo de decisão. Como é que vocês fazem?

**E.:** Quando bota uma, a gente recebe muito bem, porque a gente sabe que precisa também, que nem nós.

**Entrevistadora:** Mas pra receber essa pessoa vocês se reúnem pra decidir se ela vai realmente entra? Todo mundo conversa sobre isso se alguém for entrar? Se reúnem e vocês votam? Ou não?

**E.:** Não. Não tem votação, não. A gente faz experiência praquela pessoa, né? Se a pessoa der certo, aguentar o pique das outra, né?

**Entrevistadora:** Aí no caso essa pessoa entra, passa um tempo, mas pra ela entrar as outras cooperadas não são perguntadas se vai poder entrar?

**E.:** Não, as outras cooperadas fica vendo, né? A gente chega: “mas mulher, fulano tá gemendo ali, tá dizendo que não pode com aquilo” [...]

(E., 2021)

#### **ENTREVISTA XIII**

**Entrevistadora:** As decisões que são para o grupo, que interessam a todo mundo, como são tomadas?

G.: Como já foi falado, L. [presidente] sempre toma as decisões, mas também ela conversa. Quando ela bota alguém, fica observando como é que é aquela pessoa, se dá certo ou não, aí todo mundo fica observando uma à outra.  
(G., 2021)

Ainda que seja uma questão “pequena”, a entrada de um novo membro pode afetar o andamento de todas as atividades da cooperativa, como é o caso de haver desentendimento ou incompatibilidade com algum dos sócios. De todo modo, se fôssemos seguir à risca os já mencionados princípios da economia solidária, as atitudes narradas estariam em oposição a eles, especialmente quando se fala em gestão democrática e igualdade entre os membros. Nesse sentido, parece haver, na cooperativa em questão, uma hierarquização, concentrando-se na presidente as decisões da sociedade, ainda que afetem a todos os seus membros. Aparentemente, essa forma de divisão hierárquica da COTRAMARE é fenômeno antigo, pois M.S., uma das sócias fundadoras da CATAMAIS, afirma que um dos motivos para terem saído da COTRAMARE e criado uma nova cooperativa foi o fato de a presidente (a mesma até os dias atuais) agir como “dona” da cooperativa.

M.S.: Aí depois teve uma desavença, porque essa coordenadora da COTRAMARE queria ser mais do que a gente. Se ela era cooperada junto com a gente... não é porque a gente tava em nome da cooperativa dela que ela poderia pisar a gente. Aí ela foi pra Massaranduba pra um lixão que tem lá. Ajudava o marido, saía os mês todinho, quando faltava uma semana pra gente vender ela vinha receber o dela. Aí a gente achou injusto. A gente disse: não, porque se o cooperado tá trabalhando todo mundo junto é por direito de receber por igual. Ela não era patroa, e outra: a cooperativa não era dela, era de todos. E ela saía, passava vinte dia, vinte e um dia fora, quando voltava queria receber o mês completo. Vinha, trabalhava dois, três dia, ia pra Massaranduba de novo, aí queria receber por igual, aí não aceitamos. Aí foi o jeito se dividir, a gente se dividiu, aí abriu essa cooperativa CATAMAIS.  
(M.S., 2021)

A lógica da hierarquização das decisões nas mãos da presidente é marcante na COTRAMARE. Esta é uma das tantas possibilidades de desvirtuamento do EES dos princípios da economia solidária, o que, conforme já exposto por Singer, é uma circunstância comumente observável. O referido autor toma como exemplo a dificuldade de os cooperados aderirem ao modelo solidário, tendo em vista o costume que já traziam de empregos prévios, em que havia forte hierarquização e desigualdade nas decisões da empresa (capitalista). Mais uma vez, ressalta-se que as dinâmicas solidárias e de mercado são entrelaçadas e se fazem presentes nos empreendimentos em questão, mesmo porque, por outro lado, as lógicas de ajuda mútua e de reciprocidade são replicadas em ambas as cooperativas.

Na COTRAMARE, não foi possível verificar ser generalizada a postura de relegar para a presidente as decisões atinentes ao grupo. Pelo contrário, parece ser algo não questionado pelos cooperados, tanto que demonstraram certa estranheza quando perguntadas a respeito da realização ou não de reuniões para debater temas que afetassem o coletivo. Dessa forma, diversamente do exemplo de Singer, em que o próprio cooperado tem uma postura de certa aversão à gestão compartilhada, na COTRAMARE parece haver uma espécie de inércia por parte dos sócios, que não se questionam (aqui, refere-se às três cooperadas que foram entrevistadas) sobre esse modelo e “confiam” nas decisões da presidente, ainda que não sejam consultadas previamente.

Já no caso dos catadores não cooperados, não foi possível, por motivos óbvios, analisar as suas relações com o coletivo. Porém, as dinâmicas familiares também ficaram evidentes nesse segundo grupo.

Quanto ao discurso familiar, este vai e vem em todas as falas. Algumas precisaram se afastar do trabalho por algum tempo para se dedicar aos cuidados com seus parentes e familiares, como é o caso de M.J., E. e M.M. Outras, falam sempre nos filhos e na manutenção do lar como sendo algo de profunda importância em suas vidas, algo que dá sentido e impulso para o seu trabalho, seja na cooperativa ou fora dela. É diante desse quadro que entende-se que a catação de materiais recicláveis, de forma cooperada ou não, de acordo com os dados que foram coletados (os quais, evidentemente, não abarcam toda a população de catadores do município, mas servem de parâmetro para se obter uma noção do quadro geral), possuem uma dupla dimensão: de um lado, constituem mecanismos encontrados por essas pessoas marginalizadas para “sobreviver” e reproduzir suas unidades domésticas; de outra banda, a perspectiva familiar acaba sendo replicada na forma como as catadoras conduzem o seu trabalho cotidianamente, sendo tal fenômeno ainda mais perceptível no caso das cooperativas já estabelecidas.

Não só isso, mas é fundamental destacar que, no caso das(os) catadoras(es) entrevistadas(os), todas(os) são oriundas(os) de bairros periféricos e tem-se o seguinte: na CATAMAIS, todas as catadoras moram no Mutirão, bairro pobre, surgido nas proximidades do antigo lixão municipal (à exceção de uma, que morava nesse bairro, mas tinha se mudado recentemente para outro, também periférico, a Liberdade); na COTRAMARE, todas as entrevistadas também moravam no mesmo bairro, o Mutirão; quanto às catadoras do Pedregal, todas moravam no mencionado bairro, conhecido na cidade por seus índices de pobreza, criminalidade e violência; e, quanto aos catadores do

Centro, estes moravam nos bairros Castelo Branco e Ligeiro, também periféricos. Em síntese, os dados coletados em campo parecem corroborar o que já fora trabalhado pelos estudiosos mencionados, que conseguiram correlacionar a pobreza e a ação coletiva como mecanismo de reprodução das unidades familiares.

Além disso, tem bastante relevância destacar não só o local em que vivem hoje, mas também os locais que habitaram ao longo das suas vidas. Na fala de todas(os) as(os) entrevistadas(os), ou vieram de ambientes rurais e cercados de pobreza, ou vieram já de bairros periféricos, como a Catingueira e outros mencionados no decorrer das entrevistas.

Destaca-se que as lógicas familiares, as dinâmicas das unidades domésticas (aqui está-se a tratar do núcleo familiar propriamente dito), mudam conforme os fluxos familiares, econômicos e sociais. O nascimento de filhos, o desemprego do companheiro, o adoecimento de um membro da família, dentre outras, são situações que provocam a necessidade de alteração de rotas da família como um todo, configurando a necessidade de redistribuição dos papéis e das “estratégias” do grupo familiar (JELIN, 2020, p. 136). A comprovação para essa afirmação foi encontrada em campo, em diversos relatos das catadoras: B., que não consegue catar todos os dias, pois precisa cuidar dos netos (já que sua filha faleceu no parto); S.S., que iniciou na catação porque os rendimentos do seu companheiro não eram suficientes para sustentar as necessidades básicas familiares; M.L., que precisou se ausentar da cooperativa que preside para cuidar do esposo hospitalizado, mas que continuou a receber as retiradas mensais nesse período, após deliberação do grupo. Enfim, muitas são as trajetórias das(os) catadoras(es) entrevistadas(os) e, evidentemente, muitas são as singularidades em cada uma das narrativas.

Essas dinâmicas familiares geraram a necessidade de buscarem trabalho e os entrevistados encontraram na catação um meio de sustento. Algumas começaram a catar no lixão; outras, sempre cataram na cooperativa; outras tantas, sempre cataram sozinhas e buscam trabalhar em coletividade. Apenas dois dos entrevistados, por outro lado, afirmaram que sempre cataram sozinhos e não possuem intenção de se cooperar ou associar. A forma como esses movimentos se dão mostram a complexidade das relações envolvendo os catadores e, também, a estreita relação entre o trabalho e as dinâmicas sociais e familiares.

Como mencionado, os discursos dos catadores entrevistados giram em torno da questão familiar e da forma como a catação é utilizada para garantir melhorias para sua família. Quanto a isso, é importante ressaltar que os catadores têm esse discurso, sejam

coletivizados ou não, mas, mesmo para aqueles que ainda não fazem parte de um coletivo, o senso de família, promoção de bem-estar e coletividade continuam presentes. No caso das catadoras não coletivizadas do Pedregal, os seus relatos são de que percebem as cooperativas já existentes como bons ambientes de trabalho, em que as sócias cooperadas formam uma segunda família. Além disso, também veem na criação de uma associação de catadores para o bairro uma forma de trazer melhorias para toda a comunidade, conforme demonstra a fala de M.J.G.M.

Já com relação ao catador e à catadora que não têm interesse em se cooperar, também é perceptível a dinâmica familiar envolvida no seu trabalho. M.S.B. cata em conjunto com o seu filho desde que ele tinha 7 anos de idade. Hoje, com 24 anos, seu filho passa o dia catando papelão nas ruas centrais da cidade, enquanto a entrevistada pede ajuda, sentada em uma movimentada calçada. Ao fim do dia, após as lojas fecharem e o trânsito de pedestres diminuir, M.S.B. passa a auxiliar o seu filho na coleta de materiais recicláveis, para compor o rendimento familiar. A.M.F., por sua vez, trabalhava sem contar com a ajuda de outra pessoa para catar. Sua esposa era responsável por ficar em casa, cuidando da filha doente do casal, enquanto ele saía às ruas para catar materiais recicláveis.

Dentro do universo dos catadores, conforme já apontado (SILVA, 2017), apenas 10% trabalham em empreendimentos de economia solidária. Os outros 90% não fazem parte dos coletivos em questão, por diversos motivos. Ainda assim, tais posicionamentos não têm o condão de invalidar os demais dados coletados em campo, nem de desfazer a argumentação levantada sobre as dinâmicas familiares envolvendo a ação coletiva de pessoas marginalizadas. Servem, sobretudo, para reforçar a ideia que tanto se apresentou nesta pesquisa: as experiências e vivências de cada um dos catadores são diversas, não podendo-se partir de uma premissa estigmatizante e unidirecionada para tratar desse grupo.

## **6 SOMOS UMA FAMÍLIA: considerações finais e as lógicas que permeiam a catação**

Há um momento em que o trabalho precisa de um desfecho, mas essa “conclusão” parece nunca chegar. A pesquisa científica, do meu ponto de vista, nunca se dá por encerrada, essa é a sua graça: outros pesquisadores poderão debater esta dissertação, propor novos caminhos, enxergar falhas. Mas, de toda forma, é preciso compreender o momento de parar e expor para a comunidade o fruto de mais de dois longos anos de pesquisa e escrita. Não significa, a meu ver, que é possível “concluir” a pesquisa, mas, simplesmente, apresentar as considerações a que se podem chegar ao final desse período.

Muito já se tratou sobre os aspectos teóricos que demarcam os campos escolhidos como recortes da pesquisa. Igualmente, ampla foi a demonstração das perspectivas das(os) catadoras(es) que colaboraram para a realização dos debates apresentados, seja concordando ou discordando da ação coletiva, por exemplo.

É pertinente ressaltar que o principal objetivo da pesquisa foi alcançado: demonstrar a percepção dos participantes da pesquisa sobre o trabalho que desempenham, analisando não só o trabalho em sua dimensão objetiva, mas também observando as dinâmicas sociais e familiares que o circundam. Com a captação dessas percepções – por mais que não se proponha a resumir o que pensam *todos* os catadores e catadoras da cidade, mesmo porque seria inviável –, abriu-se uma primeira porta para a pesquisadora, para entender que os discursos que permeiam a catação não se encerram em um debate polarizado entre economia solidária *versus* economia de mercado.

Além disso, convém relembrar as perguntas-chave que conduziram esta dissertação: em que medida se articulam as formas de reprodução social dos segmentos populares/marginalizados com o trabalho dos catadores, organizados coletivamente ou não? Como se organizam os catadores e catadoras de materiais recicláveis, de forma geral? Quais as experiências dos cooperados e não cooperados? Quais questões podem contribuir para compreender a motivação e os interesses das práticas de catadores, coletivizados ou não? Diante da complexidade que envolve as relações sociais, familiares e econômicas dos catadores de materiais recicláveis, quais são as percepções desse grupo a respeito do trabalho que desempenham e, mais especificamente, a respeito do trabalho em coletividade?

Para compreender as lógicas da catação, é necessário, primeiramente, fugir de um discurso unidirecionado, pautado em uma visão em que um modelo exclui o outro, ou de que eles não podem coexistir, dentro de um mesmo grupo estudado. As dinâmicas moral, solidária e capitalista são articuladas, em maior ou menor medida, a depender do contexto, e entremeadas pelo aspecto familiar do trabalho.

Em seus discursos, é comum visualizar uma conjunção de todas essas dinâmicas: em um momento, no caso dos cooperados, defendem um trabalho em modelo de solidariedade, com gestão compartilhada do empreendimento, não hierarquização, divisão igualitária das retiradas *etc.*; em outro momento, por mais que trabalhem seguindo esse modelo que se propõe a ser uma oposição à economia de mercado, acabam fazendo parte dessa economia, enquanto lidam com os sucateiros e revendem seu material para as grandes indústrias, ou mesmo enquanto se pautam nos preços do mercado para sobreviver dentro de um contexto dominado pelo capital; em determinados momentos, ainda, abrem mão de certos princípios que fundamentam a ES, para poder manter a cooperativa em funcionamento. Ora os catadores cooperados se enxergam como uma família, ora como uma empresa (não capitalista, mas inserida dentro da lógica do mercado), que precisa se manter funcionando e trazendo rendimentos para os seus sócios, inserida em um mercado.

A dificuldade para colocar em prática todos os princípios da economia solidária, conforme Singer (2002) havia apontado em sua obra sobre o tema, foi confirmada. Diante das difíceis circunstâncias para realizar o seu trabalho, talvez também em decorrência da frágil conscientização das sócias acerca dos princípios da economia solidária, em razão, possivelmente, como afirma Singer, pelo fato de estarem acostumadas com a forma de trabalho que sabem ocorrer em empresas capitalistas, as integrantes entrevistadas na cooperativa COTRAMARE pareceram não se importar com o fato de a presidente concentrar em suas mãos alguns poderes, como o mencionado fato de autorizar a entrada de algum novo membro na cooperativa, sem consultar os demais.

Em verdade, não só não se importavam com o fato, mas, como afirmado, estranharam a pergunta da pesquisadora. Quando questionadas sobre o processo para admitir um(a) novo(a) sócio(a), a pesquisadora foi respondida, a princípio, com olhares de questionamento. Foi necessário reformular a pergunta, para que elas conseguissem explicar que, quando uma nova pessoa vai entrar na cooperativa, tal fato não passa pelo crivo das demais cooperadas. A presidente da cooperativa coloca a pessoa no

empreendimento e os demais ficam encarregados, apenas, de “inspecionar” o trabalho do novo membro, verificando se aquela pessoa se adequa ou não à cooperativa.

Como não era objetivo da pesquisa analisar a adequação das cooperativas aos princípios da economia solidária (nem mesmo era o propósito deste trabalho discutir o funcionamento das cooperativas), o assunto foi tangenciado, mencionado, a partir da ótica de Singer e a título de provocação. Pode ser um tema interessante a ser discutido em outra proposta.

Quanto aos não coletivizados, evidentemente, não é possível identificar sua relação com o coletivo de catadores (pois não integram uma cooperativa ou associação), mas é possível analisar a sua relação com sua família e com as pessoas que fazem parte da sua comunidade. No caso das catadoras do Pedregal, isso ficou evidente: por mais que estejam catando sozinhas no momento, enxergam na ação coletiva (na criação de uma associação de catadores para o bairro) uma possibilidade de melhorar a sua forma de trabalho e, também, de trazer melhorias para a comunidade como um todo. Em relação ao catador e à catadora que não pretendem trabalhar em coletividade, por mais que não seja possível visualizar um trabalho em prol da coletividade de que fazem parte (como seu bairro), pode-se identificar uma dinâmica de trabalho em estreita relação com o ambiente familiar, que fica ainda mais evidente no caso de M.S.B. e seu filho, que catam juntos.

Em segundo lugar, as dinâmicas familiares foram uma grata surpresa nesta pesquisa. Ao longo das entrevistas, que não tinham este foco originalmente, percebeu-se que as narrativas sobre as famílias e seu entrelaçamento com o trabalho desempenhado tinham bastante relevância para os catadores. Por este motivo, resolveu-se investigar, também, este outro aspecto da catação, utilizando como referencial teórico, em especial, Elizabeth Jelin e Larissa Lomnitz. Mais que uma simples forma de manutenção física das unidades familiares, boa parte das entrevistadas perceberam a ação coletiva, a formação de empreendimentos de economia solidária, como mecanismos eficazes para o fortalecimento da comunidade, corroborando com as propostas teóricas apresentadas. Mas, ainda que não quisessem se juntar a um coletivo, demonstravam esses vínculos familiares presentes em suas falas sobre seu trabalho.

Os objetivos específicos da pesquisa também foram alcançados: realizar uma abordagem teórica dos conceitos de economia solidária, ação coletiva e estratégias

familiares de vida; descrever a estrutura dos empreendimentos de economia solidária (especialmente estrutura física e organizacional) e o cotidiano e condições de trabalho dos catadores; estabelecer comparações entre os relatos dos catadores que trabalham autonomamente e os que se encontram vinculados a EES, com base nos eixos teóricos abordados na dissertação.

No decorrer da pesquisa, a abordagem teórica foi feita de forma diluída, entrelaçando os conceitos apresentados e os dados coletados em campo, na tentativa de não separar totalmente a teoria da empiria, embora, nos capítulos iniciais, tenha sido necessário dar maior ênfase ao aspecto teórico, a fim de contextualizar a proposta dentro do campo acadêmico, bem como situar o leitor sobre o posicionamento adotado neste trabalho e as possíveis divergências que poderiam ser encontradas.

Quanto à descrição da estrutura física e organizacional das cooperativas, também houve sua realização, no capítulo 4, em que tratou-se da formação das cooperativas de catadores e da importância da sua constituição para o labor dos entrevistados. Uma das principais queixas dos catadores não cooperados diz respeito ao local para armazenamento do seu material coletado. Não tendo onde armazenar, as catadoras do Pedregal amontoam suas casas com todo tipo de material que conseguem coletar, atraindo vetores de doenças e também trazendo para as suas residências um pouco de mau cheiro, como elas próprias afirmam. Quanto aos catadores do bairro do Centro, A.M.F. tinha amizade com a proprietária de um estacionamento e, por isso, o armazenamento do material não era um problema para ele, já que podia guardar ali. Já M.S.B., por não ter onde guardar sua coleta, precisa vender o material todos os dias, o que acaba acarretando em um valor menor na compra pelos sucateiros e, conseqüentemente, consegue um rendimento diário aproximado de R\$ 10,00, que é dividido entre ela e seu filho.

Contar com a estrutura física de uma cooperativa é algo que não é visto pelas catadoras apenas como um fato que pode possibilitar melhores condições no seu trabalho, mas, principalmente, como uma circunstância que pode melhorar as suas condições de habitação. Como apontado pelas catadoras do Pedregal, se tivessem um galpão onde guardar o material, poderiam organizar suas residências e viver com mais salubridade, ao contrário do que ocorre atualmente, em que as fachadas e quintais das suas casas ficam amontoadas de papelão e outros resíduos sólidos.

O cotidiano dos trabalhadores também foi relatado, com base no que foi repassado para a pesquisadora nas entrevistas. No que diz respeito às cooperativas, há um rodízio no trabalho realizado, sendo que alguns catadores ficam na cooperativa,

organizando o material, enquanto outros saem para a coleta. Também contam com carrinhos, bicicletas e os caminhões que são partilhados entre as cooperativas da cidade. Já quanto aos não cooperados, estes contam com condições mais precárias de trabalho. Evidentemente, não contam com colegas para revezar na catação, motivo pelo qual, de acordo com suas narrativas, o trabalho se torna ainda mais exaustivo, além do que não contam com os referidos carrinhos ou bicicletas. B., por exemplo, afirmou que estava catando com um saco, pois não tinha dinheiro para consertar a carroça que utilizava para catar.

Outros temas chamaram atenção no decorrer da pesquisa, mas não eram seu objeto. Em razão da limitação temporal para a conclusão do mestrado acadêmico, é fundamental estabelecer recortes teóricos e definir quais serão os pontos que terão um estudo mais aprofundado pelo pesquisador. Alguns debates, por mais que também fossem pertinentes, não foram alvo desta proposta, como é o caso da participação religiosa no desenvolvimento dos EES e, antes disso, na tentativa de acolhimento dos catadores no lixão. Ainda que seja um debate pertinente, inclusive tendo sido mencionada a Igreja em alguns momentos durante as entrevistas (em especial com seu projeto de educação no lixão), tal discussão não foi feita, mas reconhece-se a importância de mencionar sua existência e, talvez, a possibilidade de aprofundar em momento futuro.

O mesmo se deu com relação ao recorte de gênero. Dos 19 entrevistados, apenas um deles era do sexo masculino. Todas as outras 18 pessoas entrevistadas eram mulheres e, nas cooperativas entrevistadas, apenas a COTRAMARE contava com homens em sua composição (3, em um universo de 15 cooperados). O debate sobre gênero, ou sobre como as mulheres podem ter ou não maior inclinação para o trabalho em coletividade, ainda que tenha grande destaque nas ciências sociais não foi abordado, pelos mesmos motivos já apontados.

Em síntese, foi um trabalho enriquecedor, que apresentou à pesquisadora diversos aspectos do universo da catação e, não só isso, permitiu um contato mais próximo com pessoas que se mostraram tão acolhedoras e solícitas. Espera-se dar alguma contribuição para o debate acadêmico sobre o contexto da catação e sobre as suas múltiplas facetas, que não devem ser encaradas de forma e limitante, mas de modo amplo e enxergando as(os) catadoras(es) como pessoas que, inseridas em um contexto econômico e social desafiador, precisam lidar cotidianamente com as formas de vivência e sobrevivência que lhes são apresentadas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Ireneide Gomes de; ALVES, Telma Lúcia Bezerra; ALVES, Isabel Joselita Barbosa da Rocha; GUIMARÃES, Josileide Barbosa da Rocha; SILVA, Josicleide da Rocha. Lixão de Campina Grande-PB versus aterro sanitário de Puxinanã: transferência de problema socioambiental. *In: POLÊM!CA*. v. 12, n. 3, p. 460 - 468, out. 2013. ISSN 1676-0727. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/8014/5856>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ANCAT. **Logística reversa e fortalecimento econômico para os catadores**. Disponível em: <https://www.ancat.org.br/conheca>. Acesso em 11 abr 2022.

ARANTES, Bruno Otávio; BORGES, Livia de Oliveira. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. *In: Arquivos Brasileiros de Psicologia*. vol. 65, num. 3, 2013, pp. 319-337. ISSN: 0100-8692. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2290/229029496002>. Acesso em 11 jun 2020

AUYERO, Javier; HERNÁNDEZ, Maricarmen; LAW, Samuel. How do the urban poor survive? A comparative ethnography of subsistence strategies in Argentina, Ecuador and Mexico. *In: Qualitative Sociology*. v. 45. 2022, pp. 1-29. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11133-021-09494-z>.

BALÁN, Jorge; JELIN, Elizabeth. La estructura social em la biografía personal. *In: JELIN, Elizabeth. Las tramas del tiempo: familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales*. Compilado por Ludmila da Silva Catela, Marcela Cerrutti e Sebastián Pereyra. 1.ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020, pp. 373-395.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, n.67, junho/2008, pp. 101-116.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 ago 2021

BRASIL. Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Promulgação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm). Acesso em: 05 jul 2021.

BRASIL. Lei nº 12.305/2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Promulgação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em 10 mar 2021

CABRAL, Sueli Maria; VERONESE, Marília Veríssimo. Representações sobre o trabalho entre catadores de material reciclável cooperativados. *In: Revista da ABET*, v.19, n.2, julho a dezembro de 2020, pp. 399-418

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 6.ed. Niterói: Impetus, 2012.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Trad. Bruno Cardoso. *In: Dilemas*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. fev. 2017. pp. 11-48

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. Trad. Francisco Lara. *In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Editora Vozes; Salvador: UCSAL, CAPINA E CESE (Co-edição), 2000, p. 55-81

DALLARI, D. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores**. São Paulo: Editora Senac São Paulo; São Paulo: Edições Sesc SP, 2013

EDER, Klaus. **A nova política de classes**. Bauru: EDUSC, 2002

FERNÁNDEZ, Lucía. **História**. Disponível em: <https://globalrec.org/pt-br/historia-2/>. Acesso em 11 abr 2022

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *In: Bahia Análise & Dados*. v.12. n.1. jun. 2002, Salvador, 2002

GAIGER, Luiz Inácio Germany; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, 2020. 18pp.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. CORREA, Andressa da Silva. A história e os sentidos do empreendedorismo solidário *In: Outra Economia*. Volumen IV, n. 7, 2º semestre de 2010. ISSN 1851-4715. p. 153-176

JELIN, Elizabeth. Familia y unidad doméstica: mundo público y vida privada. *In: JELIN, Elizabeth. Las tramas del tiempo: familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales*. Compilado por Ludmila da Silva Catela, Marcela Cerrutti e Sebastián Pereyra. 1.ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020, pp. 123-161.

JELIN, Elizabeth. El tiempo biográfico y el cambio histórico. *In: JELIN, Elizabeth. Las tramas del tiempo: familia, género, memorias, derechos y movimientos*

sociales. Compilado por Ludmila da Silva Catela, Marcela Cerrutti e Sebastián Pereyra. 1.ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020, pp. 397-414.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10.ed. São Paulo: Ática, 2014.

JORNAL NACIONAL. **Novo marco legal do saneamento abre caminho para o fim dos lixões a céu aberto no Brasil**. Publicado em: 03 jul 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/03/novo-marco-legal-do-saneamento-abre-caminho-para-o-fim-dos-lixoes-a-ceu-aberto-no-brasil.ghtml>. Acesso em 10 mar 2022

JORNAL NACIONAL. **Número de brasileiros que vivem na pobreza quase triplicou em seis meses, diz FGV**. Publicado em: 05 abr 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/05/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-pobreza-quase-triplicou-em-seis-meses-diz-fgv.ghtml>. Acesso em 06 fev 2022.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Editora Vozes; Salvador: UCSAL, CAPINA E CESE (Co-edição), 2000, p. 13-26

LEITE, Márcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 24, n.69, fevereiro/2009. 20pp.

LEITE, Márcia de Paula. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: **35º Encontro Anual da ANPOCS**. Mesa Redonda 10: O trabalho no século XXI - flexibilidades, mobilidades e precariedades. Caxambu/MG, 24 a 28 de outubro de 2011. Publicação em 24 set. 2012, 32 pp.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.56, outubro/2004, pp. 45-62

LOMNITZ, Larissa Adler de. **Como sobrevivem los marginados**. Cidade do México; Madri; Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1975.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan/jun 2002, pp. 188-221.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. **A ação coletiva e seus intérpretes:** as perspectivas teóricas de Charles Tilly e Mancur Olson. XXIV Simpósio Nacional de História. Associação Nacional de História - ANPUH. 2007. pp. 1-9

MNCR. **Quantos catadores existem em atividade no Brasil?** Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em 08 jun 2020.

MNCR. **Organização interna.** Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/estruturas-regionais>. Acesso em 11 abr 2022.

OLIMPIA, Aurea. **Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande apresentam modelo de contrato de prestação serviço à Prefeitura Municipal.** Disponível em: <https://centrac.org.br/2016/04/06/cooperativas-de-catadores-de-materiais-reciclaveis-de-campina-grande-apresentam-modelo-de-contrato-de-prestacao-servico-a-prefeitura-municipal/>. Acesso em 08 dez. 2020

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva:** os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea.** Lua Nova, São Paulo, 71: 81-121, 2007

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens políticas e econômicas de nossa época. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021

PORTAL CARLOS MAGNO. **Descaso do Poder Público:** Campina Grande lidera o ranking do descarte irregular de lixo na Paraíba. Publicado em 28/10/2013.

Disponível em:

[https://www.carlosmagno.com.br/noticias/459,descaso\\_do\\_poder\\_publico\\_campina\\_grande\\_lidera\\_o\\_ranking\\_do\\_descarte\\_irregular\\_de\\_lixo\\_na\\_paraiba.html](https://www.carlosmagno.com.br/noticias/459,descaso_do_poder_publico_campina_grande_lidera_o_ranking_do_descarte_irregular_de_lixo_na_paraiba.html). Acesso em 28 mai 2022

RED LATINOAMERICANA DE RECICLADORES. **Quienes Somos.** Disponível em: <https://www.redrecicladores.net/somos/>. Acesso em 11 abr 2022

SANTOS, Antonio Bob. Necessidade de uma economia solidária: a visão de Karl Polanyi sobre os mercados. *In: Development and Comp Systems 0402004*, Biblioteca da Universidade de Munique, Alemanha, 2004, 14 p.. Disponível em: <https://econwpa.ub.uni-muenchen.de/econ-wp/dev/papers/0402/0402004.pdf>. Acesso em 04 mai 2021

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. **Contra a maré?** Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital. f. 232. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. **A organização dos “inorganizáveis”:** a experiência coletiva dos catadores e catadores de materiais recicláveis na paraíba. f.

353. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2020.

SILVA, Sandro Pereira. A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. *In: Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA* - Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, janeiro de 2017

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, Paul. Economia Solidária. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. *In: Revista Estudos Avançados*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, v. 22, n. 62, p. 289-314, 01 abr. 2008.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. v.1. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2.ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984.

TORRADO, Susana. Sobre los conceptos de “estratégias familiares de vida” y “proceso de reproducción de la fuerza de trabajo”: notas teórico-metodológicas. *In: Estudios Demográficos y Urbanos*. v. 15. n. 2. abr-jun. Cidade do México: 1981, pp. 204-233.

## MATERIAL DE ENTREVISTAS

A. **Entrevista XII** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [8 min]

A.M.F. **Entrevista XVIII** [abr 2022]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2022. Arquivo mp3 [14 min]

B. **Entrevista XIV** [dez 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [43 min]

E. **Entrevista XI** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [22 min]

G. **Entrevista XIII** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [6 min]

J. **Entrevista VIII** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [22 min]

M. **Entrevista VII** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [15 min]

M.F. **Entrevista VI** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [15 min]

M.F.S. **Entrevista V** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [19 min]

M.J. **Entrevista IV** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [45 min]

M.J.G.M. **Entrevista XVII** [dez 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [40 min]

M.L. **Entrevista X** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [55 min]

M.M. **Entrevista XV** [dez 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [1 hora]

M.S. **Entrevista III** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [1 hora]

M.S.B. **Entrevista XIX** [abr 2022]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2022. Arquivo mp3 [12 min]

S. **Entrevista II** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [30 min]

S.S. **Entrevista XVI** [dez 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [20 min]

S.S.C. **Entrevista IX** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [15 min];

V.L. **Entrevista I** [ago 2021]. Entrevistadora: Iasmim Barbosa Araújo. Campina Grande, 2021. Arquivo mp3 [37 min]

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE HUMANIDADES/UFCG/CH**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**“PRÁTICAS ECONÔMICAS E DINÂMICAS SOCIAIS DAS(OS)  
CATADORAS(ES) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAMPINA GRANDE/PB  
EM SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO NO CONTEXTO CAPITALISTA”**

### **ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

#### **PARA CATADORES (AS) EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

1. Como surgiu a oportunidade para trabalhar na catação?
2. Já teve outro trabalho na sua vida?
3. Sua família também trabalha com catação?
4. Como conheceu o EES? Há quanto tempo já trabalhava como catador quando decidiu fazer parte e o que te motivou a ingressar na cooperativa?
5. Como avalia seu trabalho antes e depois de ter entrado na cooperativa?
6. Qual a história do EES? Como foi para formar essa estrutura?
7. Contam com apoio de alguma entidade?
8. Como tem sido a experiência de vocês como a Rede (Cata PB)?
9. Como você avalia o trabalho da associação em relação aos atravessadores?
10. Quais são os benefícios que os catadores do empreendimento têm? Ex: se alguém ficar doente, recebe algum apoio financeiro da cooperativa, mesmo estando afastado?
11. Qual a estratégia da cooperativa para atrair novos catadores a fazer parte?
12. Atualmente, quais são as maiores dificuldades da cooperativa?
13. Como vocês procedem às decisões que atingem o grupo? São feitas em coletividade? Os votos têm o mesmo peso?

#### **PARA CATADORES (AS) INDIVIDUAIS/AVULSOS (AS)**

- 1) Há quanto tempo trabalha com catação? Como começou a trabalhar com isso?
- 2) Já teve outro trabalho na sua vida?
- 3) Sua família também trabalha com catação?
- 4) Já participou de alguma cooperativa/associação?

- 5) Já pensou em participar ou formar associação ou cooperativa? Se sim, quais as dificuldades para isso?
- 6) Como você avalia a diferença entre o trabalho avulso e o da cooperativa na catação? Quais vantagens e desvantagens teria em cada um deles em relação ao trabalho, remuneração e direitos?
- 7) Como avalia a relação com atravessadores? É presente no seu trabalho?
- 8) Quais as dificuldades que apontaria hoje para o catador avulso?

## **APÊNDICE B**

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE HUMANIDADES/UFMG/CH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**“PRÁTICAS ECONÔMICAS E DINÂMICAS SOCIAIS DAS(OS)  
CATADORAS(ES) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAMPINA GRANDE/PB  
EM SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO NO CONTEXTO CAPITALISTA”**

#### **QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO**

01 – Nome

02 – Local de residência

03 – Profissão

04 – Idade

05 – Etnia

06 – Escolaridade

07 – Renda mensal média

08 – Participa de EES? Em caso positivo, qual sua função/“cargo” no empreendimento?  
Há quanto tempo participa?